



UNEB

Universidade do
Estado da Bahia



GESTEC

Mestrado Profissional
Gestão e Tecnologias
Aplicadas à Educação

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I – SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO (GESTEC)**

FABRÍCIO LOPES RODRIGUES

**ENSINO SUPERIOR DE BASE TERRITORIAL: AÇÕES E
ESTRATÉGIAS PARA O SERTÃO PRODUTIVO DA BAHIA**

Salvador
2020

FABRÍCIO LOPES RODRIGUES

**ENSINO SUPERIOR DE BASE TERRITORIAL: AÇÕES E
ESTRATÉGIAS PARA O SERTÃO PRODUTIVO DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do título de mestre na área de concentração: Gestão da Educação e Redes Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcius de Almeida Gomes

Salvador
2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

RODRIGUES, FABRICIO LOPES

ENSINO SUPERIOR DE BASE TERRITORIAL: AÇÕES E
ESTRATÉGIAS PARA O SERTÃO PRODUTIVO DA BAHIA. / FABRICIO
LOPES RODRIGUES.– Salvador, 2020.

166 fls : il.

Orientador(a): MARCIUS DE ALMEIDA GOMES.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da
Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em
Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, Câmpus I.
2020.

- 1.ENSINO SUPERIOR DE BASE TERRITORIAL.
- 2.DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO TERRITÓRIO S.PRODUTIVO.
- 3.GESTÃO ESTRATÉGICA EDUCACIONAL.

CDD: 378

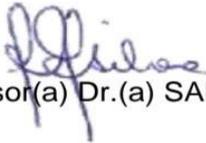
FOLHA DE APROVAÇÃO
"ENSINO SUPERIOR DE BASE TERRITORIAL: AÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O
SERTÃO PRODUTIVO DA BAHIA."

FABRÍCIO LOPES RODRIGUES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação – GESTEC, em 15 de junho de 2020, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



Professor(a) Dr.(a) MARCIUS DE ALMEIDA GOMES
UNEB
Doutorado em Educação Física
Universidade Federal de Santa Catarina



Professor(a) Dr.(a) SANDRA CELIA COELHO GOMES DA SILVA
UNEB
Doutorado em Ciências da Religião
Pontifícia Universidade Católica de Goiás



Professor(a) Dr.(a) FLORIANO BARBOZA SILVA
Doutorado em Difusão do Conhecimento
Universidade Federal da Bahia

Professor(a) Dr.(a) ANTONIO JOSÉ BATISTA DE AZEVEDO
UNEB
Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano
Universidade Salvador

AGRADECIMENTOS

À DEUS sempre presente em minha vida e nas minhas ações...

À minha família, o meu eterno agradecimento, carinho e amor...

À Milena Alves, pela paciência e amor de sempre...

Não foi fácil, chegar até aqui! Só quem me acompanhou, sabe o que foram esses dois anos de mestrado em minha vida. Aprendi muito, com o grande leque de conhecimento adquirido junto aos docentes tão diferenciados, dessa minha casa, minha vida, a UNEB.

Quantas viagens intermináveis e exaustivas, muitas vezes fazendo Guanambi - Salvador - Guanambi, duas vezes, em dois dias seguidos. Muito poderão pensar: como assim? Mas, somente quem esteve ao meu lado, dividindo o “volante” e amizade sabe disso. A ele, meu amigo Alex Moreira, o meu muito obrigado pela disposição de sempre.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcius de Almeida Gomes, pelo apoio nos momentos de mais precisão nessa etapa acadêmica da vida, com muito respeito, profissionalismo e conhecimento único.

Aos professores da banca, Dr. Floriano Barboza Silva, Dr. Antônio José Batista de Azevedo e Dra. Sandra Célia Coelho Gomes da Silva, pela disposição de sempre e atenção junto ao trabalho, o qual tenho certeza, irá contribuir para a comunidade do território de identidade Sertão Produtivo.

A minha amiga Unebiana, a técnica administrativa Adaltiva Xavier, por estar me fornecendo todo o suporte necessário, nessa fase tão difícil de viagens e estudos em nosso colegiado de Administração do Campus – XII, além dos docentes desse colegiado maravilhoso, no qual me orgulho em fazer parte.

Aos amigos conquistados, nessa etapa acadêmica tão dura, estressante e exaustiva, que juntos, integramos uma grande equipe de estudos, risadas, parceria e companheirismo. (Tatiana, Júnior, Thaís, Klaus e Marise), a vocês, o meu muito obrigado.

Aos diretores acadêmicos do IF Baiano em Guanambi, UNEB – Campus VI, XII e XX, o magnífico reitor da UNIFG, os prefeitos das cidades de Brumado, Caetité, Guanambi, além do gestor do PA Sebrae Guanambi, representante da Seplan e Secretário Executivo do Consórcio, os meus mais sinceros agradecimentos por me atenderem com tamanho carinho e respeito.

E por fim, aos seguranças da UNEB-Campus I, pelas conversas, cafés, atenção e risadas, quando eu chegava no Campus, vindo de viagem, exaurido, mas a atenção de vocês, me dava mais ânimo nas primeiras horas das manhãs das segundas e terças.

No mais, aqui não será o ponto final do conhecimento, ainda tenho muito caminho pela frente, aprendendo a cada dia e transformando esse conhecimento, em benefício de algo maior para a sociedade. A educação transforma, sou um case dessa afirmação.

Paz e Fé sempre!!

A Universidade é, em essência, a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender. Há toda uma iniciação a se fazer. E essa iniciação, como todas as iniciações, se faz em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação... Cultivar a imaginação é cultivar a capacidade de dar sentido e significado às coisas. A vida humana não é o transcorrer monótono de sua rotina quotidiana, a vida humana é, sobretudo, a sublime inquietação de conhecer e de fazer. É essa inquietação de compreender e de aplicar, que encontrou afinal a sua casa. A casa onde se acolhe toda a nossa sede de saber e toda a nossa sede de melhorar, é a Universidade.

Anísio Teixeira (1962, p. 182-183).

RODRIGUES, Fabrício Lopes. Ensino superior de base territorial: ações e estratégias para o sertão produtivo da Bahia. 2020. Orientador: Marcius de Almeida Gomes. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2020.

RESUMO

O ensino superior tem um importante papel estratégico no desenvolvimento regional, uma vez que sua produção e disseminação científica transforma as condições de vida dentro da estrutura, nas bases produtivas e econômicas do território de identidade do Sertão Produtivo, mais precisamente nas cidades de Brumado, Caetité e Guanambi, o *lócus* desta investigação, representado pelos gestores acadêmicos das IES presenciais: a UNEB (Campus VI, XII, e XX), o Centro Universitário - UNIFG, o IF Baiano e os gestores públicos dessas cidades. O principal objetivo deste estudo é identificar a relação do ensino superior de base territorial com o desenvolvimento regional no Sertão Produtivo da Bahia, propondo ações e estratégias que consolidem a temática; identificando os documentos legais das instituições e dos Marcos Legais sobre o Território e o Desenvolvimento Regional. Quanto a metodologia utilizada para esta investigação, está baseada na pesquisa de abordagem qualitativa, aplicada e de campo, segundo a qual, os passos metodológicos se voltaram para responder à questão problema de pesquisa: Qual a relação das Instituições de educação superior com o desenvolvimento regional e o fortalecimento das políticas territoriais no Sertão Produtivo da Bahia, especificamente para as cidades de Brumado, Caetité e Guanambi?. A partir das análises das entrevistas aos sujeitos da pesquisa, o estudo identificou prioridades definidas a partir da realidade local, caracterizadas pela economia, sociedade, política e as instituições, distinguindo elementos que indicaram identidade, coesão social e territorial, para o desenvolvimento sustentável do território. Como contribuições, a análise dos documentos apontam para a busca do entendimento entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento econômico regional, procurando uma integração entre o ensino, pesquisa, planejamento e gestão territorial; outra contribuição apresentou as modificações educacionais, sociais e econômicas significativas nos últimos anos no território, devido a ampliação do ensino superior, melhorando os indicadores territoriais e apresentou propostas estratégicas de gestão como produto final: 1 - Criação da Rede de Desenvolvimento Regional, a ser constituída nas IES como ferramenta auxiliar de planejamento estratégico e de desenvolvimento sustentável regional, com vetores de desenvolvimento, nas áreas estratégicas ; 2 - Criação do “Comitê Estratégico da Cidade”, com interação institucional e identificação das demandas sociais e desenvolvimento regional ; 3 - Aprimoramento dos projetos de pesquisa e extensão, aproximando estudantes da realidade socioeconômico com suas diversas complexidades e desafios ; 4 - Curso com foco em gestão para os diretores acadêmicos, garantindo uma postura gerencial mais empreendedora. Diante destes resultados, considera-se que nem sempre o currículo reflete as características específicas territoriais, tornando-se necessário identificar e compreender o papel que as IES desempenham na promoção do desenvolvimento e como podem atender essas necessidades, não esquecendo o impacto positivo da sua interiorização como agente de desenvolvimento social e regional, interagindo com o território, seus atores e suas realidades.

Palavras-Chave: Ensino superior. Território de identidade. Gestão pública.

ABSTRACT

Higher education has an important strategic role in regional development, once its production and scientific dissemination transform living conditions within the structure, in the productive and economic bases of the productive territory of the productive hinterland, more precisely in the cities of Brumado, Caetite and Guanambi, the *locus* of this investigation, represented by the academic managers of on-campus Higher Education Institutions: the State University of Bahia (Campus VI, XII, and XX), the University Center FG, the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia and the public managers of those cities. The main purpose of this study is to identify the relationship between higher education with a territorial base and regional development in the Productive Hinterland of Bahia, proposing actions and strategies that consolidate the thematic; identifying the legal documents of the institutions and the Legal Frameworks on Territory and Regional Development. As for the methodology used for this investigation, it is based on research with a qualitative, applied and field approach, according to which, the methodological steps turned to answer the research problem question: What is the relationship between higher education institutions and regional development and the strengthening of territorial policies in the Bahia Productive Hinterland, specifically in the cities of Brumado, Caetite and Guanambi? From the analysis of the interviews with the research subjects, the study identified the tests based on the local reality, characterized by the economy, society, politics and institutions, distinguishing elements that indicate identity, social and territorial cohesion, for the sustainable development of the territory. As contributions, the analysis of the documents points to the search for understanding between the actors involved in the regional economic development process, looking for an integration between teaching, research, planning and territorial management; Another contribution presented the educational changes, social and economic significant in recent years in the territory, due to expansion of higher education, improving territorial indicators and submitted strategic proposals for management as the final product: 1 - Creation of Regional Development Network, to be set up in IES as an auxiliary tool for strategic planning and regional sustainable development, with vectors of development, in strategic areas; 2 - Creation of the "Strategic City Committee", with institutional interaction and identification of social demands and regional development; 3 - Improvement of research and extension projects, bringing students closer to the socioeconomic reality with its various complexities and challenges; 4 - Course focused on management for academic directors, ensuring a more entrepreneurial management posture. In view of these results, it is considered that the curriculum does not always reflect specific territorial characteristics, making it necessary to identify and understand the role that IES play in promoting development and how they can meet these needs, not forgetting the positive impact of their interiorization, as an agent of social and regional development, interacting with the territory, its actors and their realities.

Keywords: Higher Education, Identity Territory, Public Management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Pesquisa Qualitativa	27
Quadro 2	Resumo do Percurso Metodológico da Pesquisa	33
Figura 1	Unidades de Ensino na Bahia	42
Figura 2	Futuras Capitais Regionais – Rede de Cidades – Bahia ...	43
Quadro 3	Gestores Acadêmicos entrevistados: Instituições, representantes e <i>Lócus</i>	94
Quadro 4	Gestores Públicos entrevistados: Instituições, Representantes e <i>Lócus</i>	105
Quadro 5	Marcos Legais do Estado Brasileiro	130
Quadro 6	Marcos Legais do Estado Da Bahia	131
Quadro 7	Marcos Legais e Documentos Oficiais das IES	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Instituições de ensino do Nordeste – Bahia, por Organização Acadêmica.....	45
Tabela 2	Cursos da UNEB nas cidades de Brumado, Caetité e Guanambi.....	47-48
Tabela 3	Classificação dos Impactos das atividades sobre as regiões.....	50
Tabela 4	Cursos de nível superior da UNIFG em Guanambi.....	55
Tabela 5	Indicadores Territoriais do Sertão Produtivo.....	69
Tabela 6	Indicadores Territoriais do Sertão Produtivo – Educação...	70
Tabela 7	Indicadores Territoriais da Economia – Sertão Produtivo (S.P.)	71
Tabela 8	IDH e número de cursos de nível superior nas regiões.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjos Produtivos Locais
BAMIN	Bahia Mineração
CDS	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Alto Sertão
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEFETS	Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CODES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia
CODETER'S	Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável
DEDC	Departamento de Educação
DEDC – I	Departamento de Educação – I
DEDC - XII	Departamento de Educação – XII
DL	Desenvolvimento Local
DR	Desenvolvimento Rural
EAD	Ensino a distância
FIOL	Ferrovias de integração oeste-leste
GESTEC	Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESB	Instituto de Desenvolvimento Social da Bahia
IES	Instituições de Ensino Superior
IF BAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDO	Leis de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MASB	Museu do Alto Sertão da Bahia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação

NEOJIBA	Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PPA	Plano Plurianual
PRONAT	Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PTDS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI	Secretaria da Agricultura
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC	Secretaria da Educação do Estado
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCFC	Trabalhos de Conclusão Final de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TSP	Território do Sertão Produtivo
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIFG	Centro Universitário Faculdade Guanambi

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 JUSTIFICATIVA.....	19
1.1.1. Questões Norteadoras.....	23
1.2 OBJETIVOS.....	23
2 ARGUMENTAÇÃO METODOLÓGICA	24
2.1 NATUREZA DA PESQUISA.....	24
2.2 ABORDAGEM	26
2.3 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO E DO SUJEITO	27
2.4 PROCEDIMENTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	31
2.4.1. Instrumentos	32
2.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	32
2.6 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO FINAL.....	34
2.7 ASPECTOS ÉTICOS	35
REFERÊNCIAS	36
3 ARTIGO 1 - ENSINO SUPERIOR DE BASE TERRITORIAL: QUESTÕES LEGAIS E SUAS INTERFACES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	38
3.1 INTRODUÇÃO	39
3.2 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BAHIA	40
3.3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E AS IES	43
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
4 ARTIGO 2 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO TERRITÓRIO DO SERTÃO PRODUTIVO NA BAHIA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR	63
4.1 INTRODUÇÃO	64
4.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITÓRIO	65
4.3 TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO	68
4.4 INDICADORES MUNICIPAIS	73
4.5 ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO ANTES E DEPOIS DAS IES	75

4.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS	78
5	ARTIGO 3 – GESTÃO ESTRATÉGICA EDUCACIONAL: PROPOSTAS ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	84
5.1	INTRODUÇÃO	85
5.2	ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO	87
5.2.1.	As Universidades e suas Missões Estratégicas	89
5.3	UNIVERSIDADE / DESENVOLVIMENTO REGIONAL / RESULTADOS DA PESQUISA	92
5.4	GESTÃO ACADÊMICA / GESTÃO PÚBLICA	99
5.4.1.	Responsabilidade Social: Universidade e Parceiros	111
5.5	CONTRIBUIÇÕES ESTRATÉGICAS DA PESQUISA	116
	REFERÊNCIAS	121
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	APÊNDICE A - Marcos Legais da República Federativa do Brasil	130
	APÊNDICE B - Marcos Legais do Estado da Bahia	131
	APÊNDICE C - Marcos Legais das IES	132
	APÊNDICE D - Questionário para Entrevistas aos Gestores Acadêmicos ...	133
	APÊNDICE E - Questionário para Entrevistas aos Gestores Públicos	138
	APÊNDICE F – Levantamento das Respostas dos Gestores Acadêmicos ..	141
	APÊNDICE G – Levantamento das Respostas dos Gestores Públicos	155
	ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	165

1 INTRODUÇÃO

Devido à grande complexidade decorrente das desigualdades sociais, culturais e econômicas que se manifestam de forma evidente, surge a necessidade de que as Instituições de Ensino Superior (IES) se relacionem de forma mais técnica, direta e planejada para o desenvolvimento regional territorial, a partir de sua autonomia e das ações que envolve o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa, a extensão e a gestão.

A atual distribuição dos territórios de identidade do Estado da Bahia passou por uma forte ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no ano de 2003 onde através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), criou o Projeto Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) com o intuito de “promover o planejamento e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia”, ocorrendo em um movimento com os atores sociais e os gestores públicos (IES públicas e privadas, consórcio de desenvolvimento, governo do Estado e Gestores Públicos Municipais), envolvidos no processo de discussão, procurando ampliar o quantitativo de territórios, a partir da análise do tamanho territorial deste Estado e da sua diversidade cultural.

Essa adoção dos Territórios de Identidade, informada no PPA 2008-2011 SEPLAN (BAHIA, 2007), foi um grande avanço para o planejamento estratégico do ente público na Bahia, revelando e considerando toda a sua diversidade cultural, ambiental, econômica e social e estabelecendo um novo recorte técnico para a construção das políticas públicas, com o apoio da sociedade. Para isso se faz necessário respeitar a organização espacial, à qual pertence a população produtiva e também, estabelecer seus vínculos e inter-relações.

Desta forma, ao longo dos últimos anos, o Governo do Estado da Bahia vem adotando instrumentos que articulam as suas políticas públicas com os territórios, promovendo uma maior aderência às distintas necessidades territoriais, ampliando assim a efetividade das suas ações governamentais, e gerando o fortalecimento de uma democracia mais participativa. Com isso, a fim de tratar a política territorial como uma política de Estado, em 29 de dezembro de 2014 foi publicada a Lei nº 13.214,

que dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia. Esta lei, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter's), conforme apresenta o PPA 2008-2011 da SEPLAN. (BAHIA, 2007).

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) é o principal instrumento orientador das estratégias e intervenções no Território. Tem como objetivo facilitar a articulação e a implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento territorial sustentável. Ele é resultado do amplo processo de sensibilização, mobilização e construção coletiva dos principais atores do Território, tanto do poder público, como da sociedade civil organizada. Este plano é um instrumento elaborado pelo território e para o território, que qualifica significativamente as suas demandas e proposições para os órgãos públicos nas diversas esferas. (SEPLAN, 2016, p. 60)

Quando iniciamos a discussão do contexto do desenvolvimento local, não possuíamos uma clara definição sobre o tema, precisando trabalhar com alguns conceitos ou teóricos para ajustar determinado termo. Conforme argumenta Boisier (1999), o conceito de Desenvolvimento Local (DL) não possui uma definição clara, em comparação com a concepção de Desenvolvimento Regional (DR), nas publicadas obras em que o DL pode se diferenciar deste por uma questão de escala. Como por exemplo um município (local) em comparação a uma região produtora de um bem agrícola que perpassa o território de muitos municípios (regional).

Já Buarque (1999, p. 23-24), apud Boisier (1999, p. 10), afirmam que: “[...] o desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”. Continuando com este pensamento, para definirmos de forma mais adequada esta tipologia, em sentido amplo, sublinhamos Oliveira (2002, p. 40), que o define da seguinte forma:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Desta forma, o desenvolvimento de um país, estado ou município passa por

uma série de políticas públicas empreendedorais, procurando desenvolver e discutir determinados setores econômicos (saúde, educação, economia, social), onde cada ação estratégica trabalhada e discutida com a sociedade cria um fortalecimento socioeconômico regional, atuando de forma coletiva e pensando no desenvolvimento comum. Assim, analisando as novas abordagens relacionadas ao desenvolvimento, Siedenberg (2012, p.78), afirma que:

A abertura de espaços nos quais a democracia e o exercício da cidadania são fomentados, bem como o empoderamento de comunidades e regiões (Friedmann, 1999) assumindo um papel ativo e criativo no desenho do seu próprio futuro indica a consolidação de um novo paradigma de ação territorial, no qual diálogos, negociações e vínculos contratuais entre os atores do desenvolvimento são uma característica básica.

Por conseqüente, verificamos que o debate da questão do desenvolvimento local traz uma série de desafios relacionados a participação da sociedade civil nas discussões, conselhos, cidades, governança local, cidadania e organizações em rede, sempre pensando em buscar um desenvolvimento mais equitativo, sustentável e humano. Para Markus Brose (2000, p.72), o Desenvolvimento local

[...] se refere aos processos de melhoria da qualidade de vida das pessoas no enfoque do desenvolvimento humano, levando em conta a sustentabilidade destes processos e surgindo a partir de iniciativas locais, e não de decisões federais ou estaduais.

Analisando essas iniciativas sobre desenvolvimento, não podemos esquecer que as Instituições de Ensino Superior (IES), possuem um papel extremamente importante no processo de discussão e de fomento dessas políticas para sociedade. Diante dos problemas relacionados à economia, saúde, meio ambiente, educação e desigualdade social, estas iniciativas precisam contribuir com soluções para que o desenvolvimento humano, social e sustentável seja, realmente, alcançado em sua essência.

A educação é um elemento essencial para a melhoria nos índices de qualidade de vida regional. Seus benefícios passam por melhorias no contexto pessoal (rendimento, produtividade, conhecimento) e no social (discussões sobre a melhoria nos índices sociais, participação social na comunidade e ações modificadoras em seu ciclo social). A presença de uma IES em uma determinada região, principalmente em pequenas e médias cidades, estabelece um grande e forte impacto nos diversos setores, como o econômico, educacional, social, político e cultural. Mediante a

conexão criada através do nível de relação que essas IES firmam com a sociedade local, propiciando a ocorrência de uma integração e cooperação diferenciada, efetiva e propulsora de resultados sociais e econômicos significativos.

Desta maneira, se percebe que as Instituições de Ensino Superior possuem grandes desafios nas regiões, como: 1) o de atender às demandas regionais por formar e qualificar profissionais para o complexo e dinâmico mercado contemporâneo; e 2) participar de discussões com a sociedade, para disponibilizar meios de construir conhecimentos, difundir informações, inovações e indicadores que minimizem os impactos sociais regionais. Por isto, se torna essencial avaliar como as IES entendem o seu papel na educação superior, no contexto do desenvolvimento regional, a partir do tripé que dá sustentação a educação superior: o Ensino – Pesquisa – Extensão-Gestão.

Diante do desenvolvimento regional, do território Sertão Produtivo, visto o polo educacional que se tornou desde a implantação da UNEB em 1989, ainda Faculdade de Educação de Guanambi na região, até a chegada mais recente das instituições privadas, aliado a questão da energia renovável, mineração e comércio forte, especificamente nas cidades de Guanambi, Brumado e Caetitê, tendo a educação aliada ao conhecimento, verificamos que esses fatores se apresentam como elementos indispensáveis para o fortalecimento do desenvolvimento econômico local mais justo, além de consolidar as esferas econômica, social e política do respectivo território de identidade.

Com foco nesse cenário do sertão baiano observamos que, a relação capital *versus* trabalho apresenta-se mais discrepante, diante das dificuldades em buscar uma melhor condição de renda, ocasionadas em grande parte pela disparidade no nível educacional do sertanejo. Cenário esse, provocado em grande medida pela fragilidade na utilização e gestão dos recursos financeiros dedicados às políticas educacionais.

Considerando a presença das cinco (5) instituições de ensino superior no território do Sertão Produtivo da Bahia (UNEB Campus VI, XII, XX ; UNIFG e IF Baiano) e diante da necessidade de pensar estratégias que consolidem as práticas acadêmicas (com foco na pesquisa, ensino e extensão) como alternativa para o desenvolvimento regional é que o estudo procura responder: Qual a relação das Instituições de educação superior com o desenvolvimento regional e o fortalecimento das políticas territoriais no Sertão Produtivo da Bahia, especificamente nas cidades

de Brumado, Caetité e Guanambi?

1.1. JUSTIFICATIVA

Antigamente, para se falar em educação superior na Bahia, era necessário direcionar o olhar para as principais cidades do Estado, onde, de maneira geral existiam os polos de desenvolvimento educacional e as principais estratégias deste setor nos governos. As cidades que estavam afastadas dessas regiões, como é o caso de Guanambi, possuíam um desenvolvimento mais tímido e limitado, necessitando de um investimento educacional maior, principalmente no que tange ao acesso no ensino superior.

Dessa forma, analisando esses pontos estratégicos, a minha inquietação no sentido deste estudo sempre foi pautada na busca de uma educação que fosse meio de crescimento como cidadão e profissional. Visto que, ele vem de uma família simples, da zona rural, e tem consciência do real sentido da frase: educação como fator de desenvolvimento.

Quando aborda esta temática em estudo, não vai apenas no sentido de apresentar um produto final a um programa de mestrado acadêmico diferenciado de qualificação em uma Universidade respeitada, mas em contribuir para o entendimento do seu real papel em todo este processo. Visto que, sua vida profissional transita de forma bastante vertiginosa em todo o processo de desenvolvimento, seja na área educacional como docente de uma universidade pública e privada, seja como consultor em políticas públicas de um dos órgãos mais respeitados do Brasil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), seja como agente público em busca das políticas públicas empreendedorais, ou ainda, como um cidadão que procura entender o seu papel como agente transformador em sua região.

Ao iniciar sua vida profissional, o autor não esqueceu sua história, afinal ela lhe proporcionou o combustível para a busca da compreensão do seu papel no cenário regional de um sertão produtivo, como: docente de carreira do curso de Administração, da Universidade do Estado da Bahia - Campus XII; como coordenador do colegiado de administração, onde, com o conhecimento adquirido na academia, procura inter-relacionar os projetos na área pública, tendo como foco as políticas públicas empreendedorais; e no Centro Universitário - UNIFG, onde com o tempo e a

experiência adquirida, pôde entender melhor o papel das políticas públicas. Além disto, foi atuar como consultor desta área no Sebrae, com projetos de implantação dos programas de políticas públicas empreendedorais, no território de estudo.

Acrescenta-se a estas experiências acadêmicas, a experiência na área de gestão pública municipal, como secretário de desenvolvimento econômico, logo após como secretário de Administração e, atualmente, como vereador, pôde perceber, *in loco*, que a atuação com foco no desenvolvimento das políticas públicas estruturantes, poderiam fazer, de alguma forma, a diferença na vida das pessoas e famílias. Com esta experiência adquirida, através dos diversos projetos na área de políticas públicas aliada a educação no ensino superior, sua atuação profissional no território, o autor se interessou em construir e estudar, esta temática no território onde atua.

O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. O PPA-2008-2011, apresentado pela SEPLAN (BAHIA, 2007), informa esta questão.

Em “Por uma geografia nova” (1978), a conceituação de espaço é compreendido e central, sendo um conjunto das formas representativas das relações sociais do passado e do presente, por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestando-se através dos processos e funções, onde Milton Santos (1978, p. 122) afirma que “[...] o espaço, apresenta-se como um verdadeiro campo de forças, onde sua formação é desigual e sua evolução espacial não é igual em todos os lugares.”

Assim, o processo de estruturação dos territórios envolve múltiplos aspectos:

- **culturais** - costumes e valores, religiosidade, manifestações folclóricas, gastronomia, produção cultural, visão da sociedade sobre si mesma e outras formas de expressão da realidade local;
- **geoambientais** - características geográficas e ambientais, como topografia, hidrografia, clima, fauna, flora, solo, ecossistemas, preservação dos recursos naturais, defesa do princípio da sustentabilidade;
- **político-institucionais** - capacidade de formação de capital social - capacidade de negociação e cooperação da comunidade em prol de objetivos

coletivos, sua institucionalização em organizações sociais e outras formas, grau de articulação política das forças sociais no território;

- **econômicos** - base produtiva, especialização econômica, conformação dos mercados e fluxos comerciais, produção e distribuição de renda, infraestrutura voltada à produção e às atividades econômicas, capacidade de transporte e comunicações, capacidade de articulação dos recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, entre outros.

Um conceito que está muito associado ao de território é o de pertencimento: os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual seus símbolos, em múltiplos aspectos, estão atrelados àquele espaço geográfico, ou seja, há um de pertencerem àquele território (SEI).

Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Essa metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar, pela SEPLAN, para a elaboração do PPA 2008-2011. (BAHIA, 2007)

Devido à complexidade decorrente das desigualdades sociais, culturais e econômicas que se manifestam de forma evidente, verificamos a necessidade das IES se relacionarem de forma mais técnica, direta e planejada para o desenvolvimento regional.

Partindo da premissa de que as cidades são formações heterogêneas e complexas, observa-se que a realidade desses centros se torna mais complexa. Essa complexidade das cidades não pode ser estudada de forma desarticulada, pois as relações estabelecidas nelas devem ser entendidas em sua totalidade, principalmente devido às articulações entre as mencionadas desigualdades, que se procede nessa dualidade. (HESPANHOL, 2013).

Logo, este estudo será direcionado para a educação superior e desenvolvimento regional do Sertão Produtivo, visando compreender a relevância do papel da educação superior no contexto do desenvolvimento regional no semiárido baiano, por ser um importante espaço que desponta como resposta à necessidade de aplicar uma abordagem descentralizada e compartilhada entre sociedade civil e Poder Público.

As funções das IES estão sendo reavaliadas de acordo com a perspectiva regional por gestores públicos e profissionais acadêmicos, onde as pesquisas, estudos e projetos são criados de forma mais detalhada: observando a influência e o impacto do sistema de ensino superior para o desenvolvimento territorial; estabelecendo uma análise mais técnica e compreensiva da realidade das políticas públicas locais, principalmente, nas áreas geográficas que estão sediadas; contribuindo assim para minimizar os impactos das desigualdades econômico-sociais regionais. (UNIFG, s.d.)

O ensino de graduação procura se destacar pelo compromisso com a questão de preparo profissional do nível superior onde está inserida, buscando: uma melhor qualidade no ensino; a contribuição para o desenvolvimento e a redução dos seus impactos com relação aos desequilíbrios sociais na região inserida; a responsabilidade social com sua atuação regional. Neste sentido, os projetos político-pedagógicos estimulam a participação do discente no contexto social regional, promovendo: a sua inserção profissional, a valorização da cultura local, a contribuição com o desenvolvimento regional, através dos cursos presenciais e a distância, com foco nos documentos normativos, resoluções e diretrizes curriculares referentes aos cursos. (UNIFG, s.d.)

As ações extensionistas procuram alcançar o público através do princípio da construção coletiva dos saberes voltados para as demandas sociais. Suas ações relacionadas com as funções sociais, culturais e artísticas integrando o ensino, a pesquisa e a extensão. Em seus programas estão articuladas ações programáticas que buscam reafirmar o processo institucionalizado e acadêmico da extensão universitária, além de fortalecer as próprias ações e proposições da comunidade acadêmica, a exemplo da UNEB, que atua nas áreas temáticas como comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia da produção e trabalho.

No que tange ao vértice da pesquisa, as IES, geralmente, possuem pesquisadores responsáveis por uma produção científica, tecnológica e cultural de qualidade, com a ampliação dos programas e cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, nas diversas áreas de conhecimento, estimulando e consolidando o desenvolvimento do "pensar científico", com o desenvolvimento local e regional do estado. Na pesquisa, além do desenvolvimento nas diversas áreas do conhecimento, os seus resultados são divulgados de forma ampla nas revistas científicas vinculadas

aos diversos programas educacionais.

Diante de todas estas reflexões sobre o tema, sua complexidade, relevância e experiências profissionais na área, justificam esta investigação, entendendo o desenvolvimento deste território como um desafio, requerendo a análise regional dos campos socioeconômicos e educacionais.

1.1.1. Questões Norteadoras

Além de serem o marco inicial do processo de pesquisa, as questões norteadoras desdobram-se em objetivos específicos do estudo. São elas que, articuladas a estes objetivos, problematizam o problema, possibilitando sua elaboração como categorias de análise, e ainda, representam o detalhamento do objetivo principal, com o fim de facilitar o procedimento desta análise.

Assim sendo, as questões norteadoras definidas para esta investigação arguem à questão problema:

- Como se estabelece a relação do Território e o Desenvolvimento Regional nos documentos institucionais das IES e dos Marcos Legais de Planejamento e desenvolvimento do estado da Bahia?
- Qual é a relação estabelecida entre os indicadores econômicos, educacionais, sociais regionais e a política de educação superior das IES na região?
- Quais são os documentos institucionais e as ações estratégicas adotadas pelas IES para o desenvolvimento regional?

Definido e problematizado o objeto em estudo, o próximo passo metodológico consistiu em delimitarmos o campo a ser investigado, na busca de nortear o plano de ação da pesquisa.

1.2. OBJETIVOS

O ensino superior tem um importante papel estratégico no desenvolvimento territorial, uma vez que sua produção técnico-científica transforma as condições de vida dentro da estrutura nas bases produtivas e econômicas no Sertão Produtivo. O

estudo procura identificar a relação do ensino superior de base territorial com o desenvolvimento regional no Sertão Produtivo da Bahia, afim de propor as diretrizes, ações e estratégias, para o fortalecimento das políticas públicas territoriais que consolidem a temática, identificando os documentos institucionais das IES e dos Marcos Legais sobre o Território e o Desenvolvimento Regional, caracterizando as informações regionais quanto à economia, a educação e os aspectos sociais, além de avaliar quais são as ações estratégicas de gestão adotadas pelas IES para o desenvolvimento regional.

2 ARGUMENTAÇÃO METODOLÓGICA

É necessário aprender a construir e a avaliar explicações baseadas em evidências, com a coleta dos dados para a investigação, onde utilizamos a entrevista, tendo como instrumento um questionário, sendo respondido pelos diretores acadêmicos e do poder público, onde o campo empírico deste estudo foi o território produtivo, com lócus de investigação as cidades e instituições de Brumado (UNEB-Campus XX), Caetité (UNEB-Campus VI) e Guanambi (UNIFG, IF Baiano e UNEB-Campus XII), através de seus representantes legais. Para investigar o problema, foi escolhida a pesquisa de abordagem qualitativa, onde ocorre um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e o da subjetividade do sujeito.

A partir das análises das entrevistas aos sujeitos da pesquisa, o estudo identificou prioridades definidas a partir da realidade local, caracterizadas pelo ambiente, economia, sociedade, cultura, política e as instituições, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicaram identidade e, coesão social e territorial, para o desenvolvimento equilibrado e sustentável do território

2.1. NATUREZA DA PESQUISA

De acordo com Prodanov (2013), quanto a natureza, a pesquisa apresenta-se de forma exploratória, sob o ponto de vista de seus objetivos, tendo como finalidade

proporcionar mais informações sobre o assunto que foi investigado, possibilitando sua definição e seu delineamento, facilitando dessa forma, a delimitação do tema da pesquisa e a formulação das hipóteses -, neste estudo pressupostos -, ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisa aplicada, quando: “Objetiva gerar conhecimentos problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.” (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 34)

A pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos. Em geral, envolvendo (levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise dos exemplos que estimulem a compreensão).

Ainda segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa apresenta-se de forma descritiva, onde é registrado e descrito os fatos observados sem interferir neles, determinando as características da população ou fenômeno, ou ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis, envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, como a aplicação de questionário e a observação sistemática. Este perfil de pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los e sem ocorrer interferência por parte do pesquisador. Assim, para a coleta dos dados desta investigação, utilizamos a entrevista, tendo como instrumento um questionário, a ser preenchido pelo entrevistado(a).

Aborda ainda a pesquisa aplicada, que exige rigor e cuidados metodológicos, sendo engajada no processo de reflexão, ocorrendo por parte do pesquisador e dos demais sujeitos envolvidos no decorrer da pesquisa. Segundo Ferreira et al (2014), na pesquisa aplicada analisam-se as problemáticas que emergem do cotidiano de acordo com a experiência do pesquisador adotando-se metodologias nas quais ele desenvolve sua pesquisa em colaboração com os participantes. Assim, as pesquisas tendem à intervenção, à prática, à aplicabilidade. Para Ferreira et al (2014, s.p.), os MP e os futuros DP,

[...] são “escolas de pós-graduação stricto sensu”, responsáveis por aprimorar as práticas dos agentes profissionais, sendo, portanto, uma escola de intervenção, de caráter aplicado. Busca-se a compreensão do contexto específico, suas problemáticas, a dinâmica do sistema e dos participantes individualmente, as relações internas e externas existentes nesta problemática. Nesta perspectiva, os conhecimentos são ampliados, ressignificados, ressaltando que a pesquisa aplicada está diretamente relacionada a capacidade de adequação dos estudos ao contexto pesquisado e ao pesquisador.

A pesquisa aplicada exige a imersão do pesquisador no contexto a ser estudado. Assim, se relacionam com os sujeitos da pesquisa, seus anseios e saberes, desenvolvendo, no decorrer da pesquisa, uma proposta de intervenção, como produto final.

2.2. A ABORDAGEM

Atualmente os pesquisadores, fazem uma diferenciação entre os métodos, por se apresentarem em níveis mais claros e distintos, no contexto referente à inspiração filosófica, grau de abstração, finalidade explicativa e a sua investigação. Seguindo esses critérios, o método se caracteriza por uma abordagem mais ampla, com elevado nível de abstração, analisando os fenômenos da sociedade e natureza.

Para investigar o problema, foi escolhida a pesquisa de abordagem qualitativa, onde ocorre um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e o da subjetividade do sujeito.

Esta modalidade de pesquisa trata a interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados como condição essencial em seu processo, pois não requer a utilização de métodos e técnicas estatísticas. Tem o ambiente natural como fonte direta para a coleta de dados, sendo o pesquisador instrumento chave deste processo.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 70):

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.

Assim sendo, o pesquisador está imbricado com o ambiente e o objeto em estudo, por isto decidimos buscar informações através de entrevistas com os implicados com a questão problema.

O quadro adiante apresentado (Quadro 1), faz uma comparação com pontos chaves da pesquisa e a abordagem qualitativa.

Quadro 1 – Pesquisa Qualitativa

Pontos de Comparação	Pesquisa Qualitativa
Foco da pesquisa	Qualidade (natureza e essência)
Raízes filosóficas Fenomenologia, Interação	Raízes filosóficas Fenomenologia, Interação
Frases associadas	Trabalho de campo, etnografia, naturalismo, subjetivismo
Metas de investigação	Entendimento, descrição, descoberta, generalização, pressupostos
Ambiente	Natural, familiar
Amostra	Pequena, não-representativa
Coleta de dados	Pesquisador como principal instrumento (entrevista, observação)
Modo de análise	Indutivo (pelo pesquisador)

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir de Prodanov e Freitas (2013)

Essas variáveis costumam ser direcionadas no decorrer da investigação, “desvelando” processos sociais que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a grupos particulares, proporcionando a construção de novas abordagens, conceitos e categorias referentes ao fenômeno estudado, discorrido a respeito da entrevista como técnica privilegiada de comunicação e coleta de dados, destacando-se da estratégia mais utilizada no trabalho de campo.

2.3. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO E DO SUJEITO

O Território do Sertão Produtivo (TSP), é formado por 19 (dezenove) municípios: Guanambi, Brumado, Caetité, Palmas de Monte Alto, Iuiú, Candiba,

Pindaí, Urandi, Sebastião Laranjeiras, Ibiassucê, Caculé, Rio do Antônio, Malhada de Pedras, Tanhaçu, Ituaçu, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora e Lagoa Real. Segundo dados do IBGE (2010), a população total do TSP é de 439.455, dos quais aproximadamente 51% em áreas rurais. Dados revelam que o território tem 90% de sua economia baseada na agricultura familiar (UNIFG, s.d).

O desenvolvimento regional gera emprego e renda, aquecendo o comércio local, estimulando e criando opções de atividades culturais, educativas e sociais. Se fizermos um contraste entre a base do “passado” e “presente”, perceberemos uma ampliação nos diversos serviços onde as IES estão presentes, como: aumento no número de alugueis, restaurantes, lojas, entre outros. Exemplificando, temos, somente em Guanambi, aproximadamente, 10.000 (dez mil) estudantes universitários. Soma-se a isto: a cultura do algodão que assumiu, ao longo da história, um importante papel no desenvolvimento regional, transformando-se na sua mais importante exploração agrícola; as microrregiões do Território, que são consideradas referências na produção de frutas, mandioca, algodão e outros produtos da Agricultura Familiar, como: banana, feijão, amendoim, arroz, milho, alho, cebola, maracujá, laranja. Diante disto, a ideia central é indicar o potencial da região como vetor de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, com garantias reais de melhoria da qualidade de vida para a população, por meio dos investimentos na energia renovável, no polo de educação universitária.

O Sertão Produtivo é a zona de maior concentração de minérios do estado, a exemplo da exploração de urânio, ferro, Magnesita, Manganês e talco. Historicamente a atividade industrial da Região foi iniciada na década de 40 (quarenta), com a instalação da indústria de mineração Magnesita. Depois surgiram outras mineradoras, sendo duas em Brumado (de magnésio e talco), uma em Caetité (urânio) e em Urandi (manganês), além da exploração de quartzo e argila, de forma dispersa, em toda a Região. As Indústrias Nucleares do Brasil (INB), implantadas no município de Caetité em 1999, operam na produção da matéria-prima necessária para a combustão nuclear.

Em Caetité, município com 45 mil (quarenta e cinco mil) habitantes no sudoeste do Estado, a Bahia Mineração (BAMIN) descobriu uma mina (em 2010) com potencial produtivo de 398 milhões (trezentas e noventa e oito milhões) de toneladas de minério de ferro. E há indícios de que esse volume pode ser 50% maior. A empresa é responsável, até agora, pelo maior investimento individual no Estado: US\$ 2,5 bilhões

nos próximos três anos. (IBRAM, 2012)

No Atlas Brasileira de Energia Solar, a Bahia aparece como a região de maior irradiação solar do Brasil, sendo propícia para o desenvolvimento de projetos solares, destacando-se a região de identidade do Sertão Produtivo, que atraiu R\$ 6,8 bilhões de investimentos privados, gerando 4,1 mil empregos, notadamente nas áreas de energia eólica, fotovoltaica e mineração. No município de Guanambi já está em funcionamento o Complexo Solar com produção de 14,3 MW solares para operação comercial, que serão geradas através de mais de 51 mil (cinquenta e um mil) painéis de energia solar. (ANEEL, 2019) Energia suficiente para abastecer uma cidade de 166 mil (cento e sessenta e seis mil) residências. Mais importante que isto, no entanto, é que o projeto representa o primeiro passo para o desenvolvimento de uma indústria bilionária que não para de crescer no mundo.

No sistema de transportes do território destaca-se a implantação da Ferrovia Oeste/Leste com uma perspectiva de geração de pretensos 30 mil (trinta mil) empregos diretos; além de superávit na arrecadação de impostos, a ampliação da competitividade do agronegócio e a locação de um conceito moderno de sistema de transporte regional.

No campo empírico, foi abordado o território produtivo, pesquisando as cidades e instituições de Brumado (UNEB-Campus XX), Caetité (UNEB-Campus VI) e Guanambi (UNIFG, IF Baiano e UNEB-Campus XII), sendo essa, ainda, a população amostral da pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa foram os(as) gestores(as) da IES já citadas (cinco), secretário executivo do consórcio público (um), representante da Seplan (um), o gestor regional do Sebrae (um) e gestores públicos municipais (três). Perfazendo um total de 11 (onze) entrevistas.

Para Salvador (1980, apud LAKATOS & MARCONI, 2003, p. 45),

O sujeito é a realidade a respeito da qual se deseja saber alguma coisa. É o universo de referência. Pode ser constituído de objetos, fatos, fenômenos ou pessoas a cujo respeito, faz-se o estudo com dois objetivos principais: ou de melhor apreendê-los ou com a intenção de agir sobre eles.

A coleta de dados consistiu na aplicação de um questionário, em forma de entrevista e preenchido pelo(a) pesquisado(a). Este instrumento, com apresentação introdutória explicativa, visou uma melhor compreensão da importância do estudo, da análise do discurso do sujeito coletivo.

Com este escopo, esta pesquisa tem como principal objetivo, conforme apresentamos na próxima seção, identificar a relação da educação superior com o desenvolvimento regional no Sertão Produtivo da Bahia, para contribuir no processo do planejamento regional e decisório dos diversos gestores envolvidos na construção das políticas públicas educacionais, empreendedorais e de desenvolvimento.

Quanto aos procedimentos técnicos, a obtenção dos dados necessários para a construção da pesquisa se apresenta na forma de pesquisa bibliográfica, com material elaborado a partir de: publicações, como livros, periódicos, artigos científicos, monografias, dissertações e teses, objetivando colocar o pesquisador em contato com o material já escrito sobre o assunto em estudo.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 55) “[...] na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar [...]”

Adota-se, ainda, uma pesquisa documental, a qual Gil (2008), destaca como principal diferença a natureza da fonte da pesquisa, por se basear em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da investigação. Diz Beuren (2006, apud PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 55) que: “Assim como a maioria das tipologias, a investigação documental pode integrar o rol das utilizadas em um mesmo estudo ou se caracterizar como o único delineamento utilizado para tal.” A utilização da pesquisa documental se destaca no momento em que podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhes uma nova importância como fontes de consulta, a exemplo de arquivos públicos, documentos oficiais, documentos educacionais, entre outros.

Como procedimento metodológico adota-se ainda a pesquisa de campo, objetivando obter informações sobre o problema investigado para sua solução.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 59):

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para sabermos em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que estabeleçamos um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e na elaboração do plano geral da pesquisa. Em segundo lugar, de acordo com a natureza da pesquisa, determinamos as técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na definição da amostra, que deverá ser representativa e suficiente para apoiar as conclusões. Por último, antes que realizemos a coleta de dados, é preciso estabelecer as técnicas de registro desses dados como também as técnicas

que serão utilizadas em sua análise posterior.

A partir análise de GIL (2008, p. 57), podemos afirmar que, os estudos de campo “[...] procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”.

2.4. PROCEDIMENTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

O mencionado levantamento, representa um dos procedimentos de acesso à informação junto aos sujeitos investigados e, totalizam, 11 (onze) entrevistas, para proceder numa análise por amostragem, com a escolha dos sujeitos da pesquisa sendo realizado de forma intencional, onde buscou-se representantes da gestão pública territorial e da gestão acadêmica das IES.

Conforme anteriormente mencionado, no campo empírico deste estudo, temos como *lócus* de pesquisa o território sertão produtivo. Neste *lócus*, serão investigadas as cidades e instituições de Brumado (UNEB-Campus XX), Caetité (UNEB-Campus VI) e Guanambi (UNIFG, IF Baiano e UNEB-Campus XII), através de seus representantes legais: Prefeitos, Diretores dos Campus etc. Embora esta ainda seja a população amostral da pesquisa, os sujeitos definidos para esta investigação foram:

- os(as) gestores(as) das IES já citadas (cinco);
- secretário executivo do consórcio público (um);
- representante da Seplan (um);
- o gestor regional do Sebrae (um);
- gestores públicos municipais (três).

Para esta coleta de dados/informações, foi aplicado um questionário, em forma de entrevista, preenchido pelo(a) pesquisado(a). Este instrumento de levantamento de informações junto aos sujeitos da pesquisa, foi estruturado com uma apresentação introdutória, explicativa, visando contribuir para uma melhor compreensão do(a) entrevistado(a) quanto a importância do estudo e a subsequente análise das informações levantadas, para obtenção do discurso do sujeito coletivo sobre o problema definido e suas implicações.

2.4.1. Instrumentos

Seguindo esta lógica, definimos alguns passos, ou caminhos de acesso à mencionada informação, os respectivos instrumentos que utilizados na pesquisa, e, ainda, a síntese do “Percurso Metodológico”:

- ✓ Para a pesquisa bibliográfica, foram utilizados livros -, adquiridos através de compra, segundo os temas em estudo -, e por meio de acesso à biblioteca convencional artigos publicados em revistas; dissertações e teses, disponibilizadas em bases de dados e sistemas de busca confiáveis, como os periódicos da Capes e da Scielo;
- ✓ Para a Pesquisa Documental, foram utilizados como fonte os instrumentos normativos legais, PDI’s e os documentos públicos;
- ✓ Para a pesquisa de campo, realizamos entrevistas individuais, como referenciadas anteriormente, por meio de questões baseadas nas categorias de análise definidas, para extrair a realidade e compreender, de forma mais ampla, as informações levantadas nas regiões, cujos roteiros apresentamos nos **Apêndices D** (p. 133) e **E** (p. 138), ao final do texto/processo;
- ✓ Para o levantamento de informações complementares, utilizamos as bases de dados da Seplan e do Consórcio Público. Ademais, as informações provenientes de documentos oficiais não publicados, foram solicitadas por meio de memorando aos setores competentes, portanto sem acesso direto do pesquisador às fontes.

Visando a compreensão dos interessados por esta pesquisa, apresentamos no Quadro 2 abaixo, a síntese do “Percurso Metodológico” trilhado, para o alcance dos resultados, ou objetivos, pretendidos.

2.5. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Como se trata de uma pesquisa de cunho qualitativo, o processamento e análise dos dados, após as entrevistas, foram realizadas por análise de conteúdo. Para melhor visualização do percurso metodológico e do plano de ação da investigação, sem perder de vista a questão problema, seus objetivos e a estrutura da narrativa, elaboramos o Quadro 2 (abaixo).

Quadro 2 - Resumo do Percurso Metodológico da Pesquisa

TEMA		
ENSINO SÚPERIOR DE BASE TERRITORIAL: AÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O SERTÃO PRODUTIVO DA BAHIA.		
PROBLEMA		
Como ocorre a relação da educação superior com o desenvolvimento regional?		
OBJETIVO GERAL		
Identificar a Relação do Ensino Superior de Base Territorial com o desenvolvimento regional no Sertão Produtivo da Bahia, afim de propor a diretrizes, ações e estratégias, para o fortalecimento das políticas públicas territoriais.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
Analisar quais são os documentos institucionais das IES e dos Marcos Legais de planejamento do Estado sobre o Território e o Desenvolvimento Regional.	Caracterizar as informações regionais quanto à economia, a educação e os aspectos sociais.	Avaliar quais são as ações estratégicas de gestão adotadas pelas IES para o desenvolvimento regional.
ARTIGO 1	ARTIGO 2	ARTIGO 3
Ensino Superior de Base Territorial: Questões legais e suas interfaces para o Desenvolvimento Regional.	Desenvolvimento Regional no Território do Sertão Produtivo na Bahia e a Educação Superior.	Gestão estratégica educacional: Propostas às Instituições de Ensino Superior para o desenvolvimento regional.
QUESTÕES NORTEADORAS		
Como se estabelece a relação do Território e o Desenvolvimento Regional nos documentos institucionais das IES e dos Marcos Legais de Planejamento e desenvolvimento do estado da Bahia?	Qual é a relação estabelecida entre os indicadores econômicos, educacionais, sociais regionais e a política de educação superior das IES na região?	Quais são os documentos institucionais e as ações estratégicas adotadas pelas IES para o desenvolvimento regional?
DESENHOS DE ESTUDO		
Pesquisa Bibliográfica e documental.	Pesquisa Bibliográfica e documental.	Pesquisa Documental, Bibliográfica e de Campo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse desenho metodológico implica na construção em um cenário de mudanças, característica da requalificação temática proposta, do novo paradigma às ações coletivas, complexas e desafiadoras, possuindo um importante papel

estratégico de desenvolvimento da comunidade territorial.

2.6. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO FINAL

O presente trabalho estrutura-se em forma de artigos distribuídos em capítulos, intitutados conforme apresenta-se a seguir, abarcando um capítulo sobre o percurso metodológico, bem como os aspectos éticos. Os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados no último artigo.

- Artigo 1: Ensino superior de base territorial: Questões legais e suas interfaces para o desenvolvimento regional;
- Artigo 2: Desenvolvimento regional no território do sertão produtivo na Bahia e a educação superior;
- Artigo 3: Gestão estratégica educacional: Propostas às Instituições de Ensino Superior para o desenvolvimento regional.

Estes 3 (três) artigos, estabelecem de forma clara o desenvolvimento da pesquisa, tornando-a coerente e facilitando o entendimento sobre os seus objetivos e resultados.

O primeiro artigo apresenta uma análise sobre os documentos institucionais das IES e dos Marcos Legais de planejamento do Estado sobre o Território e o Desenvolvimento Regional, com os fatores culturais, geoambientais, político-institucionais e econômicos, passando pela estrutura do estado para desenvolvimento do território.

A caracterização sobre as informações regionais quanto à economia, a educação e aos aspectos sociais, são apresentados no segundo artigo.

Já no terceiro artigo procuramos identificar quais são as ações estratégicas de gestão adotadas pelas IES para o desenvolvimento regional, a fundamentação teórica do tripé de sustentação da educação, o ensino-pesquisa-extensão, demonstrando as relações que abarcam importantes aspectos de desenvolvimento regional e político-institucionais, apresentando as universidades, suas missões estratégicas e o seu desenvolvimento regional, com a entrega do produto final, pauta do mestrado acadêmico.

E encerramos a narrativa desta pesquisa, apresentando as considerações finais sobre esta investigação.

A estruturação do referido trabalho está norteada com base no Art. 44 do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), que dispõe sobre os formatos dos Trabalhos de Conclusão Final de Curso (TCFC), do programa, que está vinculado a Universidade do Estado da Bahia.

A análise desses artigos traz uma base interessante de informações para entender melhor a questão da educação superior no desenvolvimento regional, perfazendo um caminho que precisa ser compreendido entre a gestão pública, educação e os atores envolvidos no desenvolvimento das políticas públicas territoriais.

2.7. ASPECTOS ÉTICOS

Ao abordar a questão ética do pesquisador, deve ser pensada e discutida no universo de pesquisa, o qual envolve pessoas, o que requer necessariamente um cuidado adicional, pois irá estudar a subjetividade dos sujeitos pesquisados.

Entretanto, todos os participantes desta investigação estarão com o anonimato assegurado, bem como serão asseguradas todas as suas integridades, particularmente, moral e psicológica, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que apresentamos no **Anexo A** (p. 164), ao final deste texto/estudo. Depois da coleta dos dados e da análise dos resultados obtidos, teremos um panorama das questões relacionadas a construção de um instrumento, para acompanhar as políticas públicas regionais e seus impactos na educação superior regional.

É um desafio a construção de ações estratégicas mais integradas que promovam um diálogo entre a comunidade acadêmica, gestores públicos da região e representantes da comunidade, de forma ética, fazendo uma reflexão crítico-analítica desse modelo de ação.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. **Plano Plurianual 2008-2011**: Bahia, terra de todos nós. Salvador: SEPLAN, 2007.
- BOISIER, Sergio. Teorías y metáforas sobre el desarrollo territorial. 1999, 128pp.
- BRASIL, Pará. **Lei Nº 7.077**, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008-2011 e dá outras providências. DOE Nº 31.076, de 28/12/2007. Caderno Suplemento
- BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: Editora: EDUNISC, 2000. 451 p.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa** (Org.). Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.2008
- IBRAM Instituto Brasileiro de Mineração. Abral Mineração vai Investir Us\$ 2,2 Bi em exploração de Minério de Ferro na BA. **Portal do IBRAM**. 2012. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=160021>. Acesso em: 21 fev.2019.
- HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2). p. 103-112, set. 2013.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, mai/ago. 2002.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico, 2 edição. Universidade FEEVALE, 2013.
- SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- SEPLAN. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Território Sertão Produtivo**. Guanambi - BA, 2016.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Fundamentos, trajetórias e abordagens contemporâneas do desenvolvimento. In: SIEDENBERG, Dieter Rugard (Org.). **Desenvolvimento sob múltiplos olhares**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. (Coleção Gestão e Desenvolvimento).

TEIXEIRA, Anísio. Notas para a história da educação. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.37, n.85, jan./mar. 1962. p.181-188.

UNIFG. **Portal Centro Universitário UNIFG**. Disponível em: <<http://centrouniversitariounifg.edu.br/>>. Acesso em: 21 fev.2019.

3 ARTIGO 1 - ENSINO SUPERIOR DE BASE TERRITORIAL: QUESTÕES LEGAIS E SUAS INTERFACES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Fabrcio Lopes Rodrigues¹
Marcius de Almeida Gomes²

RESUMO

O ensino superior tem um papel de extrema importncia no desenvolvimento social, uma vez que sua produo e disseminao cientfica transforma as condies de vida dentro da estrutura nas bases produtivas e econmicas das regies. O objetivo deste artigo é analisar os documentos institucionais das Faculdades, Universidades e de governo, como o Plano de Desenvolvimento Institucional, que tem por finalidade servir de base para a tomada das decises estratgicas na gesto, identificando a relao dos mesmos com o desenvolvimento regional. Para essa pesquisa, foram abordados o territrio do Sertão Produtivo, mas especificamente as cidades de Brumado, Caetite Guanambi, tendo como lócus de investigao as Instituies de Ensino Superior presenciais: a Universidade do Estado da Bahia (Campus XII, XVII e XX), o Centro Universitário - UNIFG e o Instituto Federal de Educao, Ciência e Tecnologia Baiano. Para isto, foi escolhida a pesquisa de abordagem qualitativa, a partir de levantamento bibliográfico e documental, na busca de que os resultados da análise possam contribuir com o Plano de Desenvolvimento Institucional do Estado da Bahia 2035. Este plano debate estratgias de desenvolvimento para a Bahia, apontando potenciais vetores de desenvolvimento e oferecendo elementos que norteiem a elaborao dos próximos planos plurianuais, da Lei de Diretriz Orçamentaria, Lei Orçamentaria Anual e os referidos planos das instituies, como: o da Universidade do Estado da Bahia, que apresenta o estímulo ao desenvolvimento local sustentável nas comunidades, atendendo as possíveis demandas sociais nos territórios de identidade em que atua; o Instituto Federal de Educao, Ciência e Tecnologia Baiano, que apresenta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento local e regional; e o Centro Universitário Faculdade Guanambi, que atua na promocao do desenvolvimento regional, com projeto regional de desenvolvimento social, econômico e político. A análise dos documentos apontam que a pesquisa busca entender os diversos autores envolvidos no processo de desenvolvimento econômico regional e procurar uma integraao, aprofundando atividades entre o ensino, pesquisa, planejamento e gesto do desenvolvimento territorial, propondo bases técnicas para que as cidades possam desenvolver e interagir com esses agentes do desenvolvimento regional.

Palavras-Chave: Ensino superior. Desenvolvimento territorial. Plano de desenvolvimento institucional.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduao Profissional em Gesto e Tecnologias Aplicadas  Educao (GESTEC). E-mail: fabrciolopesr@hotmail.com.

2 Doutor em Educao Física. Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educao – Campus XII / Guanambi. E-mail: magomes@uneb.br.

3.1. INTRODUÇÃO

O ensino superior tem um papel de extrema importância no desenvolvimento social, uma vez que sua produção e disseminação científica transforma as condições de vida dentro da estrutura nas bases produtivas e econômicas das regiões.

As instituições de ensino superior, segundo o Ministério da Educação MEC (2019), podem ser credenciadas como: Universidades, Centros Universitários, Faculdades ou Institutos Federais, dependendo de sua estrutura e formação acadêmica.

Conforme dados de 2018, do último censo de educação superior, disponibilizado pelo MEC e realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), havia no Brasil 2.537 (duas mil quinhentas e trinta e sete) IES, oferecendo 35.380 (trinta e cinco mil, trezentos e oitenta) cursos de graduação distribuídos nas 2.152 (duas mil cento e cinquenta e duas) instituições privadas e nas 296 (duzentas e noventa e seis) públicas. Dentre essas instituições, 517 (quinhentas e dezessete) estão no nordeste brasileiro, sendo 133 (cento e trinta e três) localizadas na Bahia. (INEP, 2018)

Das IES localizadas na Bahia, 90 (noventa) delas são instaladas nos municípios do interior e abrangem diversos territórios de identidade. Segundo a Secretaria do Planejamento (SEPLAN, s.d.), são reconhecidos os territórios -, foco do estudo, o território do Sertão Produtivo -, mas especificadamente as cidades de Brumado, Caetité e Guanambi.

De acordo com o portal e-mec, na cidade de Brumado existem 4 (quatro) Instituições de Ensino Superior presencial; na de Caetité 1 (uma), e, em Guanambi existem 5 (cinco). Estas instituições têm a missão de interagir com a comunidade, fornecendo: subsídios para o desenvolvimento da localidade na qual está inserida, as devidas contribuições para a construção das políticas públicas estruturantes na educação, com a criação dos debates regionais, para permitir a interiorização da educação nos territórios de identidade pesquisados e a disponibilização de cursos que atendam às necessidades e a diversidade local

Para isto, elaboram o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que tem por finalidade servir como base para a análise e tomada de decisões no que diz respeito a gestão das instituições de ensino superior, levando em consideração os âmbitos regionais, culturais, políticos e acadêmicos, quanto ao seu impacto na gestão

destas. Das IES localizadas nas cidades citadas, a UNEB está instalada em todos os municípios, o Instituto Federal Baiano e o Centro Universitário - UNIFG em Guanambi.

Esse estudo justifica-se por analisar os documentos institucionais das IES e do governo, identificando a relação dos mesmos com o desenvolvimento regional, atendendo as demandas educacionais/sociais no território, focando o tripé ensino, pesquisa e extensão e disponibilizando, através dos diversos cursos, uma importante ação regional na qualificação da mão de obra para atuação nas diversas áreas que a região necessita.

Entretanto, quando abordado em seus documentos institucionais o contexto do desenvolvimento regional, percebe-se um hiato entre o que está escrito e as suas ações no território, no tripé ensino/pesquisa/extensão, sendo possível, através da pesquisa, identificar essas fragilidades e apontar possibilidades de possíveis articulações entre os diversos autores do território, para que possibilite ações concretas de forma coletiva e cooperada, para a construção das propostas e agendas de transformação territorial.

Esses projetos podem estar articulados, através de uma ampla cooperação entre os atores territoriais, voltados à valorização dos contextos produtivos, culturais e sociais em que estão inseridos, possibilitando uma formação acadêmica voltada a atender a demanda regional, ampliando a geração de valor agregado e apontando potenciais vetores de desenvolvimento.

Logo, o objetivo deste artigo foi analisar os documentos institucionais e os do Governo do Estado, como o Plano de Desenvolvimento Institucional, que tem por finalidade servir de base para a tomada das decisões estratégicas das instituições, levando em consideração os âmbitos regionais, culturais, políticos e acadêmicos e seu impacto na gestão, identificando a sua relação com o desenvolvimento territorial.

3.2. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BAHIA

O desenvolvimento e a construção do PDI do Estado da Bahia 2035 está sendo elaborado a partir dos seminários temáticos e territoriais que debatem estratégias de desenvolvimento para a Bahia. Segundo a SEPLAN (2017), o objetivo do PDI Bahia 2035 é:

[...] pensar numa estratégia de longo, médio e curto prazo para o estado, apontando potenciais vetores de desenvolvimento, guiando a ação do estado para a visão de futuro definida nas diretrizes e metas do Plano Estratégico e oferecendo elementos objetivos que norteiem a elaboração dos próximos quatro planos plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentárias Anuais (LOA), planos setoriais e planos estratégicos organizacionais. (SEPLAN, 2017, s.p.)

Os seminários foram iniciados pela Secretaria de Planejamento, Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia (CODES) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR/CAR), com o objetivo de discutir todos os eixos temáticos que subsidiará a construção do Plano. No que diz respeito à educação, de acordo com o Documento Estratégico Básico, entre as propostas do PDI estão, melhorar o déficit social com educação, ampliar projetos como o Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (NEOJIBA) através da rede de educação, ampliar a rede de educação com as novas tecnologias, entre outras ações estratégicas.

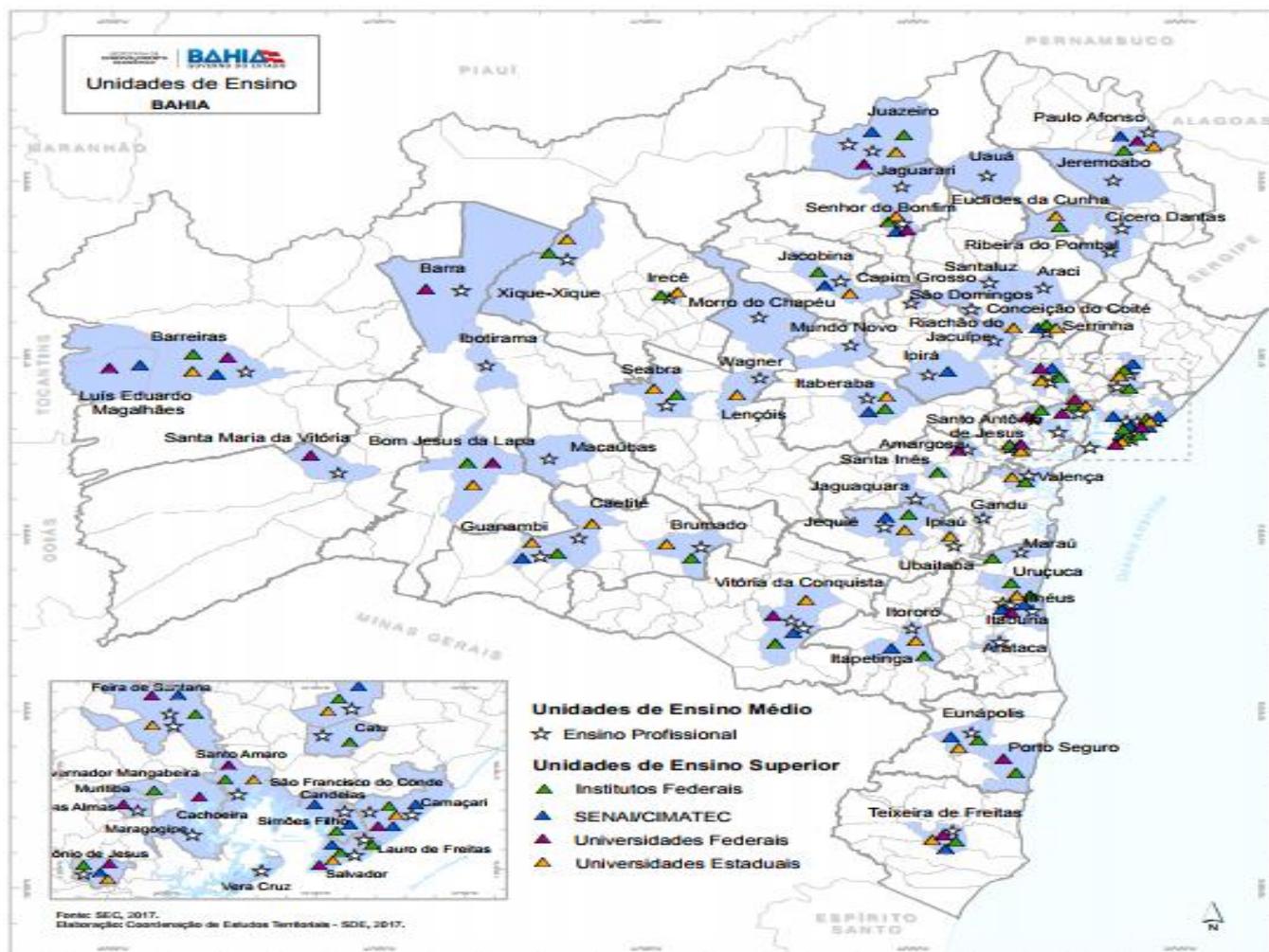
Uma dependência mais rígida a respeito das técnicas aprimoradas e da força laboral de forma qualificada introduziu um valor diferenciado às atribuições das IES, constituindo as funções essenciais e inseparáveis da geração e da difusão do conhecimento, para que fossem consideradas dentro da nova perspectiva territorial. De acordo com Arbo e Benneworth (2007, p. 55-56):

Uma das contribuições mais significativas para o desenvolvimento regional advém da capacidade das universidades em articular elementos regionalmente [...]. Contudo, [...] não é apenas na escala regional que as universidades são bastante atuantes em combinar elementos [...]. As universidades – a despeito de suas contribuições regionais – estão, entretanto, acopladas a aparatos nacionais de políticas, que influenciam intensamente suas competências regionais em termos gerais.

As contribuições das IES passam pela construção das políticas públicas estruturantes na educação, com a criação dos debates regionais, analisando todas as variáveis a nível local, estabelecendo elementos e estratégias que, junto com o poder público local, regional e estadual, possam contribuir na geração de mais capital intelectual, qualificação, projetos e pesquisas que melhorem as condições estruturais das cidades e da população, influenciando, de forma positiva, o fortalecimento regional.

No mapa apresentado a seguir (Figura 1), pode-se ver as unidades de ensino na Bahia.

Figura 1 – Unidades de Ensino na Bahia

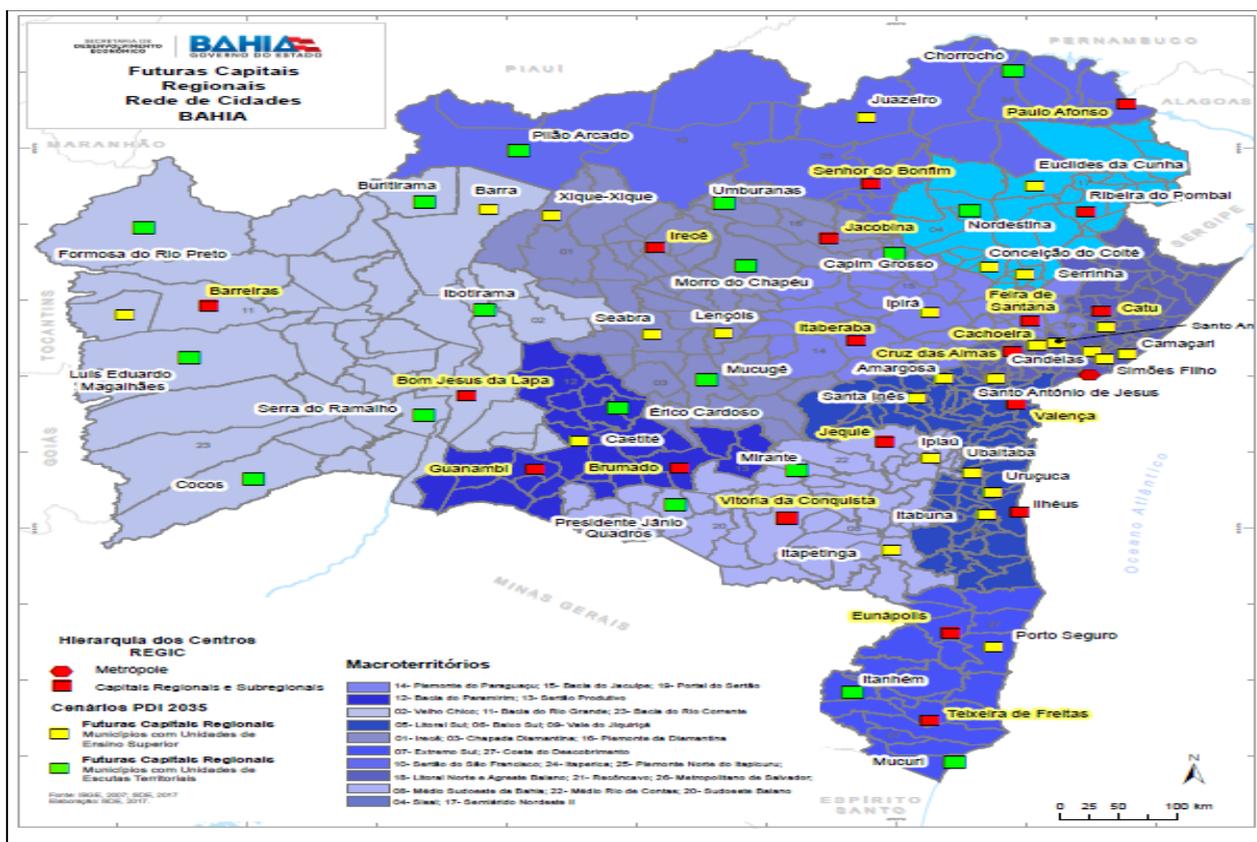


Fonte: SEC – BA. (2017).

Este mapa apresenta a existência das unidades de Ensino Médio profissionalizante e as IES nos territórios de identidade. No território do Sertão Produtivo as cidades de Brumado, Caetité e Guanambi possuem todas as modalidades de ensino abarcadas pelo mapa. A educação busca agregar, apresentando as características e complexidades próprias do território, dialogando e articulando com a sociedade, constituindo elementos imprescindíveis para o crescimento do universo acadêmico no território.

No Centro Regional e sub-regional (Brumado e Guanambi), para o cenário de 2035, que é projetado no PDI, a cidade de Caetité será uma futura Capital Regional por possuir em seu município Instituições de Ensino Superior conforme apresenta o seguinte mapa (Figura 2):

Figura 2 – Futuras Capitais Regionais – Rede de Cidades - Bahia



A mesa temática sobre educação, foi discutida em fevereiro de 2018 e dividida em 3 (três) ciclos: o primeiro abordou a Educação Contextualizada no Século XXI, sobre tecnologias educacionais, inclusão social, inteligências múltiplas e alternativas para a nova educação e a formação docente; o segundo ciclo, abordou a Educação Contextualizada no Território que compreendeu o contexto da educação e dos arranjos produtivos territoriais; e por fim, o terceiro e último ciclo discutiu as Políticas de Gestão na Educação, na Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, que apontam estratégias para o acesso, a permanência na educação superior e como preencher as lacunas na educação baiana. -

3.3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E AS IES

As Instituições de Ensino Superior são responsáveis pela formação e qualificação das pessoas, impulsionando a pesquisa e o desenvolvimento técnico-

científico, procurando proporcionar o crescimento das novas tecnologias, cultura e valores da comunidade local e regional, promovendo a inserção e a extensão com a participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes do desempenho da instituição.

O PDI consiste no instrumento essencial para a gestão universitária, tendo em vista ser uma bússola para as devidas orientações sobre a instituição e suas áreas de atuação (ensino, pesquisa e extensão). É elaborado pela comunidade acadêmica e apresentado ao MEC, pela entidade mantenedora, quando se configura instituição privada.

Com relação a instituição pública, a sua aprovação vem através do Conselho Universitário, devendo o documento ser encaminhado para conhecimento e deliberação do Conselho de Administração -, órgão representado pela autarquia, fundação ou universidade mantida -, e ao Conselho Estadual de Educação (CEE). O PDI deve ser concebido para um período de cinco anos, conforme Resolução nº 10/2002, do Conselho Nacional de Educação (CNE).

O PDI tem por finalidade apresentar a sociedade, a filosofia institucional, como: sua missão, estrutura organizacional, diretrizes pedagógicas e as atividades acadêmicas que desenvolve, ou que pretende implementar, visando atingir os objetivos institucionais (CARDIM, 2004). Seguindo esta lógica, Pimenta (2007, p. 47), recomenda que:

[...]a instituição observe algumas diretrizes, tendo em vista que uma sociedade competitiva e sob efeito da globalização, planejar é requisito fundamental com o objetivo de que a instituição universitária garanta o desenvolvimento de suas ações e o cumprimento de sua finalidade para com esta sociedade [...].

Entretanto é necessário observar na questão do desenvolvimento, como argui o Decreto Federal nº 5.773/06 (BRASIL, 2006, p. s.p.), alguns itens importantes para o plano, como:

[...] apresentação de histórico de implantação e desenvolvimento, identificando a inserção regional; Projeto pedagógico da instituição, apresentando as políticas de ensino, pesquisa e extensão, enfatizando-se a contribuição para a inclusão social e para o desenvolvimento econômico e social da região [...].

Portanto, o PDI fornece o devido subsídio a respeito do processo de avaliação institucional, pautado na legislação. É uma importante estratégia para os processos

internos e externos das IES. Este documento serve como orientador institucional que deve ser utilizado de forma plena por suas equipes, analisando os processos educacionais, econômicos e administrativos das Instituições de Ensino Superior.

É necessário entender o papel estratégico do PDI na vida acadêmica no território de identidade, visto que é necessário que interajam com a cultura, valores e comunidade, abrindo diálogo para discutir e criar ações que integrem o tripé acadêmico com a realidade local.

Para entrar no contexto da UNEB é necessário entender como estão divididas as organizações acadêmicas na Bahia. Assim sendo, apresentamos na tabela a seguir (Tabela 1), as “Instituições de ensino do Nordeste – Bahia, por Organização Acadêmica”:

Tabela 1 – Instituições de ensino do Nordeste – Bahia, por Organização Acadêmica

Instituições / Organização Acadêmica	Total	%	Matrículas	
			Total	%
Universidades	39	7,54	10	7,52
Centros Universitários	27	5,22	5	3,76
Faculdades	440	85,11	116	87,22
IF's	11	2,13	2	1,50
Total	517	100,0	133,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo MEC (2017)

As IES brasileiras são classificadas como públicas ou privadas, sendo sua classificação acadêmico-administrativa definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tratando as instituições acadêmicas como as Universidades pluridisciplinares que contam com produção intelectual institucionalizada, além de apresentar: requisitos mínimos de titulação acadêmica; carga de trabalho do corpo docente; autonomia para criar cursos e sedes acadêmicas e administrativas; expedição de diplomas; fixação de currículos e número de vagas; firmar contratos, acordos e convênios, entre outras ações, respeitadas as legislações vigentes e a norma constitucional.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), criada através da Lei Delegada nº 66, de 01 de junho de 1983, é considerada a maior universidade de ensino superior da Bahia. Possui 24 (vinte e quatro) campi que abrange geograficamente 24 (vinte e

quatro) territórios baianos e adota a estrutura multicampi, que permite abrangências nos territórios de identidade da Bahia e a disponibilização de cursos que atendam as necessidades e diversidade de cada região, promovendo o desenvolvimento local. Segundo o PDI da UNEB (BAHIA, 2017, p. 31), a instituição:

[...] estimula o desenvolvimento local sustentável nas comunidades e atende as demandas sociais nos territórios de identidade em que atua. A partir da oferta de ensino, pesquisa e extensão, são disponibilizados cursos e atividades em áreas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, como ciências sociais aplicadas, ciências da saúde, engenharias e ciências agrônomicas, bem como cursos de formação de professores com ênfase na atuação em educação básica. Todas essas ações são permeadas pela consciência da diversidade cultural dos seus grupamentos e comunidades.

O PDI da instituição deve constituir na definição das ações estratégicas dos gestores acadêmicos, de modo a buscar os resultados planejados, adaptando as mudanças e contingências institucionais. A UNEB, como as demais IES são apresentadas como uma das mais complexas organizações da sociedade contemporânea. (MEYER JR., 2005; ARAÚJO, 1996)

Através das suas estratégias de ensino, pesquisa e extensão, são sensíveis à conjuntura das mudanças do ambiente na qual estão inseridas, definindo e organizando estratégias universitárias de desenvolvimento local e regional, de forma a ajustar suas demandas de acordo com a nova realidade no desenvolvimento econômico local.

O entendimento de territorialidade é complexo e propicia alguns problemas às IES. A universidade, em particular, é uma entidade autônoma caracterizada por um enraizamento territorial, com uma relação entre as comunidades acadêmicas e científicas, adotando alguma noção de territorialidade, em seus documentos e planos institucionais, em benefício das comunidades locais e regionais.

A construção do PDI é uma exigência às IES. O Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006, estabelece a necessidade de formatação desse documento a cada cinco anos. Sendo um documento estratégico, alinhado à construção da identidade da instituição, analisa e atende as ações estratégicas descritas no planejamento estratégico institucional.

Esse planejamento não pode apresentar-se de forma imutável para a gestão acadêmica, mas como um instrumento estratégico diferenciado que busca uma maior utilização em sua prática. Sua revisão periódica é necessária, com foco nas mudanças importantes que ocorrem nas condições extrínsecas e intrínsecas que afetam a

universidade, permitindo a sua continuação ou reestruturação de acordo com a transformação dos cenários regionais. (FORPLAD, 1995)

Seguindo esta lógica, “[...] o planejamento estratégico é o mesmo que planejamento, mas com ênfase no aspecto de longo prazo dos objetivos, e na análise global do cenário [...]”, afirma (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 115).

A UNEB foi fundada em 1983, é mantida pelo Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Educação do Estado (SEC). É também, a maior instituição pública de ensino superior da Bahia. Está presente em todas as regiões do Estado, por intermédio de programas e ações de convênio com organizações públicas e privadas, que beneficiam milhões de baianos. Possui 29 (vinte e nove) Departamentos instalados em 24 (vinte e quatro) campi: um sediado na capital do Estado (administração da instituição), e os demais distribuídos em 23 (vinte e três) importantes municípios baianos de grande e médio portes.

A UNEB proporciona mais de 150 (cento e cinquenta) alternativas de cursos presenciais, e de Ensino a distância (EaD), nos níveis de graduação, pós-graduação, onde oferta cursos de mestrado e doutorado. Além do seu engajamento social, contribui para o desenvolvimento sócio educacional e econômico da Bahia e do país.

As UNEB das cidades de Brumado, Caetité e Guanambi, contam com 16 (dezesseis) cursos, divididos entre licenciaturas e bacharelados, distribuídos de acordo com as características territoriais, conforme ilustramos na Tabela 2 que segue.

Tabela 2 – Cursos da UNEB nas cidades de Brumado, Caetité e Guanambi

Departamento	Campus	Criação	Cursos
Ciências Humanas	VI (Caetité)	Incorporado pela Lei Delegada nº 66 de 01/06/1983	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Ciências Biológicas • Licenciatura em Geografia • Licenciatura em Letras - Língua Inglesa e Literaturas • Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas • Licenciatura em Matemática • Bacharel em Engenharia de Minas

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pela instituição.

Tabela 2 – Cursos da UNEB nas cidades de Brumado, Caetitê e Guanambi

Departamento	Campus	Criação	Cursos
Educação	XII (Guanambi)	Decreto nº 2.636 de 04 de agosto de 1989	<ul style="list-style-type: none"> • Bacharel em Administração • Licenciatura em Pedagogia • Bacharel em Enfermagem Licenciatura em Educação Física
Ciências Humanas e Tecnologias	XX (Brumado)	Resolução nº 09/2001	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas • Bacharelado em Direito • Licenciatura em Pedagogia

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pela instituição.

O entendimento sobre os desafios do desenvolvimento econômico local e regional, com foco no fortalecimento das ações estratégicas entre os entes públicos é abordado por Becker (2002, s.p.), da seguinte maneira:

Construir um referencial crítico e alternativo, para analisar e explicar as dinâmicas diferenciadas dos processos de desenvolvimento local-regional e, ao mesmo tempo, para viabilizar pontes entre professores, pesquisadores, planejadores e gestores, sujeitos coletivos diretos das dinâmicas diferenciadas dos processos de desenvolvimento local-regional.

É preciso entender os diversos atores envolvidos no processo de desenvolvimento econômico regional e procurar uma integração entre eles e os atores dos diversos processos estratégicos do desenvolvimento, aprofundando atividades entre o ensino, pesquisa, planejamento e gestão do desenvolvimento territorial, a fim de propor bases técnicas para que as cidades possam se desenvolver e interagir com estes agentes do desenvolvimento regional. Entretanto, tomando cuidado com os fatores de “distanciamento” das IES em relação às regiões geográficas na qual estão inseridas. Afinal, nas estratégias dos atores locais, frequentemente, com base na compreensão de que a forma mais promissora e dinâmica de apoio as IES estão estabelecidas para o desenvolvimento regional, dependem da inclusão que consigam efetivar nos circuitos estratégicos do ensino e pesquisa, favorecendo, assim, a projeção nacional e internacional da localidade. (OECD, 1999, p. 16).

Os Institutos Federais são unidades voltadas à formação técnica, com capacitação profissional em áreas diversas, onde oferecem ensino médio integrado

ao ensino técnico, cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e pós-graduação. A denominação remonta a Lei 11.892/08, que renomeou os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets) e as Escolas Técnicas.

O IF Baiano surge na cidade de Catu, com a primeira oferta de ensino profissional na área agrária, na Bahia, no final do século XIX, através da Lei 75, na fazenda modelo de criação de gado, ou seja, no ensino de técnicas pecuárias, implantada pelo Governo da Bahia. Logo após passa a se chamar Colégio Agrícola de Catu, através do Decreto nº 53.666 (BRASIL, 1964). A denominação Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos foi estabelecida pelo Decreto Nº58.340, de 03 de maio de 1966. (BRASIL, 1966). Ainda foram estabelecidos outras regulamentações, como o decreto Nº 83.935 (BRASIL, 1979), transferido para o Ministério da Educação e Cultura (MEC) ; a Lei Nº 8.670 (BRASIL, 1993), criando a Escola Agrotécnica Federal de Guanambi ; o decreto Nº 2548 (BRASIL, 1998), oferecendo ampla formação nas áreas da agricultura e agroindústria e a Lei Nº 11.892 (BRASIL, 2008), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Bahia – IF Baiano.

O IF Baiano atua objetivando contribuir para: a qualidade da educação profissional, pesquisa, extensão, ações, projetos e programas, voltados à valorização dos contextos produtivos, culturais e sociais em que estão inseridos; a inclusão social. Possibilitando uma formação acadêmica com as demandas da população do campo e da cidade, focada no desenvolvimento regional.

Nesse contexto o IF Baiano tem como objetivo, conforme a lei de criação, ofertar a educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, a finalidade de qualificar e formar pessoas para a atuação profissional nos diversos setores, visando o mencionado desenvolvimento local e regional.

Dentre os 14 (quatorze) Campi, dois ficam localizado no território do Sertão Produtivo, um deles na cidade de Guanambi.

A caracterização da instituição como multicampi, permite que atenda diversas regiões através dos cursos de Educação Básica e Superior, conforme o seu PDI (2014, p. 21):

O IF Baiano atua na oferta de cursos presenciais e à distância na Educação Básica (modalidades integrado, subsequente e concomitante) e na Educação Superior (cursos de graduação em tecnologia, licenciatura e bacharelado e cursos de pós-graduação). Alinha a oferta à perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, a instituição desenvolve ações, projetos e programas voltados à valorização dos contextos produtivos, culturais e sociais em que

estão inseridos.

Levando em consideração as diversas questões relacionadas às características únicas da dinâmica espacial da educação, o IF Baiano, realiza um grande esforço teórico e técnico para examinar as externalidades geradas para as regiões de sua abrangência, procurando identificar, os principais impactos e estratégias das suas atividades no contexto de ensino, pesquisa científica e tecnológica.

Estes aspectos são abordados no trabalho de Mille (2004, apud DINIZ & VIEIRA, 2015), que buscou avaliar, a partir da revisão das pesquisas recentes, a contribuição de caráter estritamente econômico das IES ao desenvolvimento de seus territórios, distinguindo dois tipos básicos de impactos, conforme apresentamos esquematicamente na tabela abaixo (Tabela 3).

Tabela 3 - Classificação dos Impactos das atividades sobre as regiões.

Fator Determinante	Tipo	Abrangência	Efeitos
Dispêndios	Encadeamentos Para trás	Abrangem feitos sobre a renda e o emprego locais, os gastos de consumo de estudantes e profissionais administrativos, técnicos e professores) e os investimentos das IES em serviços e equipamentos.	a) Famílias: efeitos diretos e induzidos sobre a renda e o emprego; b) governo local: aumento da receita tributária e da demanda por serviços públicos; c) empresas locais: aumento da demanda efetiva (bens e serviços e da competição nos mercados de trabalho e imobiliário.
Conhecimento	Encadeamentos Para frente	Abrangem os benefícios gerados para a localidade em decorrência das atividades finalísticas das IES: produção e difusão do conhecimento.	a) Aprimoramento do nível de qualificação profissional: proporcional ao grau de permanência dos diplomados na localidade; b) estoque de conhecimento; interação IES – setor produtivo; e c) maior atratividade local: externalidades positivas atraem indivíduos e empresas.

Fonte: Mille (2004, apud DINIZ & VIEIRA, 2015, p. 103), adaptado pelo autor.

O desenvolvimento econômico vem acompanhado de melhoria significativa

do padrão de vida da população envolvida no eixo de atuação das instituições educacionais, a exemplo do IF Baiano, visto que suas alterações fundamentais na estrutura econômica e social possibilitam a distribuição mais equânime das riquezas produzidas. (SANDRONI, 1994)

Segundo Erber (2011), o desenvolvimento econômico implica em transformações estruturais relacionadas a um dispositivo cognitivo coletivo, composto por conhecimentos que permitam hierarquizar problemas e soluções e facilitar a coordenação entre os atores sociais, favorecendo a distribuição econômica e social, desde que a região passe por uma mudança associada a produção dos recursos com a força política dos atores sociais envolvidos.

Quando o PDI da instituição aborda o contexto do desenvolvimento local e regional, surge a necessidade em relacionar a ideia entre o progresso econômico e o desenvolvimento, abordado por Jaguaribe (1962. p. 19) como:

O desenvolvimento, como ideia, se distingue e de certo modo se opõe à ideia ilustrada de progresso. O desenvolvimento, em termos conceituais, é a explicação de virtualização preexistente no processo histórico-social. Essas virtualizações são os modos de exercício da racionalidade. O processo do desenvolvimento, em termos reais, é o processo histórico-social mesmo enquanto se encaminha para a sua crescente racionalização.

Neste estudo, acreditamos que o desenvolvimento de uma região passa pelo atendimento dos desejos e necessidades, associados ao comprometimento sócio institucional, com uma atuação mais direta dos indivíduos que contribuem para um clima de confiança estabelecido entre os membros da comunidade. Conforme especificado no PDI, com relação aos projetos e programas voltados à valorização dos contextos produtivos, culturais e sociais em que estão inseridos, facilitando os contatos sociais entre os membros locais, além do fortalecimento do desenvolvimento das questões econômicas e a disponibilidade dos sujeitos para atender às necessidades da coletividade.

O propósito do IF Baiano, ao disponibilizar cursos de educação profissional e tecnológica, sejam eles de nível técnico ou superior, nas modalidades presenciais, de tempo integral, parcial ou de EAD, é capacitar os estudantes para atuarem nos distintos setores econômicos, promovendo subsídios para que seja possível o alcance do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Através da lei Nº 8.670/93, são instituídos os cursos de nível superior ofertados por este instituto em

Guanambi, os quais possuem ligação com o perfil do território de identidade e parte de sua vocação, como o setor agrícola, à saber: bacharelado em engenharia agrônômica, licenciatura em química, tecnologia em agroindústria, e tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas.

Os impactos derivados das atividades acadêmicas, como a produção e disseminação de conhecimento técnico-científico, através do ensino e da pesquisa, podendo melhorar as bases da economia regional. As mudanças podem atingir o mercado de trabalho, com profissionais mais qualificados, ampliando as interações estabelecidas entre as IES e os processos de inovação e desenvolvimento. Por estas transformações no ambiente acadêmico e científico formado pelas IES, os encadeamentos econômicos podem afetar a região de forma gradual e acumulativa, fortalecendo o desenvolvimento econômico e social regional, conforme discriminado em seu PDI institucional.

Nesse contexto, as atribuições apontadas às IES na relação com o desenvolvimento foram remodeladas, sendo devidamente consideradas como figuras estratégicas cruciais dos sistemas de inovação, com suas atividades de pesquisa, disseminação do conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico e formação em termos mais amplos da economia em seu conjunto com a qualificação mais apurada dos recursos humanos regionais.

Sobre esta questão, Batterburye e Hill (2004, p. 38), afirmam que:

Se a economia do conhecimento é definida como aquela na qual o valor adicionado é gerado a partir da aplicação de ideias e informações, o papel do ensino superior no desenvolvimento econômico contemporâneo é evidente por si mesmo. Esse papel se concretiza na criação, aperfeiçoamento e aplicação do conhecimento, particularmente por meio da pesquisa e desenvolvimento, do aumento do contingente de pessoas altamente qualificadas e da difusão do saber através de redes de inovação.

O desenvolvimento local e regional, com a indissociabilidade entre os elementos do tripé ensino, pesquisa e extensão, possui um caráter muito forte no contexto do IF Baiano. Visto que, o seu campus foi construído de forma estratégica no distrito de Ceraíma, na zona rural do município de Guanambi, focando o contexto regional do Território de Identidade do Sertão Produtivo, influenciando de forma bastante positiva as áreas comerciais sobre os municípios da região, cuja população é de aproximadamente 401.741 (quatrocentos e um mil, setecentos e quarenta e um) habitantes (IBGE, 2010), ofertando cursos de natureza vocacional para a região,

como: agronomia, agricultura, agroindústria, zootecnia, agropecuária e, mais recentemente, análise e desenvolvimento de sistemas. Contribuindo para uma nova fase de desenvolvimento regional.

Analisar essas constantes transformações que vem passando a região onde o IF Baiano encontra-se instalado, refletindo sobre os seus desdobramentos para o desenvolvimento regional e o que mais pode contribuir para o crescimento, tem ampliado o interesse nas pesquisas, estudos e formuladores das políticas públicas, procurando reduzir as desigualdades regionais do território, com os cursos regulares, as atividades de pesquisa e as de extensão, que têm melhorado de forma significativa o desenvolvimento do agronegócio regional, contribuindo para a melhoria dos produtos, serviços e distribuição de renda.

Seguindo o modelo de classificação, o Centro Universitário é uma instituição pluricurricular, que abrange uma ou mais áreas do conhecimento, sendo semelhante à Universidade em termos de estrutura, mas não está definido na Lei de Diretrizes e Bases e não apresenta o requisito de pesquisa institucionalizada.

O Centro Universitário FG (UNIFG), foi credenciado como Instituição de Ensino Superior através da Portaria nº 3.081, no ano de 2002, e teve seu regimento aprovado em 2004, a partir da Portaria de nº 2.168, de 17 de junho de 2004 (UNIFG, 2014, p. 1), e adquire o status de Centro Universitário, através da Portaria nº 1.580, de 08 de novembro de 2017.

Como toda instituição de ensino, a UNIFG tem sua parcela de responsabilidade na contribuição com o desenvolvimento regional, de acordo com o PDI UNIFG 2015-2019 (UNIFG, 2014, p. 2):

O Centro Universitário FG - UNIFG se propõe a ser uma instituição promotora do desenvolvimento regional, estando em consonância com o projeto regional e nacional de desenvolvimento social, econômico e político. Os nossos cursos têm suas respectivas ênfases de formação voltadas às necessidades regionais e locais, projetando o perfil do egresso como alvo da formação de atores sociais, econômicos e políticos que respondam às necessidades da região.

A UNIFG possui um papel de extrema importância no desenvolvimento social e econômico da região, uma vez que objetiva, conforme discriminado em seu PDI, a construção da base de produção e disseminação científica, procurando entender e atender às necessidades regionais para uma melhor formação do perfil do seu egresso, gerando ações transformadoras de forma estrutural nas bases produtivas e

econômicas da região. A resposta para essas mudanças modifica o mercado de trabalho, que teria a disposição um maior número de profissionais qualificados. O que contribui para o desenvolvimento regional e das bases familiares.

Veiga (2008, s.p.) observa: o projeto da instituição educacional deve ser: “[...] um instrumento que visa orientar os desafios do futuro, o futuro não está dado, não é algo pronto. É preciso entender que o projeto é caracterizado como uma ação consciente e organizada.”

É notório que, a necessidade do entendimento sobre o mercado regional constitui elemento importante de análise para a aplicação das políticas públicas educacionais, constituídas no bojo do seu PDI. Isto permite compreensão da dinâmica das transformações produtivas no território e suas consequências sobre as diferenças regionais de desenvolvimento.

A heterogeneidade do percurso de desenvolvimento é reconhecida, sendo necessária para um melhor aproveitamento das oportunidades sobre a economia, cultura, social e ambiental. Oportunidades estas reveladas no território produtivo e a sua atuação a respeito da diversidade de desenvolvimento das políticas públicas, sejam elas estruturais ou setoriais, impactam de maneira diferenciada nas realidades territoriais. Ainda de acordo com o PDI UNIFG 2015-2019 (UNIFG, 2014, p.20):

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social; ao desenvolvimento econômico e social; à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural – contempla o compromisso social da instituição na qualidade de portadora da educação como bem público expressão da sociedade democrática e plural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da IES. Consiste em preparar profissionais competentes para o exercício da profissão e com responsabilidade social, consolidado com os princípios norteadores da instituição pautada na ética, nos valores e na inter-relação com a sociedade.

A interação das instituições com a comunidade promove a expansão do conhecimento além dos limites das salas de aula, nos diversos campos do conhecimento – saúde, educação, jurídico, contábil, empresarial, entre outros, proporcionando o acesso a serviços e informações gratuitas, àqueles que necessitam e que, por algum motivo, não são contemplados com os serviços de outra maneira. Esta questão é, abordada por Mille (2004, apud DINIZ & VIEIRA, 2015, p. 102), quando diz:

A universidade joga um papel primordial na criação de capital humano, especialmente para o ensino e a formação de futuros cientistas e

engenheiros. Em uma economia baseada no conhecimento, a aquisição de conhecimento é um elemento importante que determina o futuro dos indivíduos, das empresas e também da economia do país inteiro [...] As universidades, portanto, ocupam um lugar central à medida que elas são praticamente as únicas instituições habilitadas a formar futuros pesquisadores, sendo demandadas a assegurar igualmente a formação geral de indivíduos altamente qualificados e especializados para os setores da indústria, do comércio, da administração e de profissões liberais.

É possível observar, a partir da implantação da IES na região, o redesenho e desempenho da instituição no processo de desenvolvimento econômico regional, fundamentado, pelas constantes transformações técnico-científicas que vieram a estabelecer, na geração e difusão do conhecimento, cuja característica primordial consiste na aplicação intensiva para a produção de bens e serviços.

A UNFG promove diversos cursos de nível superior, a Tabela 4 a seguir apresenta estes cursos.

Tabela 4 – Cursos de nível superior da UNIFG em Guanambi.

Campus	Cursos
Guanambi	<ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado em Administração 07/11/02 • Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo 06/02/2018 • Bacharelado em Biologia 02/12/2016 • Bacharelado em Biomedicina 28/12/2006 • Bacharelado em Ciências Contábeis 15/07/2003 • Bacharelado em Direito 12/07/2006 • Bacharelado em Educação Física 27/01/2016 • Bacharelado em Enfermagem 15/12/2004 • Bacharelado em Engenharia Ambiental 01/12/2016 • Bacharelado em Engenharia Civil 31/05/2013 • Bacharelado em Engenharia de Produção 16/09/2016 • Bacharelado em Engenharia Elétrica 27/01/2016 • Bacharelado em Engenharia Mecânica 07/03/2018
Guanambi	<ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado em Farmácia 07/04/2010 • Bacharelado em Fisioterapia 28/12/2006 • Bacharelado em Jornalismo 27/11/2015 • Bacharelado em Medicina 13/11/2015 • Bacharelado em Medicina Veterinária 05/05/2015 • Bacharelado em Nutrição 18/10/2007 • Bacharelado em Odontologia 18/10/2018 • Bacharelado em Psicologia 22/04/2016 • Tecnologia de Gestão da Informação 23/08/2019 • Tecnologia em Estética e Cosmética 16/04/2018 • Tecnologia em Gastronomia 16/04/2018 • Tecnologia em Radiologia 06/02/2018

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pela instituição.

Continuando nesse entendimento, Mille (2004, apud DINIZ & VIEIRA, 2015, p. 104), afirma que:

Mesmo se a vocação principal das universidades não implica qualquer relação com seu meio local, elas podem contribuir para a formação de sua força de trabalho, participar de seu processo de pesquisa e desenvolvimento industrial e constituir um polo de atração para famílias e empresas que pretendam se beneficiar deste ambiente [...]. Assim, a presença de um estabelecimento universitário em uma economia local pode não apenas ter efeitos quantitativos, mas também qualitativos. Mesmo se uma parte dos graduados migrar para outras regiões ou países, a Universidade, por meio de suas funções de educação e formação, pode contribuir para ampliar o mercado de trabalho local: pode fornecer às empresas locais uma mão de obra altamente graduada e qualificada, dotada de uma produtividade potencial significativa.

Apesar de todas as IES buscarem atender as demandas regionais com a disponibilização de profissionais capacitados e de cursos que auxiliem no desenvolvimento local, essa é uma tarefa desafiadora. Como afirma Silva (2017, p. 13):

Na atual fase de organização da sociedade e da economia, caracterizada pela globalização e pelo período técnico-científico informacional, as universidades possuem fortes desafios, como o de atender às demandas por formação de profissionais mais capacitados ao mercado atual, indicar soluções para os problemas que afligem a vida em comum, como também, continuar favorecendo o desenvolvimento cultural, político, econômico, social e ambiental de regiões e países, principalmente pela contribuição que essas instituições podem dar no campo da ciência, tecnologia e da inovação.

O Centro Universitário UNIFG abrange Guanambi e mais de 50 (cinquenta) municípios situados nas microrregiões da Serra Geral, Médio São Francisco, Oeste e Sudoeste da Bahia, além do extremo norte de Minas Gerais. Atualmente recebe alunos de vários Estados da Federação. Trata-se de um universo de mais de 4500 (quatro mil e quinhentos) alunos na graduação, 2.500 (dois mil e quinhentos) na pós-graduação *lato sensu* e 40 (quarenta) alunos na pós-graduação *stricto sensu*.

Acompanhando esse crescimento, atrelado ao seu PDI, a UNIFG aborda projetos que envolvem conhecimentos acerca do semiárido brasileiro, em parceria com instituições de nível regional, como o Sebrae, Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Alto Sertão – CDS, Instituto de Desenvolvimento Social da Bahia - IDESB, Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB, entre outros, difundindo o conhecimento científico e a inovação tecnológica nas diversas áreas do conhecimento.

Dessa forma, a UNIFG é reconhecida pela abrangência e qualidade acadêmica científica e pela importância socioeconômica da sua atuação no município de Guanambi e região, fazendo da IES fonte de conhecimento, produção, construção e desenvolvimento de práticas que podem atender aos anseios regionais em prol de condições de melhoria de vida, proporcionando em sua magnitude o desenvolvimento em vários âmbitos.

3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto para esse artigo foi analisar os documentos institucionais acadêmicos e do Governo do Estado, como o PDI, que tem por finalidade servir de base para a tomada das decisões estratégicas das instituições, levando em consideração os âmbitos regionais, culturais, políticos e acadêmicos e seu impacto na gestão, identificando a sua relação com o desenvolvimento territorial.

O ensino superior tem exercido um papel diferenciado quando aborda o contexto do desenvolvimento econômico local, uma vez que, analisado os PDI's das Instituições de Ensino Superior, nas regiões do sertão produtivo, vemos que as IES exercem um importante papel regional. Isto porque, qualifica a mão de obra para atuação nas diversas áreas que a região necessita e interagem com a comunidade local, fortalecendo o desenvolvimento econômico.

Estas análises dos PDI's das IES que abordam esses territórios na pesquisa, mais especificamente os das cidades de Brumado, Caetité e Guanambi, onde a UNEB aborda a necessidade de estimular o desenvolvimento local sustentável, procurando: atender as diversas demandas sociais nos territórios, focando o tripé ensino, pesquisa e extensão; disponibilizando, através dos diversos cursos dos departamentos do estado, áreas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, como ciências sociais aplicadas, ciências da saúde e engenharias; não esquecendo os cursos de formação aos professores com ênfase na atuação em educação básica. Para essas ações, procura-se atuar com base na diversidade cultural das comunidades.

Quando analisado o IF Baiano, sua atuação contribui: na qualidade da educação profissional, ofertando os cursos na educação básica e superior, com a pesquisa, extensão, ações, projetos e programas voltados à valorização dos contextos produtivos, culturais e sociais em que estão inseridos; para a inclusão social e

possibilita uma formação acadêmica com as demandas da população do campo e da cidade, focando no desenvolvimento regional. Nesse contexto, o IF Baiano atua na região ofertando a educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, qualificando e formando pessoas para a atuação profissional nos diversos setores, ampliando a geração de valor agregado para a região.

Já a UNIFG tem sua parcela significativa de responsabilidade na contribuição com o desenvolvimento regional. De acordo com o seu PDI e as suas ações estratégicas, é uma instituição promotora do desenvolvimento regional, por atuar com foco no projeto regional, com o desenvolvimento social, econômico e político, apresentando cursos, pesquisas e convênios, com ênfase na formação voltada às necessidades regionais, projetando o perfil do egresso como alvo na formação dos atores sociais, econômicos e políticos que respondem às necessidades da região.

Acompanhando esse momento do desenvolvimento econômico local, a construção do PDI do Estado da Bahia 2035, está sendo elaborado a partir dos seminários temáticos e territoriais que debatem estratégias de desenvolvimento para a Bahia, interagindo com as comunidades locais, pensando em: uma estratégia de longo, médio e curto prazos para o estado; apontando potenciais vetores de desenvolvimento; guiando a ação do estado para a visão de futuro, definida nas diretrizes e metas do Plano Estratégico; além de oferecer elementos objetivos que norteiem a elaboração dos próximos quatro planos plurianuais; Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA); planos setoriais e planos estratégicos organizacionais.

Essa construção estratégica através dos Planos de Desenvolvimento Institucionais das IES analisadas, procuram servir como base para a análise e tomada das decisões no que diz respeito a gestão das instituições de ensino superior, levando em consideração os âmbitos regionais, culturais, políticos e acadêmicos e seu impacto na gestão das IES.

A contribuição das universidades, centro universitário e instituto federal para o desenvolvimento do conhecimento, do fortalecimento da economia e na melhoria dos serviços e produtos locais, por meio da educação continuada, apoio à pesquisa e projetos integrados aos territórios, torna as IES parte estratégica importante para as políticas públicas no desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. A. D. Planejamento estratégico: um instrumental à disposição das universidades? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, n.30, p. 74-86, jul./ago. 1996.

ARBO, P.; BENNEWORTH, P. **Understanding the regional contribution of higher education institutions: a literature review**. France: OECD Publishing, 2007. (Education Working Paper, n. 9).

BAHIA. **Decreto nº 2.636**, de 04 de agosto de 1989, que cria o Campus XII da UNEB. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/index.php/documentos/decreto-no-2636-de-03-de-agosto-de-1989>>. Acesso em 02 mai.2019.

_____. **Decreto nº 7.528/99**. Publicado no Diário Oficial de 19.02.1999. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-7528-de-18-de-fevereiro-de-1999>>. Acesso em: 28 mar.2019.

_____. **Lei Delegada nº 66**, de 01 de junho de 1983, que cria a Universidade do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/ld-no-66-de-01-de-junho-de-1983>>. Acesso em: 4 de maio de 2019.

_____. **Lei nº 7.176**, de 10 de setembro de 1997. Reestruturação das Universidades do Estado da Bahia e denominação do Campus VI da UNEB. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-7176-de-10-de-setembro-de-1997>>. Acesso em: 3 mai.2019.

BAHIA. Portaria nº 2.228/2015. Revisão e Atualização do Plano de Desenvolvimento 2013. Disponível em: <http://www.uneb.br/files/2015/03/SPO_Sistema_Publica%C3%A7%C3%B5es_Oficiais.pdf>. Acesso em: 25 mar.2019.

BATTERBURY, S.; HILL, S. Assessing the impact of higher education on regional development: using a realist approach for policy enhancement. **Higher Education Management and Policy**, v. 16, n. 3, p. 35-52, 2004.

BECKER, D. F. Capital social: um “novo” (velho) paradigma de organização social dos diferentes processos de desenvolvimento regional. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 9, n. 1, p. 7-26, 2002.

BRASIL **Decreto nº 2.548**, de 15 de abril de 1998. Aprova o Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Escolas Agrotécnicas Federais, e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Publicado no D.O.U. de 16.4.1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2548.htm>. Acesso em: 22 mar.2019.

_____. **Decreto nº 5.773**, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Publicado no D.O.U. de 10.5.2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 15 set.2019.

_____. **Decreto nº 53.666**, de 5 de março de 1964. Transfere a sede da Fazenda Federal de Criação de Catu, no Estado da Bahia, do Departamento de Promoção Agropecuária, para a área ocupada pelo Posto Agropecuário de Entre-Rios e cria o Colégio Agrícola de Catu. Câmara Legislativa. Brasília – DF. Publicado no D.O.U., Seção 1 de 10/03/1964. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53666-5-marco-1964-393685-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 mai.2019.

_____. **Decreto Nº58.340**, de 3 de maio de 1966. Dá a denominação de Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos, ao Colégio Agrícola de Catu Estado da Bahia. Câmara Legislativa. Brasília – DF. Publicado no D.O.U., Seção 1 de 06/05/1966. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58340-3-maio-1966-398844-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 mai.2019.

_____. **Decreto nº 83.935**, de 4 de setembro de 1979. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. Câmara Legislativa. Brasília – DF. Publicado no D.O.U., Seção 1 de 05/09/1979. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83935-4-setembro-1979-433451-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 mai.2019.

_____. **Denominações das Instituições de Ensino Superior (IES)**. Portal Itamaraty Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Temas Educacionais. Brasília – DF. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html>. Acesso em: 10 ago.2019.

_____. **Lei nº 8.670/93**, de 30 de junho de 1993. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. [Cria a Escola Agrotécnica Federal de Guanambi]. Brasília – DF. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Publicada no D.O.U., em 01 de julho de 1993. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/guanambi/historico/>>. Acesso em: 2 mai.2019.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Cria o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Bahia (IF Baiano). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 2 mai.2019.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 02**, de 05 de fevereiro de 2015. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional IF Baiano. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia Baiano Conselho Superior. Disponível em:

<<http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2010/09/resolucao22.pdf>>. Acesso em: 26 mar.2019.

DINIZ, Clélio Campolina; VIEIRA, Danilo Jorge. Ensino Superior e Desigualdades Regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.36, n.129, p.99-115, jul./dez. 2015. p.

E-MEC. **Instituições de Ensino Superior – IES**. Ministério da Educação - Sistema e-MEC. 2020. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/educacao-superior/ies>>. Acesso em: 22 fev.2019.

ERBER, Fabio S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 1 (121), pp. 31-55, janeiro-março/2011.

FORPLAD. Fórum dos Pró-Reitores de Planejamento e Administração das Instituições Federais. **Planejamento Estratégico em Instituições Federais de ensino superior**: proposta de processo participativo, dez. 1995.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Bahia. ,2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 fev.2019.

IF BAIANO. **Portal IF Baiano**. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://ifbaiano.edu.br/portal/>>. Acesso em: 21 fev.2019.

INEP. **Censo da Educação Superior**: Notas Estatísticas 2017. Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). Ministério da Educação. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf>. Acesso em: 22 fev.2019.

INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. **Portal INEP**. 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 22 fev.2019.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Editora Fundo de Cultura S.A.: Rio de Janeiro, 1962. p. 19.

JAGUARIBE, Hélio. MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2010.

MEC - Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. **Portaria nº 1.580**, de 08 de novembro de 2017. Credenciamento do Centro Universitário da FG (UNIFG), por transformação da Faculdade de Guanambi (FG), com sede no município de Guanambi, no estado da Bahia. Publicada no D.O.U. de 26/12/2017, Seção 1, Pág. 785.

MEYER JR., V. Planejamento universitário: ato racional, político ou simbólico - um estudo de universidades brasileiras. **Alcance** (UNIVALI), Itajaí, v. 12, n. 3. p. 373-

389, 2005.

MILLE, M. *The university, knowledge spillovers and local development: the experience of a new university*. **Higher Education Management and Policy**, v. 16, n. 3, p. 89-113, 2004.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Programa Nacional de Desenvolvimento Regional – **PNDR**. Brasília: 2004.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *The response of higher education institutions to regional needs*. Paris: OECD, 1999.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Higher education and regional development – Special Issue*. **Higher Education Management and Policy**, Paris, v.20, n.2, 2008.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Higher education and regions: globally competitive, locally engaged**. Paris: OECD, 2007.

PIMENTA, Lídia B. **Processo decisório na universidade multicampi: dinâmica dos Conselhos Superiores e Órgãos de Execução**. Salvador, 2007.

Resolução nº 09/2001. Cria o Campus XX da UNEB. Disponível em: <<http://www.uneb.br/brumado/dcht/print/o-departamento/>>. Acesso em: 25 mar.2019.

Resolução 158/2001. Autoriza a abertura e funcionamento do curso de Letras da UNEB em Brumado. Disponível em: <<http://www.uneb.br/brumado/dcht/print/o-departamento/>>. Acesso em: 20 mar.2019.

Resolução do CONSEPE nº 252/99 e reconhecido pelo Decreto Estadual nº 9.298, de 05 de janeiro de 2005, disponível em: <http://www.uneb.br/guanambi/dedc/sobre/>. Acesso em 15 de março de 2019.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. **Portal da SEPLAN**. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br>>. Acesso em: 22 fev.2019.

SILVA, Ozana Rebouças. **Universidade e desenvolvimento local: a UFRB e o desenvolvimento em Cachoeira/BA segundo a percepção dos agentes locais** / Ozana Rebouças Silva. Cruz das Almas, BA, 2017. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/mpgestaoppss/dissertações/category/14-2017?download=125:ozana-reboucas-silva>>. Acesso em: 25 fev.2019.

4 ARTIGO 2 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO TERRITÓRIO DO SERTÃO PRODUTIVO NA BAHIA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Fabício Lopes Rodrigues³
Marcius de Almeida Gomes⁴

RESUMO

Os critérios utilizados como definição dos territórios de identidade variam e dependem dos objetivos governamentais e do contexto político e econômico de cada região. É preciso entender a definição do território adotado pelos governos, procurando conhecer o espaço físico e as suas relações sociais, mantendo as suas unidades, como por exemplo, as cidades que formam de maneira coesa. O objetivo deste artigo é caracterizar as informações regionais quanto à econômica, a educação e os aspectos sociais, analisando o desenvolvimento regional do território do sertão produtivo na Bahia e a educação superior. A investigação utiliza como metodologia a pesquisa de abordagem qualitativa, bibliográfica e documental. Os municípios que estão recebendo mais investimentos na educação superior, estão se tornando cidades polos nos territórios de identidade, passando a ser mais atrativas em investimentos dos diversos setores da economia, melhorando o nível de qualidade em termos de serviços, produção agrícola e industrial. No que diz respeito ao fator educação, com o aumento dos cursos em algumas cidades do território do Sertão Produtivo da Bahia, o índice de desenvolvimento humano entre os anos de 1991 e 2010, aumentaram: de 0,387 para 0,656 em Brumado; de 0,331 para 0,625 em Caetité; e 0,413 para 0,673 em Guanambi. O que, demonstra a importância das IES para o desenvolvimento regional. Embora a evolução dos indicadores econômicos não seja suficiente para um desenvolvimento mais inclusivo, o acesso à educação superior, através das IES nos territórios, fomenta o desenvolvimento econômico, aumentando a produtividade local, melhorando o rendimento das famílias e adicionando benefícios na educação formal.

Palavras-Chave: Território de Identidade. Desenvolvimento territorial. Gestão pública.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC). E-mail: fabriciolopesr@hotmail.com.

⁴ Doutor em Educação Física. Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Departamento de Educação – *Campus XII / Guanambi*. E-mail: magomes@uneb.br.

4.1. INTRODUÇÃO

É preciso entender o contexto do território adotado pelos governos, procurando conhecer o espaço físico e as suas relações sociais, mantendo as suas unidades. De acordo com esta visão, a coesão indica que existe uma identidade territorial e esses elementos apresentam-se como pressupostos considerados pelos gestores públicos para remodelar e gerir a política pública de desenvolvimento.

Para uma melhor identificação do Território e sua execução associada dos serviços públicos, foi definido para cada um deles o consórcio público que viabiliza e fomenta a construção de novas políticas públicas, em vez do governo planejar para a população, passa a fazer isto com a própria população, no propósito de facilitar a articulação, sensibilização, mobilização coletiva dos atores do território, com programas e projetos específicos que viabilizem o desenvolvimento territorial; ou seja, aplicando estratégias e intervenções na melhoria da gestão pública e a racionalização do uso do dinheiro público no território, uma vez que a solução de problemas comuns se dá por meio das ações compartilhadas.

O Território do Sertão Produtivo é formado por 19 (dezenove) municípios: Guanambi, Brumado, Caetité, Palmas de Monte Alto, Iuiú, Candiba, Pindaí, Urandi, Sebastião Laranjeiras, Ibiassucê, Caculé, Rio do Antônio, Malhada de Pedras, Tanhaçu, Ituaçu, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora e Lagoa Real, que compõem o Território de Identidade. Segundo dados do IBGE (2010), a população total do Território é de aproximadamente 439.455 (quatrocentas e trinta e nove mil, quatrocentas e cinquenta e cinco) pessoas, das quais 51% vivem em áreas rurais.

Os projetos para o desenvolvimento local estão ligados a algum tipo de vocação da região, a exemplo da agricultura, comércio, pequenas indústrias, energia renovável (fotovoltaica e eólica), saúde e educação, como a existência das atividades típicas, históricas, religiosas, educacionais ou a alguma atividade econômica criada pelo planejamento em virtude da vontade política, pois não existe receita pronta para o desenvolvimento. Essa evolução acontece nas diversas vertentes, seja educacional, cultural, econômica, social e humana; onde todas possuem a sua parcela de contribuição, sendo medidas a partir de três fatores: renda, longevidade e educação.

No que diz respeito ao fator educação, a do número de cursos nos territórios estudados e o índice de desenvolvimento humano entre os anos de 1991 e 2010,

demonstram que a presença das IES nas regiões impacta positivamente no desenvolvimento humano regional.

Portanto, não basta dizer com isso que uma estratégia de desenvolvimento local busca a criação de fatores locacionais, e que isso provoca uma aglomeração de empresas, recursos e desenvolvimento local, é preciso mais, ou seja, criar um sistema produtivo sustentável no tempo das lideranças locais ou regionais, beneficiando a população regional.

Esse estudo justifica-se por analisar os indicadores econômicos e acadêmicos, identificando a realidade territorial pesquisada, constituída através de lei e a partir da especificidade regional, sendo necessária para facilitar o planejamento com o propósito de articulação e mobilização coletiva dos atores, com os projetos específicos que viabilizem o desenvolvimento territorial, analisando a necessidade em compreender as diferenças crescimento x desenvolvimento, passando por uma reforma estrutural e na formação do seu público envolvido.

A transformação regional, em virtude da reestruturação na gestão produtiva, populacional e educacional, se refere a um território socialmente construído, podendo ser tanto ligado ao desenvolvimento de uma determinada cidade quanto ao de uma região de cidades, com os impactos do acesso ao ensino superior, relacionados aos benefícios que podem ser gerados pela educação, enquanto acesso as oportunidades e desenvolvimento econômico, com as modificações educacionais, sociais, econômicas e ambientais significativas nos últimos anos.

O objetivo deste artigo é caracterizar as informações regionais quanto à econômica, a educação e os aspectos sociais, analisando o desenvolvimento regional do território do sertão produtivo na Bahia e a educação superior.

4.2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITÓRIO

Os critérios utilizados como definição na questão do território variam e dependem dos objetivos governamentais e com relação ao contexto político e econômico de cada região. Em geral, os termos “mesmo perfil econômico e ambiental” e “identidade social e cultural”, são frequentes nas definições de território apresentadas por programas governamentais. (ABRAMOVAY, 2006; MDA/SDT, 2005).

Braga (2010, p.1) explica esta posição sobre identidade, dizendo: “A demarcação da identidade culminou com a incorporação desta categoria ao conceito de territórios que passaram a ser denominados também como *territórios de identidade* abrangendo as áreas rurais e urbanas do conjunto de municípios que o compõem”.

O Território de Identidade tem como finalidade identificar prioridades definidas a partir da realidade local, caracterizadas pelo ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições; onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorialidade, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões. Quando se discute sobre o desenvolvimento de uma região, procura-se ter definido o conceito de desenvolvimento regional. As principais teorias que abordam esse tema embasam-se na industrialização como o meio para atingi-lo, através de relações em cadeia, visando impulsionar as principais atividades econômicas da região atingida. Cavalcante (2008). O território é também produto das relações sociais e por isto pode ser considerado sinônimo de espaço humano, de espaço habitado. (SANTOS, 1996; FERNANDES, 2009; SOUZA, 2010)

O Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade, constituídos através de lei e a partir da especificidade de cada região. Adotada a regionalização, territórios de identidade pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), através da Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, contava à época com 26 (vinte e seis) Territórios de Identidade, que abarcavam os 417 (quatrocentos e dezessete) municípios. Atendendo as finalidades do governo estadual e às necessidades dos municípios, sofreu novos ajustes e está consolidada conforme Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015, contanto com 27 (vinte e sete) Regiões.

De acordo com Benko (2001, apud Bellingieri, 2017, p. s.p.), a crescente internacionalização da atividade econômica e a redefinição das funções clássicas do Estado modificam as escalas territoriais, fortalecendo os níveis de ação locais e regionais, elegendo as regiões e lugares como fontes de vantagens concorrenciais e os atores locais como determinantes da competitividade das atividades econômicas. Esta nova paisagem econômica forma um “mosaico de regiões”.

O primeiro documento que apresenta os Territórios de Identidade é o PPA 2008-2011. Segundo o documento de planejamento do Estado da Bahia, SEPLAN (BAHIA, 2007, p. 63, apud FLORES, 2015, p. 23):

Para a formulação e implementação das ações que integram o Plano de Governo, adotou-se a priori o conceito de Território de Identidade utilizado pela Coordenação dos Territórios e Movimento da Agricultura Familiar e MDA, onde o sentimento de pertença da população, associado a características socioeconômicas, políticas, culturais e geo-ambientais de cada espaço, constituiu um elemento essencial para a definição e delimitação dos 26 territórios baianos.

Conforme mencionado anteriormente, para uma melhor identificação do Território e sua execução associada dos serviços públicos, foi definido para cada território o consórcio público que viabiliza e fomenta a construção de novas políticas públicas.

Assim sendo, em vez do governo planejar para a população, passa a fazer isto com a própria população, com o propósito de facilitar a articulação, sensibilização, mobilização coletiva dos atores de cada território, com programas e projetos específicos que viabilizem o desenvolvimento territorial, ou seja, aplicando estratégias e intervenções que viabilizem a melhoria da gestão pública e da racionalização no uso do dinheiro público no território, uma vez que a solução de problemas comuns se dá por meio de ações compartilhadas.

Os consórcios públicos foram concebidos pela Emenda Constitucional nº 19/98, ao estabelecer, no art. 241 da Constituição Federal, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, com objetivo de promover a gestão associada de serviços públicos.

A regulamentação desse instrumento ocorreu com a publicação da Lei Federal nº 11.107/05 e do Decreto nº 6.017/07. Enfatizamos que, as regiões pesquisadas participam dos consórcios públicos de desenvolvimento sustentável do Sertão Produtivo.

Os benefícios da união acima apresentada passam desde os mais visíveis e diretos, como a racionalidade dos processos e despesas, a construção dos projetos em conjunto, até então considerados inviáveis de forma isolada, e ainda o fortalecimento político e econômico regional. Na Bahia, do total de 417 municípios (100%), apenas 277 das cidades (66%), participam de algum consórcio de desenvolvimento regional, de acordo com a confederação nacional dos municípios – CNM (2016).

Reforçamos aqui, a necessidade de compreender as diferenças crescimento x desenvolvimento, ao mesmo tempo em que o crescimento das regiões, passa por uma

reforma estrutural e na formação do seu público envolvido, onde Benko (1999, p. 78) afirma que, “[...] o crescimento econômico não se verificava em toda parte e simultaneamente, é pontual e dinâmico e difunde-se em função da estrutura espacial e industrial da região e da armadura urbana.”

4.3. TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO

Para melhor entender o contexto do Território de Identidade, retomamos ao documento de planejamento do Estado da Bahia, Dec.10.359, de 2007, SEPLAN (BAHIA, 2007, apud FLORES, 2014, p.25), que define sobre as responsabilidades da SEPLAN no “Artigo 2º”:

Art. 2º - Compete à SEPLAN: I - coordenar a elaboração e a atualização do Plano de Desenvolvimento Estadual, da Política de Desenvolvimento Territorial e Regional, do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais.

Um conjunto de ações de melhorias são implementadas por meio de esforço conjunto entre as Prefeituras, Consórcio Regional de Desenvolvimento Sertão Produtivo e outros órgãos interessados no crescimento da região na Bahia. Conforme informamos na introdução deste estudo, a atividade industrial da região foi iniciada na década de 40, com a instalação da indústria de mineração Magnesita. Esta é a área de maior acumulação de minérios do Estado, a exemplo da exploração de urânio, ferro, Magnesita, Manganês e talco; além da exploração de quartzo e argila, de forma dispersa, em toda a região e os projetos estruturantes da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL); e ainda, a energia fotovoltaica e eólica em Guanambi. O Território tem microrregiões referência na produção de frutas, mandioca, algodão e outros produtos da Agricultura Familiar como banana, feijão, amendoim, arroz, milho, alho, cebola, maracujá, laranja.

A questão conceitual e empírica de territorialidade permeia em duas vias, posto que relata Little (2004, p. 271):

[...] o conceito jurídico de reconhecimento fundiário estabelecido pelo Estado tende a se confundir com os conceitos político e etnográfico, os três formando parte de um mesmo processo de constituição e resistência dessas comunidades. Se as categorias territoriais utilizadas pelo Estado tiveram e tem finalidades de controle social dessas populações, a luta em tomo das categorias jurídicas territoriais tomou-se uma luta de mão dupla, já que as

categorias utilizadas para a dominação política também podem servir para a reafirmação social e territorial, processo em que passam a agir como fonte de novas identidades socioculturais.

É fundamental entender a territorialidade humana e ter uma multiplicidade das expressões, produzindo uma amplitude de tipos de territórios, cada um deles, com suas particularidades socioculturais e econômicas. Dessa forma, a territorialidade precisa entender as formas específicas dessa diversidade de territórios e controle social dessas populações e indicadores, conforme Tabela 5 a seguir:

Tabela 5 – Indicadores Territoriais do Sertão Produtivo.

INDICADORES TERRITORIAIS				
Localização Geográfica	Área em Km²	Densidade Demográfica	Quantidade de Municípios	Municípios Destaques
Centro Sul baiano	23.550	21,2 hab./km ²	20	Brumado e Guanambi

1. POPULAÇÃO

CENSO DEMOGRÁFICO	ESTIMATIVA			PROJEÇÃO	
Ano	2010	2017	2020	2025	2030
Sertão Produtivo	460.794	501.130	499.784	515.035	529.211

2. TERRITORIAIS

POPULAÇÃO CENSITÁRIA POR SITUAÇÃO DE MORADIA – 2010	POPULAÇÃO CENSITÁRIA POR GÊNERO – 2010
Sertão Produtivo: Urbana = 54,4% Rural = 45,6%	Homens = 50% / Mulheres = 50%

Fonte: SEI (2019). Adaptado pelo autor.

É necessária uma construção do conhecimento, pautada em uma nova visão, nova metodologia, onde a discussão sobre o entendimento do desenvolvimento local, passa por uma relação entre a competitividade e a sustentabilidade, com foco na flexibilização do desenvolvimento contemporâneo, onde Becker (1995, p. 3), afirma que,

[...] é irreversível a tendência ao desaparecimento das grandes utopias, chega ao fim a era dos grandes modelos de desenvolvimento, e que, ao

mesmo tempo, essa tendência tem um outro lado: cria a necessidade, ou melhor, abre a possibilidade para o surgimento de novas e diversas utopias. Dessa forma, geram-se as condições concretas para a coexistência de múltiplos modelos de desenvolvimento.

Diante disto, fundamental se faz que este potencial múltiplo de novos modelos, coexistente num mesmo território, seja explorado por aqueles que estudam desenvolvimento. Acreditamos que esta é hora para de enfrentar novos desafios acadêmico-políticos, visando o bem comum. Se novas e diversas utopias, a reflexão coletiva, envolvendo não só a representantes da academia e da política, mas também a comunidade ampliada, para problematizar a questão e voltar a sonhar, em busca de novas soluções para um problema antigo.

A Tabela 6 que segue, apresenta as taxas de analfabetismo da Bahia e do Sertão Produtivo, assim como as instituições de ensino superior, presenciais e a distância,

Tabela 6 – Indicadores Territoriais do Sertão Produtivo – Educação

TAXA DE ANALFABETISMO			INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – 2017		
Ano	2000	2010	Estrutura	Unidades presenciais	Polos EAD
Bahia	22,1%	16,3%	Bahia	121	320
Sertão Produtivo	28,2%	20,7%	Sertão Produtivo	15	55

Fonte: Censo Demográfico (2000-2010); Censo do Ensino Superior (2017); Sindata/Semesp, com base: INEP (2010); IBGE (2017); SEI (2019). Adaptado pelo autor.

Há grande dificuldade na conceituação da região, pois, além dos espaços físicos, ambientais, culturais, econômicos e políticos, para se identificar uma região é preciso conhecer sua história. Isto porque a região é um espaço dinâmico, em constante transformação. O determinismo geográfico na caracterização de uma região foi continuamente substituído em âmbito acadêmico, nas últimas décadas, por definições de região como resultantes das ações antrópicas, como as relações sociais, políticas e econômicas. (CUNHA, SIMÕES & PAULA, 2005, apud VIEIRA & SANTOS, 2012).

O desenvolvimento econômico local precisa conquistar o seu espaço, portanto necessário se faz as devidas transformações de ordem social em sua população. Isto vem acontecendo com o desenvolvimento da educação regional, com importantes polos educacionais, que transformam os interesses da população em crescimento e mudança, conforme afirma Perroux (1967, p. 194):

O crescimento e o desenvolvimento dum conjunto de territórios e de populações não serão, por conseguinte, conseguidos senão através da organização consciente do meio de propagação dos efeitos do pólo de desenvolvimento. São órgãos de interesse geral que transformam o crescimento numa indústria ou numa atividade em crescimento numa nação em vias de formação e os desenvolvimentos anárquicos em desenvolvimento ordenado.

É necessário um processo de transformação da sociedade, no caminho para que o crescimento seja real e contínuo, onde todos os elementos da região presente sejam atingidos pela contribuição e pelos resultados, de forma consciente e organizada.

Tabela 7 – Indicadores Territoriais da Economia – Sertão Produtivo (S.P.).

4. ECONOMIA				
PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB				
PIB	Cidades			
	Territórios	Brumado	Caetité	Guanambi
PIB (R\$ milhões)	S.P. R\$ 4.958.985,75 V.C. R\$ 3.127.915,66	R\$ 1.011,7	R\$ 438,3	R\$ 857,4
PIB (per capita)	S.P. R\$ 10.015,99 V.C. R\$ 7.770,37	R\$ 14.709,70	R\$ 8.402,10	R\$ 10.129,20

Fonte: SEI (2016); Pesquisa Agrícola Municipal / IBGE (2016); Pesquisa Pecuária Municipal / IBGE (2016). *Inclui o valor dos impostos. Adaptado pelo autor, com base na SEI (2019).

Os indicadores apresentados demonstram o potencial econômico do território em estudo, onde devemos ressaltar a importância de uma política territorial, orientando o desenvolvimento regional, com ações integradas e equilíbrio entre as cidades, centrando em fatores locais favoráveis.

Segundo Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento econômico pode ser

entendido como um processo de acumulação de capital e aumento da capacidade produtiva de um determinado país, Estado ou região, que culmina num processo de crescimento sustentável da renda dos habitantes levando à melhoria do padrão de vida da população em geral.

Para Kuznets (1970 p.10) “[...] o aspecto característico do moderno desenvolvimento econômico é a frequente combinação de altas taxas de aumento populacional total e do produto *per capita*, implicando taxas ainda mais elevadas de expansão do produto total”. O autor destaca a importância sobre a ampliação do produto *per capita* que se apresenta de extrema importância para o desenvolvimento econômico regional, na medida em que o aumento da produção *per capita* do país, destaca-se em mudanças no padrão de demanda, bem como no melhor padrão de vida populacional.

O processo de agregar valor às atividades e capacitar a região para que esta também possa experimentar um real processo de desenvolvimento gera como resultado um ambiente propício à criação de postos de trabalho, bem como o desenvolvimento econômico local e regional (AMARAL FILHO, 2009). Analisando os indicadores territoriais do mercado de trabalho no Sertão Produtivo, a população economicamente ativa – PEA (2010), ficou em 215.952 pessoas, com taxa de desocupação em 7,3% e o rendimento médio de emprego formal – RAIS, oscilou no território, ficando em R\$365,58 (2001), R\$ 917,67 (2010) e R\$ 1.520,06 (2015).

A inserção dos indivíduos no mercado de trabalho influencia, o nível da taxa de desemprego. Pequenas variações negativas ou positivas na taxa de participação geram mudanças importantes na taxa de desemprego, onde essa taxa de desemprego varia de acordo com o tamanho da PEA. Alguns fatores podem influenciar o comportamento da taxa de participação, como, por exemplo, os ligados ao território de identidade.

Oliveira (2002) acredita que, de forma geral, o desenvolvimento econômico deve resultar do crescimento econômico e necessariamente deverá estar acompanhado de melhorias visíveis na qualidade de vida da população. Seguindo essa análise, Vasconcellos e Garcia (2008, p. 255), afirmam:

O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

De acordo com Chilson (1990), as políticas de desenvolvimento local emergiram no final da década de 1970, quando os governos dos países desenvolvidos reorientados pela política econômica a qual conferia um papel central às condições macroeconômicas, reduzindo dessa forma a atuação de indústrias e políticas regionais, deixando a solução dos problemas locais congênitos nas mãos dos atores e governos locais.

4.4. INDICADORES MUNICIPAIS

O processo de agregar valor às atividades e capacitar a região para que esta também possa experimentar um real processo de desenvolvimento gera como resultado um ambiente propício à criação de postos de trabalho, bem como o desenvolvimento econômico local e regional. (AMARAL FILHO, 2009).

Acompanhando essa tendência, além do polo educacional desenvolvido nesses territórios, por possuírem vocação para o comércio e agricultura, três amplos projetos estruturantes chegaram trazendo milhões em investimento, emprego e renda.

A ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), o complexo fotovoltaico de Guanambi, além da energia eólica nas cidades de Brumado e Guanambi. Todos esses investimentos, aliados as necessidades de ampliação em serviços mais qualificados, transformaram a realidade territorial desses municípios.

Os indicadores municipais de mercado de trabalho desse território, apresentam os dados da população economicamente ativa – PEA, na cidade de Brumado em 30.530 pessoas com taxa de desocupação em 9,5%, a cidade de Caetité em 23.477 pessoas e taxa de 7,0% e a cidade de Guanambi, com 40.257 pessoas e taxa de desocupação em 7,6% no mercado de trabalho, durante o ano de 2010, com base nas informações publicadas pela SEI (2017). A necessidade de realizar um planejamento sobre as ações estratégicas de nível regional é essencial para que se possa direcionar, de forma mais otimizada, as ações de desenvolvimento. Conforme Prebisch (2000, p. 74):

O planejamento comporta três aspectos diferentes, embora estreitamente ligados entre si: a) a concepção de um plano; b) a tradução deste plano numa série de medidas concretas e projetos específicos; e c) a organização administrativa, que corresponde às duas tarefas anteriores a execução, supervisão e constante adaptação do plano às mudanças da realidade. Em

outras palavras, um plano de desenvolvimento econômico e social requer o planejamento da administração pública para atingir seus objetivos.

Mensurar os resultados das necessidades regionais e também aquelas a serem concretizadas a médio e longo prazo, permitirá que os gestores municipais planejem suas ações em caráter continuado na construção do processo de desenvolvimento sustentável duradouro, o que contribuirá para a participação dos gestores municipais e dos territórios, através da gestão participativa.

Isto será possível a partir do debate de ideias e sugestões em reuniões, oficinas e seminários territoriais, realizados por universidades, governo do Estado e Consórcios de desenvolvimento.

O território de identidade propõem a articulação desses atores envolvidos em torno de objetivos comuns, através do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável, como instrumento orientador de programas, projetos e planos de trabalho a serem elaborados e executados através do conjunto dos municípios que integram no seu respectivo território de desenvolvimento, apresentando ações de negociações sobre prioridade e aplicação dos recursos no apoio dos investimentos e sua execução.

Cabe à população, às entidades educacionais de nível superior e as instituições do poder público, que participam da execução das práticas territoriais, motivarem para que todos assumam o papel de acompanhar, supervisionar, criticar e reelaborar o Plano, sempre que for necessário, em prol de uma melhor qualidade de vida para toda a população e o desenvolvimento local.

Nesse contexto definem-se os municípios que estão investindo mais na educação de ensino superior se tornando cidades polos nos territórios de identidade, passando a serem atrativas em investimentos dos diversos setores da economia, melhorando o nível de qualidade em termos de serviços, produção agrícola e industrial.

Tudo isto tem promovido troca cultural e aumento nas opções de entretenimento, esportes, atividades culturais e educativas, dilatando os investimentos na economia, fazendo com que impulse o desenvolvimento local e conseqüentemente aquecendo mais o comércio, estimulando a vinda de novas instituições, novas empresas.

E se deve, ao fomento de melhoria da demanda por bens e serviços e a oferta de mão de obra mais qualificada, inaugurando assim um novo ciclo econômico para o município e região, gerando mais empregos, renda e desenvolvimento.

4.5. ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO ANTES E DEPOIS DAS IES

O desenvolvimento de uma região acontece nas diversas vertentes: educacional, cultural, econômica, social e humana. Todas com sua parcela de contribuição. O Desenvolvimento Humano é medido a partir de três fatores: renda, longevidade e educação.

No que diz respeito ao fator educação, a tabela seguinte (Tabela 8), apresenta uma comparação do número de cursos na Bahia entre algumas cidades do território do Sertão Produtivo e do índice de desenvolvimento humano nos anos de 1991 e 2010. Percebe-se que o número dos cursos de nível superior nas regiões impacta positivamente no desenvolvimento humano regional.

Tabela 8 – IDH e número de cursos de nível superior nas regiões

Região	IDH		Número de Cursos	
	1991	2010	1991	2010
Bahia	0,386	0,660	152	1290
Brumado	0,387	0,656	0	1
Caetité	0,331	0,625	2	7
Guanambi	0,413	0,673	1	19

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo IBGE (2010) e INEP (2017).

A educação é parte fundamental no processo de desenvolvimento, ainda mais quando se trata de educação de nível superior. De acordo com Silva (2017, p.35),

[..] a educação superior tem um papel fundamental pois, proporciona a formação mais qualificada do indivíduo; agrega conhecimento científico às necessidades da sociedade, e estabelece uma atitude de reflexão e de transformação perante questões no campo social, econômico, ambiental, político, cultural, tecnológico, ou seja, sua presença torna-se fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. (SILVA, 2017, p.35)

A educação superior tem sua importância na formação plena do indivíduo, com vistas à construção do cidadão, sendo capaz de proporcionar uma formação mais qualificada, agregando conhecimento e procurando promover a igualdade entre os indivíduos e a sociedade, buscando o desenvolvimento e redução das desigualdades, para que seja alcançada a dignidade do ser humano.

A quantidade de discentes matriculados nas IES pesquisadas no território, passam pela UNEB-XX (403), UNEB-VI (945), UNEB-XII (983), IF Baiano (1.300) e UNIFG (4.580), chegando a um total de 8.211 estudantes. O território de identidade passou por mudanças significativas nas questões sociais e econômicas nos últimos anos, atravessando pelo incremento na renda, a superação de grandes adversidades, como a seca prolongada e a quebra da agricultura, setor importante para o sustento regional.

Embora a evolução dos indicadores econômicos não seja suficiente para um desenvolvimento mais inclusivo, o acesso à educação superior, através das Instituições de Ensino Superior nos territórios, como fomento ao desenvolvimento econômico, aumenta a produtividade local, melhorando o rendimento das famílias e adicionando outros benefícios da educação formal.

Conforme apontam Fernandes e Gremaud (2009, p. 220), “[...] além dos aspectos econômicos, a escolaridade tem sido associada, também, a uma variedade de benefícios não-econômicos: melhor saúde, redução da criminalidade, menor incidência de gravidez na adolescência, maior coesão social [...]”.

Carlos Milani (2003, p.1) afirma que “[...] o crescimento econômico não produz, necessária e diretamente, o desenvolvimento social; [...] as instituições e o sistema social são elementos-chave na resolução do problema de acesso aos benefícios econômicos produzidos e de sua repartição”. Desta forma, os dados relacionados ao número de alunos matriculados nas IES, permitem observar que, a evolução do ensino superior nos territórios apresenta resultados importantes no desenvolvimento econômico. Este é um dos caminhos para redução da desigualdade de renda e desenvolvimento econômico.

Com isto, a educação superior quando é mantida na direção exata pela qual foi criada, é capaz de gerar e compartilhar conhecimento, além de proporcionar a reflexão crítica para com a sociedade, aprimorando a responsabilidade social, ambiental e contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento local e regional.

4.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento econômico regional experimentou, nesses últimos anos, uma profunda transformação, em virtude da reestruturação na gestão produtiva, populacional e educacional. O desenvolvimento local não é, necessariamente, sinônimo de desenvolvimento municipal, visto que o desenvolvimento endógeno, não se refere a uma escala geográfica determinada, mas, sim, a um território socialmente construído, podendo ser tanto ligado ao desenvolvimento de uma determinada cidade quanto ao de uma região de cidades, embora muitas vezes acabe sendo utilizado como sinônimo de desenvolvimento local.

Os impactos do acesso ao ensino superior, relacionado aos benefícios que podem ser gerados pela educação é um processo difícil e na maioria das vezes de extrema complexidade. O território de identidade do Sertão Produtivo apresenta um histórico de desigualdade educacional, enquanto acesso as oportunidades e desenvolvimento econômico, pela ausência da escolaridade e de outros benefícios relacionados.

Com as modificações educacionais, sociais, econômicas e ambientais significativas nos últimos anos, a região estudada passou pela ampliação do ensino superior, melhorando o nível de renda de sua população e aprendendo, através da qualificação, dos projetos públicos e dos investimentos, a superar as crises que sempre afetaram essas regiões no passado. Com o acesso ao ensino superior, ocorreu uma série de melhorias nas condições locais e nos indicadores econômicos, fomentando de forma mais sustentável o desenvolvimento econômico, otimizando os recursos para a produtividade local e melhorando o rendimento financeiro familiar.

É necessário entender que, o território adotado pelos governos estaduais e municipais mantém as suas relações sociais e econômicas de forma coesa. Dessa forma, uma identidade territorial e os elementos aqui expostos precisam ser analisados de forma estratégica pelos gestores públicos para remodelar e gerir a política pública de desenvolvimento local.

Para uma melhor identificação territorial e sua execução associada aos serviços públicos, cada território é definido com suas características peculiares e indissociáveis, onde o poder público procura viabilizar e fomentar a construção das novas políticas públicas, no propósito de facilitar a articulação, sensibilização, mobilização coletiva dos agentes envolvidos de cada território, com projetos

específicos que viabilizem o desenvolvimento territorial, ou seja, aplicando estratégias e intervenções que viabilizam a melhoria da gestão pública e a racionalização no uso do dinheiro público no território, uma vez que a solução de problemas comuns se dá por meio de ações compartilhadas.

Portanto, os projetos para o desenvolvimento local sugere-se estar ligados a educação superior e a algum tipo de vocação regional, com a existência das atividades típicas, históricas, ou alguma atividade econômica criada pelo planejamento em virtude da vontade política, pois não existe receita pronta para o desenvolvimento, sendo necessária a criação de um sistema produtivo sustentável com as lideranças locais e regionais, beneficiando toda a população.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NIEMAN, G. (Org.) **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. 1a ed. Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad - CICCUS, 2006. 448 p. 51-70 p.

AMARAL FILHO, J. DO. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>. Acesso em: 11 jun.2019.

BARONI, Margaret. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, v. 32, n. 2, p. 14-24, 1992.

BECKER, D. F. A economia política do Vale do Taquari: uma análise da dinâmica do processo de desenvolvimento regional. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 1, n. 1, p.1-42, 1994.

_____. Desenvolvimento contemporâneo: processo de globalização e/ou fragmentação? **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 2, n. 1, p.1-24, 1995.

BECKER, D. F. Capital social: um “novo” (velho) paradigma de organização social dos diferentes processos de desenvolvimento regional. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 9, n. 1, p. 7-26, 2002.

BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do Desenvolvimento Regional e Local: Uma Revisão Bibliográfica. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano**

XIX – V. 2 - N. 37 - Agosto de 2017. Salvador - BA. p. 6–34. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4678/3228>>. Acesso em: 11 jun.2019.

BENKO, Georges. **A ciência regional**. Oeiras: Celta, 1999. VIII, 160 p, il. (Geografias).

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. Interações: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 7-12, mar. 2001.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios.

BRAGA, N. L. **Balanco de Gestão**. Resultados das ações do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) 2003-2010. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT/MDA. Brasília, 2010. 115 p.

BRASIL. **Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007**. Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Publicado no DOU de 18.1.2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6017.htm>. Acesso em: 2 mai.2020.

_____. Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Publicado no DOU de 7.4.2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm>. Acesso em: 2 mai.2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para discussão EESP/FGV, v. 157, 2006.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, vol. 02, nº 1, p. 09-32, 2008.

CHILSON, M. **Regions in Recession and Resurgence**. [s.l.] Unwin Hyman, London, 1990.

CNM – Confederação Nacional de Municípios. Consórcios públicos estão presentes em 66,3% dos Municípios, diz pesquisa. **Portal CNM**. Home – Comunicação – Notícias 06/05/2016. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/consorcios-publicos-estao-presentes-em-663-dos-municipios-diz-pesquisa>>. Acesso em: 06 mai.2020.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. Qualidade da Educação: Avaliação, Indicadores e Metas. In: FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. **Educação Básica no Brasil: Construindo o país do futuro / organizadores, Fernando Veloso...**[et al.]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p.213-238.

FLORES, Cintya Dantas. **Territórios de Identidade na Bahia: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial** / Cintya Dantas Flores – Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19347/1/Territ%c3%b3rios%20de%20Identidade%20na%20Bahia%20-%20Cintya%20Flores%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf>>. Acesso em: 18 fev.2019.

KUZNETS, S. **Aspectos Quantitativos do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 1970. 89 p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Bahia. ,2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 fev.2019.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. Censo Da Educação Superior. **Notas Estatísticas**. 2017. Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf>. Acesso em: 22 fev.2019.

_____. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 22 fev.2019.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**.2002.

MILANI, Carlos. Teoria do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **IV Conferência Regional ISTR-LAC**; San José, Costa Rica, 2003. Disponível em: <<http://www.lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/carlosmilanip.pdf>>. Acesso em: 20 jul.2019.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, mai/ago. 2002.

PERROUX, François. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas Principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, Rio de Janeiro – São Paulo, Record, 2000, v.1.

PREBISCH, Raul. Dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: **CEPAL**, 2 ed. Brasileira, Rio de Janeiro/São Paulo, Fundo de Cultura, 1968.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. [s.l.] Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 136 p. (Coleção

Geografia: Teoria e Realidade, série “Linha de Frente”).

SDR - Secretaria do Desenvolvimento Rural. **Portal SDR**. Governo do Estado da Bahia. Disponível em <<http://www.sdr.ba.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar.2019.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Portal da SEI**. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2650&Itemid=691>. Acesso em: 15 fev.2019.

_____. **Perfil dos Territórios**. Governo do Estado da Bahia. Secretaria do Planejamento. Vol. 1. Publicações SEI. Salvador – Ba. 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/perfil_dos_territorios/ptib_vo1_01.zip>. Acesso em: 12 fev.2019.

_____. **Perfil dos Territórios**. Governo do Estado da Bahia. Secretaria do Planejamento. Vol. 3. Publicações SEI. Salvador – Ba. 2018. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/perfil_dos_territorios/ptib_vo1_03.zip>. Acesso em: 14 fev.2019.

_____. **Indicadores Territoriais: Território de Identidade Sertão Produtivo**. Governo do Estado da Bahia. Secretaria do Planejamento. Publicações SEI. Salvador – Ba. 2019. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/sertaopr dutivo.pdf>. Acesso em: 18 fev.2019.

_____. **Indicadores Territoriais: Território de Identidade Velho Chico**. Governo do Estado da Bahia. Secretaria do Planejamento. Publicações SEI. Salvador – Ba. 2019. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/velhochico.pdf>. Acesso em: 16 fev.2019.

_____. **Resumo Bahia. InfoBahia: O Estado em números**. Governo do Estado da Bahia. Publicações SEI. Salvador – Ba. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/resumo/resumo_bahia.pdf>. Acesso em: 20 fev.2019.

_____. **Resumos: Indicadores**. Portal da SEI. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2911709.pdf>. Acesso em: 21 fev.2019.

_____. **Resumos: Notas**. Portal da SEI. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/notas/2911709_NOTA.pdf>. Acesso em: 21 fev.2019.

_____. **Resumos: Indicadores**. Portal da SEI. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2905206.pdf>. Acesso em: 22 fev.2019.

_____. **Resumos:** Notas. Portal da SEI. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/notas/2905206_NOTA.pdf>. Acesso em: 22 fev.2019.

_____. **Resumos:** Indicadores. Portal da SEI. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2904605.pdf>. Acesso em: 23 fev.2019.

_____. **Resumos:** Notas. Portal da SEI. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/notas/2904605_NOTA.pdf>. Acesso em: 23 fev.019.

_____. **Resumos:** Indicadores. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2903904.pdf>. Acesso em: 24 fev.2019.

_____. **Resumos:** Notas. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/notas/2903904_NOTA.pdf>. Acesso em: 24 fev.2019.

_____. **Indicadores dos Planos Municipais de Educação.** Portal da SEI. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYTAwM2UyZDAtYjUyNC00YTUyLWl3OGEtYTEwYzI4MWFmMzNiliwidCI6IjRjZDgzNWY0LTU0NDAtNDA4Zi05M2EzLTk3NWZjMTdjMzg0YSIsImMiOjR9>>. Acesso em: 01 mar.2019.

_____. **Limites Territoriais – Limites Municipais – Andamento do projeto de atualização dos limites.** Portal da SEI. Governo do Estado da Bahia. 2017. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2407&Itemid=539>. Acesso em: 01 mar.2019.

SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. **Portal da SEPLAN.** Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br>>. Acesso em: 22 fev.2019.

SILVA, Ozana Rebouças. **Universidade e desenvolvimento local:** a UFRB e o desenvolvimento em Cachoeira/BA segundo a percepção dos agentes locais / Ozana Rebouças Silva. Cruz das Almas, BA, 2017. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/mpgestaoppss/dissertações/category/14-2017?download=125:ozana-reboucas-silva>>. Acesso em: 25 fev.2019.

SOUZA, Rodrigo de Oliveira. **Análise da capacidade de absorção das riquezas geradas por grandes projetos em regiões periféricas, como meio de avaliar o desenvolvimento econômico.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciência e Tecnologia. Laboratório de Engenharia de Produção. Campos dos Goytacazes, 2017. 121 f. Disponível em: <http://uenf.br/posgraduacao/engenharia-de-producao/wp-content/uploads/sites/13/2013/04/Arquivo->

Disserta%C3%A7%C3%A3o-Final.pdf. Acesso em: 12 jun.2019.

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 292 p.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **G&DR** - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP.

Disponível em:

<<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/679/296>>. Acesso em:12 jun.2019.

5 ARTIGO 3 - GESTÃO ESTRATÉGICA EDUCACIONAL: PROPOSTAS ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Fabício Lopes Rodrigues⁵
Marcius de Almeida Gomes⁶

RESUMO

Estabelecer parâmetros entre universidade, produção do conhecimento científico e desenvolvimento regional, faz parte da missão das instituições que têm campus universitários em cidades do interior, muitas vezes distantes das capitais, onde a cultura é enraizada à região. Esta investigação surge deste contexto, objetivando avaliar quais são as ações estratégicas de gestão adotadas pelas IES para o desenvolvimento regional do Sertão Produtivo da Bahia, propondo ações estratégicas de fortalecimento territorial, considerados como fonte das categorias de análise do problema, antecedendo os resultados alcançados no campo empírico, ou *lócus* de pesquisa: o Sertão Produtivo da Bahia, especificamente as cidades de Brumado, Caetitê e Guanambi. Foram investigadas o Centro Universitário – UNIFG, IF Baiano e UNEB (Campus VI, Campus XII e Campus XX), através das entrevistas aos gestores(as) das IES e do poder público. Com metodologia de pesquisa de abordagem qualitativa, aplicada e de campo, baseada na fundamentação teórica do princípio de indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão, da gestão acadêmica e poder público, da responsabilidade social e com vista ao desenvolvimento regional. A pesquisa apresentou as modificações educacionais, sociais e econômicas significativas nos últimos anos no território, devido a ampliação do ensino superior, melhorando os indicadores territoriais e apresentando propostas estratégicas de gestão como produto final: Criação da Rede de Desenvolvimento Regional, a ser constituída nas IES como ferramenta auxiliar de planejamento estratégico e de desenvolvimento sustentável regional, com vetores de desenvolvimento, nas áreas estratégicas ; Criação do Comitê Estratégico da Cidade, com interação institucional e identificação das demandas sociais e desenvolvimento regional ; Aprimoramento dos projetos de pesquisa e extensão, aproximando estudantes da realidade socioeconômico com suas diversas complexidades e desafios ; Curso com foco em gestão para os diretores acadêmicos, garantindo uma postura gerencial mais empreendedora. Um potencial desafio para que estes gestores(as) promovam a discussão entre a comunidade acadêmica, envolvendo representantes da comunidade ampliada e dos gestores públicos da região, além de fazer uma reflexão crítico-analítica de seu PDI, com base no mencionado princípio de indissociabilidade.

Palavras-Chave: Território de Identidade. Desenvolvimento Regional. Responsabilidade Social. Gestão Acadêmica. Gestão pública.

5 Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC). E-mail: <fabriciolopesr@hotmail.com>.

6 Doutor em Educação Física. Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Departamento de Educação – *Campus XII / Guanambi*. E-mail: magomes@uneb.br.

5.1. INTRODUÇÃO

Aprofundar na análise do desenvolvimento regional no território perpassa seu conceito, diante da diversidade de autores e publicações sobre o tema. O conceito de território pode ser classificado como uma categoria de elementos institucionais, socioculturais e econômicos com modelos específicos de organização. Assim, Maillat (1995a), aborda o conceito de meio inovador que pretende apreender as dinâmicas territoriais de inovação, apresentando como pressuposto que os mecanismos do desenvolvimento encontram-se nas regiões que são capazes de inovar, de colocar em prática projetos que integrem as novas técnicas, a cooperação empresarial, as instituições de formação e pesquisa, muitas vezes com o apoio das autoridades locais e regionais ou das universidades.

Seguindo esse entendimento, o desenvolvimento sustentável é abordado e definido por Buarque (1999, p. 23):

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilidade das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. (BUARQUE, 1999, p.23).

O tema desenvolvimento local, desvela relações complexas que abarcam importantes aspectos de desenvolvimento regional e político-institucionais no território, à medida que estes atores estão envolvidos em seu bojo. Sem contar o elemento que constitui o “pertencimento”, a identidade, dos indivíduos com o território onde vivem.

O cenário desta pesquisa se configura baseada em critérios de planejamento e estrutura, como recomendaram os autores em nossos diálogos no decorrer da investigação da literatura pertinente, necessários para fazê-lo funcionar não apenas eficientemente, o que seria o mínimo esperado dos seus procedimentos acadêmico-administrativos, mas principalmente com eficácia, cientes dos elementos que a excelência preconiza.

Somando a isto, a necessidade de considerar o principal objetivo das IES educativas que é o de formar cidadãos para a vida, para a profissão, para o mercado de trabalho, com o fim de evitar que a gestão institucional se perca deste objetivo e,

valorize mais os critérios básicos de administração, fundamentando-os apenas em planejar, organizar, controlar e avaliar. Principalmente estes últimos que nos remete a inflexibilidade, ao engessamento de processos vivos como o ensino, a pesquisa, a extensão em um território que possui suas próprias características regionais, geográficas, culturais, sociais e políticas.

A educação apresenta-se como um ativo importante de transformação socioeconômico para o desenvolvimento territorial, aumentando a capacidade das pessoas do território em modificar os seus comportamentos, atitudes e valores. Essa modelo possibilita o surgimento de uma gestão voltada a atender as reais necessidades territoriais. Paiva (2004, p. 114) apresenta no seu estudo, o pensamento de Garofoli (1994, p. 41), que chama a atenção para o fato de que entende que o desenvolvimento endógeno é possível porque,

[...] quando a maior parte dos recursos utilizados é de origem local (empresas locais, trabalhadores de elevado profissionalismo e formados localmente, recursos financeiros acumulados na zona, tecnologia inovadora introduzida na área), o processo de desenvolvimento torna-se completamente endógeno. Uma vez atingido, o sistema local está em condições de dirigir o seu próprio processo de desenvolvimento e de transformação.

O planejamento da gestão territorial, pode ser integrada e adequada de acordo com a necessidades e interesses dos diversos atores envolvidos, como as IES, poder público e comunidade em geral. Esses atores educacionais, econômicos e sociais atuam como instrumentos potencializadores e de sustentabilidade no desenvolvimento territorial.

A pesquisa aborda as análises nas contribuições das IES e poder público municipal, na região do Sertão Produtivo do estado da Bahia, *lócus* deste estudo, sendo investigadas as cidades e instituições de Brumado (UNEB-Campus XX), Caetité (UNEB-Campus VI) e Guanambi (UNIFG, IF Baiano e UNEB-Campus XII), sendo considerados as fontes das categorias de análise do problema, onde serão apresentados, antecedendo os resultados alcançados no campo empírico, ou *lócus* de pesquisa, o território produtivo e com entrevistas aplicadas aos sujeitos da pesquisa, os(as) gestores(as) das IES já citadas (cinco), secretário executivo do consórcio público (um), representante da Seplan (um), o gestor regional do Sebrae (um) e gestores públicos municipais (três). Perfazendo um total de 11 (onze) entrevistados.

Esse estudo justifica-se por analisar o perfil institucional das IES, poder público

e gestores no território, identificando o seu objetivo estratégico e como vem colaborando com o desenvolvimento territorial. Estabelecer parâmetros entre a universidade, a produção do conhecimento científico e o desenvolvimento regional é também missão das IES que têm campus universitários em cidades do interior, muitas vezes a longas distâncias das capitais e suas mantenedoras, onde a cultura regional é arraigada a região e coexiste com estas. A formação acadêmica dos sujeitos que, além de buscarem nas universidades realizar seus anseios profissionais, como seres humanos, buscam também realizar as suas mais “diversificadas necessidades”. Portanto, os currículos de curso de graduação além das características específicas regionais precisam refletir também estas necessidades.

A pesquisa apresenta as modificações educacionais, sociais e econômicas significativas nos últimos anos no território, devido a ampliação do ensino superior, melhorando os indicadores territoriais e apresentando propostas estratégicas de gestão como produto final, como a Criação da Rede de Desenvolvimento Regional ; a Criação do Comitê Estratégico da Cidade ; o Aprimoramento dos projetos de pesquisa e extensão e o Curso com foco em gestão para os diretores acadêmicos.

Portanto, acredita-se que a missão da universidade vai além da formação do cidadão, saindo dos seus muros para efetivamente cumprir seu dever, sua responsabilidade social, refletindo sobre as questões do seu entorno e como contribuir com o território, diante dos seus problemas e necessidades reais. É um potencial desafio para que os(as) gestores(as) promovam a discussão entre a comunidade acadêmica, envolvendo representantes da comunidade ampliada e dos gestores públicos do território, além de fazer uma reflexão crítico-analítica de seu PDI, com base no mencionado princípio de indissociabilidade.

5.2. ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

Falar de ensino-pesquisa-extensão, partindo do critério principal, ou princípio, recomendado pelo MEC, sua indissolubilidade, não é uma tarefa simples. Segundo o Dicionário Online de Português⁷, “indissociabilidade” é a “[...] característica ou particularidade do que é indissociável, inseparável; que não se dissocia; que não pode

⁷ Fonte: <<https://www.dicio.com.br/indissociabilidade/>>.

ser separado nem desunido.”

Os pressupostos da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão busca a definição de toda ação acadêmica, perseguindo o princípio vinculado ao processo de formação das pessoas e da geração de conhecimento, conforme aborda Santos (2011, p. 65):

As reformas devem partir do pressuposto que no Século XXI só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer destes, há ensino superior, não há universidade. Isto significa que, em muitos países, a esmagadora maioria das universidades privadas e mesmo parte das universidades públicas não são universidades porque lhes falta a pesquisa ou a pós-graduação. (SANTOS, 2011, p.65)

Assim sendo, é um desafio constante para as universidades fazer com que estas funções, que são o tripé de sustentação da educação, sejam indivisíveis, inseparáveis, embora tenham conceitos próprios. Gonçalves (2015, p. 1230), corrobora com esta questão ao dizer que a “[...] consolidação do princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão é um desafio presente [...]” no cotidiano das universidades.

A autora acrescenta que, “[...] de acordo com a Constituição, necessariamente ele deve perpassar a formação promovida e ofertada por essas instituições, não sendo opcional a sua implantação.” (GONÇALVES, 2015, p. 1230)

Este princípio foi estabelecido pela Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988, p. 160), no seu “Art. 207”, que diz: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” Diante disto, podemos afirmar a obrigatoriedade desta inseparabilidade. Então, é um dever para as instituições universitárias, não é uma opção.

Embora estes eixos de estruturação sejam também conceitos que caminham individualmente, acreditamos ser importante problematizá-los questionando: Como podemos fazê-los funcionar de maneira indissociável? Como articulá-los para cumprir com esta exigência legal?

Sobre esta questão Tauchen (2009, p. 66), diz que:

[...] a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se restringe a uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, pois está relacionada às funções e à razão de ser das universidades, que se constituíram, historicamente, vinculadas às aspirações e aos projetos nacionais de educação.

Diante disto, este é um pleito muito mais complexo que envolve a universidade como um todo, incluindo cultura, estrutura, produção e políticas pedagógicas e de gestão. Gonçalves (2015), confirma esta complexidade ao complementar que, o princípio da indissociabilidade reitera:

[...] um dos cinco princípios da Extensão Universitária, presentes nas diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), que são também indissociáveis – Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social [...]. (GONÇALVES, 2015, p. 1230)

Como se pode ver, as universidades precisam lidar com todas as questões teóricas, operacionais e práticas, ou seja, com objetividade e subjetividade, com quantidade e qualidade, como qualquer organização. Um dos caminhos orientados pelo MEC para que isto ocorra tem a haver com sua organização e planejamento. Assim sendo, orienta e avalia o Planejamento de Desenvolvimento Institucional destas instituições, e, parte fundamental deste planejamento estratégico é o que cada universidade define como Missão.

5.2.1. As Universidades e suas Missões Estratégicas

A Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui em seu Art. 1º o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –SINAES, com o objetivo de “[...] assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes [...]”. (BRASIL, 2004, s.p.). E define sua finalidade no seu parágrafo 1º:

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Este órgão governamental, embora instituído com o principal objetivo de avaliar a educação superior, tem em seu bojo a busca de não só “ampliar” sua oferta, qualidade e melhoria, a “eficácia institucional e efetividade acadêmica”, mas, sobretudo, valorizar a missão institucional, a democracia, o respeito a sua identidade. Portanto, a valorização inicia com a “missão” institucional.

Sendo assim, a missão é o primeiro passo que identifica cada instituição, seu perfil institucional. Ela pressupõe seu objetivo maior, estratégico. Assim sendo, seguindo o modelo de PDI recomendado pelo MEC, objetivando contrastar os resultados alcançados na pesquisa, nesta seção elencamos a missão definida por cada IES em estudo, como ponto de partida das análises:

- **IF Baiano** – Missão (função social): Oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão. (IF BAIANO, 2014, p. 21)
- **UNEB** - A UNEB tem como missão a produção, difusão, socialização e aplicação do conhecimento nas diversas áreas do saber. (UNEB, 2017, p. 21)
- **UNIFG** - Formar cidadãos e profissionais comprometidos com a democracia e a cidadania, capazes de transformar a sociedade, desenvolvendo o conhecimento e contribuindo para a qualidade de vida. (UNIFG, 2014, p. 6)

Interessante observar que logo após a definição da missão o IF Baiano apresenta sua “Visão” e “Valores” institucionais, de maneira semelhante as que as organizações em geral formatam seus planejamentos estratégicos. Além disto, reforçando a questão da gestão seu PDI tem como título: Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 – 2019: Identidade e Gestão para a construção da excelência. As áreas de “Atuação Acadêmicas” do IF Baiano, são apresentadas logo após sua missão, visão e valores, por Campus e suas especificidades. (IF BAIANO, 2014, p. 21-30)

A UNEB, uma instituição pública assim como o IF Baiano, apresenta sua missão de maneira sucinta, mas a amplia definindo como objetivo:

Promover a formação integral do cidadão e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, das ações afirmativas, da justiça social, pluralidade étnico-cultural e demais princípios do Direito Público. (UNEB, 2015, p. 21)

Além do seu objetivo, a UNEB apresenta a infraestrutura administrativa, incluindo seu organograma, seus cursos de graduação e pós-graduação, infraestrutura física, finalizando com as áreas de atuação acadêmica. (UNEB, 2017, p. 21-25)

A única instituição privada em estudo, a UNIFG, apresenta sua missão, em seguida objetivos (geral e específicos) e metas, estruturados de maneira sequenciada e por departamento. Passa uma visão organizacional semelhante às organizações empresarias, embora não se distancie da principal função de uma instituição universitária: a formação do cidadão. Isto está explícito desde sua missão até seus objetivos e metas. Finaliza seu perfil institucional apresentando as áreas de formação acadêmica que atua. (UNIFG, 2014, p. 6-11)

Um dos pontos de intersecção entre as três missões, valores, princípios, objetivos, das instituições universitárias em estudo, diz respeito a construção do conhecimento, formação de cidadãos para a vida, para a profissionalidade.

Acontece, porém, que, falarmos de construção do conhecimento é também falarmos sobre patamares de construção. Se considerarmos o eixo de estruturação acadêmica “ensino”, podemos dizer que neste âmbito não se constrói conhecimento, mas se traduz conhecimento do acervo científico, ou não, certamente para uma ação formacional professor e aluno, seja de graduação, mestrado ou doutorado. Nestes casos, se esta tradução ou disseminação do conhecimento se transformar em pesquisa ela pode levar à construção do conhecimento.

É no eixo estrutural de “pesquisa” que encontramos um dos patamares de produção/construção do conhecimento institucional ou societário. A “pesquisa pura”, ou descoberta, é o primeiro patamar de construção do conhecimento; o segundo patamar, ou “pesquisa aplicada”, que pode ser o patamar da formação, é quando se fazem os testes do conhecimento produzido no âmbito da pesquisa pura; no terceiro patamar serão feitas as discussões, debates críticos dos resultados alcançados com a aplicação, potenciais para a construção de novos conhecimentos.

O terceiro eixo estrutural das universidades, a “extensão”, é o que leva o conhecimento produzido para as comunidades extra acadêmicas, através de cursos, palestras, projetos de pesquisa etc. É neste patamar que o conhecimento científico vai trocar, intercambiar, saberes científicos com saberes pragmáticos, ou conhecimentos construídos em comunidades de práticas, familiares, tradicionais e outras. A extensão aqui não é somente a extensão universitária, mas sim produção do conhecimento científico para o bem da sociedade, para melhoria da vida humana. É quando há a troca de saberes por/com práticas.

A partir destas considerações sobre o ponto comum entre os perfis institucionais de universidades, podemos concluir que estes patamares de construção

do conhecimento podem ser os pontos de articulação que fazem a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão em suas ações acadêmicas. Segundo Rays (2003, p. 73), a indissociabilidade é como “[...] um processo multifacetado de relações e de correlações que busca a unidade da teoria e da prática”. Esta busca é constante e flexível, caminha entre os conceitos articulando-os. Entretanto, acreditamos que estas três funções das IES universitárias não podem acontecer efetivamente sem uma gestão acadêmico-administrativa eficaz, principalmente quando estamos falando de desenvolvimento regional.

5.3. UNIVERSIDADE / DESENVOLVIMENTO REGIONAL / RESULTADOS DA PESQUISA

Estabelecer parâmetros entre a universidade, a produção do conhecimento científico e o DR é também missão de IES que têm campus universitários em cidades do interior, muitas vezes a longas distâncias das capitais e suas mantenedoras, onde a cultura regional é arraigada a região e coexiste com estas. Isto certamente, reflete diretamente na formação do cidadão para o trabalho e na economia da região.

Bresser Pereira (2006, s.p.), em seus cursos sobre desenvolvimento econômico, argui que:

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.

Falar em “progresso técnico” nos remete a formação dos profissionais que, após a graduação, são considerados técnicos – nível que por sua vez está ligado ao âmbito do ensino, ao desenvolvimento humano. Em contrapartida, quando pensamos em “aumento sustentado da produtividade” somos remetidos ao desenvolvimento regional. Podemos observar então, a reverberação do conhecimento acadêmico na vida humana, na sociedade, refletido no sustento e na renda familiar. Consequentemente, desenvolvimento humano e regional são âmbitos da vida humana, em particular, e da sociedade de uma região.

O certo é que, desenvolvimento,

[...] em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).” (VASCONCELLOS & GARCIA, 1998, apud OLIVEIRA, 2002, p. 38).

Pensar em desenvolvimento apenas do ponto de vista econômico é alijar todas as outras dimensões envolvidas com o tema. Furtado (1961, p. 115-116), corrobora com esta perspectiva ao afirmar em sua obra: “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”, que “[...] desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”. Então, a preocupação com a melhoria “dos indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”, indicada pelos autores Vasconcelos e Garcia (1998), apud Oliveira (2002, p. 38), fazem todo o sentido neste processo de desenvolvimento.

Corroborando com o dissemos sobre desenvolvimento como processo, retomamos Oliveira (2002, p. 40), quando diz que ele “[...] deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social.” Complementando esta ideia de processo, o autor fala ainda que os “incrementos positivos no produto e na renda” propiciam seu “crescimento” e sua transformação “[...] para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.”

Assim sendo, se remetermos esta questão para a formação acadêmica de sujeitos que, além de buscarem nas universidades realizar seus anseios profissionais, como seres humanos, buscam também realizar as suas mais “diversificadas necessidades”. Portanto, os currículos de curso de graduação além das características específicas regionais precisam refletir também estas necessidades.

Discutindo a questão das universidades e desenvolvimento regional, especificamente no âmbito dos currículos, Silva (2007, p. 37), indica a pesquisa como potencial solução para as questões pertinentes a este tema, dizendo que:

[...] no ramo da pesquisa é possível construir e aliar projetos de responsabilidade social das instituições com o desenvolvimento local, mesmo que isso signifique ir contra as necessidades do mercado, do lucro e da produtividade. Atualmente, esses aspectos possuem grande influência sobre

a universidade, como exemplo: o mercado pode influenciar demasiadamente a escolha dos cursos e currículos e influenciar no desenvolvimento de projetos de pesquisa que tenham maior relevância para o mercado capitalista, porém as universidades públicas devem ir além e orientar a produção do conhecimento para o combate à e promover o desenvolvimento. (SILVA, 2007, p. 37)

Concordamos que, as promoções de pesquisas podem reverter esta situação, mas não só a partir delas, mas da união destas com as ações de ensino e extensão. Isto pode transformar os currículos das instituições para o bem coletivo das regiões. Entretanto, observamos que, não só as universidades públicas têm o dever de orientar a construção do conhecimento científico para o combate “à pobreza e à desigualdade”. Esta é uma missão que deve ser comum às instituições universitárias e as comunidades do entorno, incluindo aí o poder público.

Buscamos articular estas questões junto aos gestores acadêmicos das instituições em estudo, os quais, apresentamos no Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 – Gestores Acadêmicos entrevistados: Instituições, Representantes e *Lócus*

IES	REPRESENTANTE	CIDADE
UNEB XX	Mário Rizério ⁸	Brumado
UNEB VI	Anísio Teixeira	Caetité
UNEB XII	Joaquim Dias Guimarães	Guanambi
IF BAIANO	Teixeirinha	Guanambi
UNIFG	Dona Dedé	Guanambi

Fonte: Construído pelo autor conforme questionário respondido.

Quando abordados sobre a instituição em que atua possuir um currículo que reflita as necessidades e características específicas regionais, os gestores acadêmicos das instituições em estudo responderam que⁹:

⁸ A análise foi realizada com base nos projetos de extensão e pesquisa do Campus XX, por direcionamento do orientador, que forneceu uma base sobre a “visão” do desenvolvimento regional no campus.

⁹ As respostas dos sujeitos pesquisados, utilizadas para articular teoria (fundamentação dialógica) com prática (entrevistas), foram apresentadas no formato de citações longas, mas com fonte em *script*, tamanho onze (maior um ponto que as citações dos autores), para distinguir das citações propriamente ditas, descrevendo o território de acordo com as respostas dos gestores acadêmicos e dos gestores públicos, incluídos ao final do texto, nos **Apêndices F** (p. 141) e **G** (155), respectivamente.

[...] sim [...] possui mestrado voltado para produção vegetal no semiárido, disciplinas dos cursos técnicos que abordam aspectos de culturas ligadas aos arranjos produtivos locais e regionais (cultura do algodão, do feijão, da banana, piscicultura, apicultura) e empreendedorismo voltado às potencialidades regionais (agroindústria, comércio da produção local, desenvolvimento de tecnologias voltadas a irrigação), perfil de egresso voltado às demandas regionais. (TEIXEIRINHA, 2020)

[...] sim, onde os cursos do DCH/VI possuem estreita relação com as características regionais, a exemplo do Curso de Engenharia de Minas – Mineração, Curso de Ciências Biológicas – para além do ensino desenvolve pesquisa voltada para a flora e fauna do semiárido, Letras, Língua Portuguesa tem trabalhado com literatas do município e região possui o CEL- Centro de estudos de Literatura Latina, dentre outros. (ANÍSIO TEIXEIRA, 2020)

[...] sim, em parte o currículo atende às necessidades e características regionais. No curso da pedagogia apenas uma disciplina discute as questões do campo e nos outros cursos (administração, enfermagem e educação física), não dispõem de disciplinas específicas para discutir as questões da população camponesa. O currículo é bem genérico. (JOAQUIM DIAS GUIMARÃES, 2020)

[...] existem disciplinas que tratam especificamente do desenvolvimento regional; atividades curriculares, de pesquisa e extensão, que tratam objetivamente das temáticas do semiárido. (DONA DEDÉ, 2020)

Diante do exposto, consideramos aqui que nem sempre o currículo reflete as necessidades e características específicas regionais. É preciso identificar e compreender o real papel que as IES possuem na promoção do desenvolvimento regional, analisando as políticas públicas de desenvolvimento nas últimas décadas e aprimorar os currículos na relação ensino-pesquisa-extensão no contexto regional, identificando os elementos constitutivos de uma política pública de desenvolvimento e os seus atores envolvidos com cada uma dessas representações regionais.

Essa compreensão é necessária para entender o crescimento e o desenvolvimento, construindo uma visão crítica de nossa sociedade e apresentando propostas e alternativas que dialoguem com o processo histórico de desenvolvimento e os seus efeitos para um crescimento mais eficaz, entendendo os desafios atuais das relações entre educação, trabalho e sistemas produtivos.

Ainda existem lacunas a serem preenchidas nas IES, visando não só o desenvolvimento econômico regional como também o desenvolvimento humano. Buscamos em Furtado (1974, p. 75), a fundamentação desta questão, quando ele afirma que,

[...] a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

Identificar as “necessidades fundamentais da coletividade” nos remete ao papel da pesquisa para as universidades, e, por ideologia para a humanidade. Porquanto, acreditamos ser possível a “abertura dos avanços da ciência”, como diz o autor, a partir da promoção de pesquisas e investigações acadêmicas. E, considerando o princípio de indissociabilidade entre os eixos estruturantes ensino-pesquisa-extensão, vislumbramos esta identificação. Mas, questionamos: até que ponto as universidades regionais desenvolvem pesquisas que podem identificar estas necessidades?

Utilizamos como base para esta reflexão o que diz Carvalho (1996, p. 14),

[...] um ensino alheio à pesquisa, tornar-se repetitivo, não evolutivo, pouco demonstrável, rapidamente arcaizado e alheio ao processo de evolução sócio-político-técnica. A pesquisa, distante do ensino e da extensão, torna-se algo individualizado ou exclusivamente voltado ao lucro, ou à evolução tecnológica. Não há necessidade de se explicitar que a extensão perde seus objetivos, numa universidade sem o ensino e a pesquisa.

Voltamos outra vez ao problema do “lucro”, acrescentado a ele a “evolução” das tecnologias, o que complexifica o DR. Embora, o lucro e o desenvolvimento tecnológico não necessariamente devem ser encarados como vilões neste processo. Acreditamos que, tudo deve ser pensado, refletido, pelas IES como um processo constituído por vários elementos que não devem ser isolados, mas unidos estruturalmente através do ensino, pesquisa e extensão.

Problematizando esta reflexão, interrogamos nas entrevistas: Como as características e necessidades local/territorial estão refletidas nas políticas gerais de ensino, pesquisa e extensão da sua instituição? Os entrevistados responderam:

[...] é sabido que o ensino baseado exclusivamente nos conteúdos, torna-se descontextualizado e dificilmente proporcionará resultados que sejam concretos para o aprendiz, daí a necessidade de se adequar o currículo escolar às demandas atuais. No IF Baiano há uma preocupação constante em alinhar as necessidades da região onde o Campus está inserido e as políticas que envolvem o ensino, pesquisa e extensão. A saber: os editais de fomento à pesquisa e extensão priorizam, em sua maioria, projetos que contemplem comunidades inseridas no Território de Identidade Sertão Produtivo. Além disso, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (educação profissional e superior) abordam em seus currículos culturas e especificidades da região. (TEIXEIRINHA, 2020)

O Campus VI da UNEB, desde sua implantação trabalha com formação docente, sendo sete cursos de licenciatura, seis presenciais e um a distância. Em 2018 implantou o curso de Engenharia de Minas, sempre considerando as demandas sociais e econômicas do território de identidade, onde atuamos. Acompanhando o proposto no PDI, avançar na pós-graduação, em 2019 foi aprovado junto a CAPES o primeiro curso de Mestrado em Ensino, Linguagem e Sociedade que encontra-se na segunda turma. Além disso, atua na pesquisa e extensão, sempre considerando a diversidade cultural da população atendida. (ANÍSIO TEIXEIRA, 2020)

[...] apesar de entender que a universidade deve estar a serviço da comunidade, de modo geral, as ações da universidade nem sempre nascem das demandas/necessidades local/territorial. Todavia, algumas pesquisas e/ou ações extensionistas atendem aos anseios da população local/territorial. (JOAQUIM DIAS GUIMARÃES, 2020)

[...] os eixos que compõem o projeto político-pedagógico da instituição, já mencionados na questão anterior (Ensino, Pesquisa, Extensão, Cultura e Ecologia do Semiárido) são desenhados tendo como elemento estruturante o contexto do semiárido nordestino, maneira geral, e do território local, em particular. As diversas ações dos projetos desenvolvidos pelos órgãos institucionais e suas plataformas estabelecem um canal de diálogo perene, através das avaliações e do aprendizado com os parceiros locais e a comunidade em geral, capaz de imprimir constantes revisões nas relações da instituição com as comunidades. Cada projeto guarda instrumentos de avaliação e reserva espaços colegiados, envolvendo estudantes, docentes e membros das comunidades, como forma de captar as necessidades, entender as complexidades de cada ação e público alvo, no sentido de desenvolver um aprendizado a partir de cada ação viabilizada. Importa ainda esclarecer que a UNIFG é gerida – toda ela – através de colegiados com participação de segmentos de toda a comunidade acadêmica. Todas as políticas, dos cinco eixos da Instituição, são definidas e estruturadas a partir de colegiados diversos, multidisciplinares. (DONA DEDÉ, 2020)

De maneira geral as respostas das IES versaram muito mais sobre forma/estrutura que sobre conteúdo, ou prática. Conhecer as relações postuladas e empíricas entre a educação e a comunidade é necessário para avaliar os impactos ocasionados pelas mudanças de paradigma inerentes às transformações da sociedade, fortalecendo as relações entre educação, sustentabilidade e desenvolvimento social.

Não foram citados projetos de pesquisa ou de extensão voltados para ações de desenvolvimento regional ou social. O discurso da existência nem sempre refletiu a articulação, ou indissolubilidade dos três eixos estruturantes em discussão, inclusive não se falou em iniciação científica, o que certamente promoveria a pesquisa e a extensão. É como se estes três eixos fossem elementos da estrutura e não princípios

estruturantes. Será que por reflexo da LDB não explicitar a indissolubilidade deste princípio?

O Art. 43 da LDB, apresenta a finalidade da educação superior, entretanto não fala explicitamente sobre indissociabilidade, conforme determina a Constituição Federal de 1988. (TAUCHEN, 2009)

Entretanto, se fizermos uma leitura mais criteriosa, detalhada, podemos observar que ela está implícita em seus itens, como se pode ver. Colocamos entre chaves na citação dos itens do Art. 43 mencionado, com grifo nosso, a ação equivalente ao princípio de indissociabilidade que podemos visualizar, a partir de uma leitura analítica desta questão.

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; **[pesquisa]**

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; **[ensino]**

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; **[ensino, pesquisa e extensão]**

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; **[ensino]**

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; **[pesquisa e extensão]**

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Partindo do exposto, acreditamos que, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é o lastro para que aconteça a pesquisa em todos os três eixos que o estruturam: (1) no ensino da graduação, quando se promove a iniciação científica, a partir do envolvimento do aluno nos projetos de pesquisa de seus professores; (2) a pesquisa através dos projetos dos alunos da pós-graduação; (3) a extensão através de projetos de pesquisa junto as comunidades de práticas, promovendo cursos, palestras, fóruns de discussão, workshops etc., para discussão das características e possíveis soluções para problemas regionais.

A pesquisa seria o ponto de intersecção, articulação entre os três eixos. Ademais, é através do desenvolvimento do pensamento filosófico-científico que

podemos pensar e refletir sobre os problemas do mundo para solucioná-los, ou minimizarmos seus efeitos/consequências para a vida humana.

Baseando-nos nesta premissa, retomamos a crença de que, todas as questões levantadas até aqui não podem ser trabalhadas nas instituições universitárias se não existir uma gestão acadêmico-administrativa mediadora, democrática, eficaz, apoiada por políticas públicas e gestores públicos conscientes do seu papel político-social. Falamos acadêmico-administrativa por conta da questão da infraestrutura física que precisa existir para que a acadêmico-científica funcione, entretanto, aqui vamos dar ênfase a esta última, diante do objeto em estudo que tem a haver com desenvolvimento regional.

5.4. GESTÃO ACADÊMICA / GESTÃO PÚBLICA

Na atualidade, tanto a gestão acadêmica quanto a pública têm como desafio a responsabilidade social, que é lastro para o desenvolvimento regional e humano. Assim sendo, para as universidades este é um desafio complexo por adentrar a seara político-ideológica. Nesta perspectiva, o papel social destas se confunde com o papel do estado. Precisamos então refletir sobre o que ela levanta, uma mudança de paradigma, ou seja deixa de ser compromisso social para se transformar em responsabilidade social. O “[...] *Compromisso social*, enquanto categoria e princípio ético do fazer universitário, vem sendo deixado de lado pela mais nova bandeira, a emergente *Responsabilidade social*.” (CALDERÓN, 2005, p. 14)

Segundo o autor, para pensarmos em responsabilidade social precisamos refletir sobre “quatro questões chaves”:

- 1) não é um assunto tão novo quanto se aparenta;
- 2) tem uma relação mais do que estreita, intrínseca, com a extensão universitária;
- 3) não é meramente um compromisso que a universidade tem com a questão social, ela ultrapassa a esfera do compromisso para se tornar dever, isto é, obrigação; tornando-se parte constitutiva da natureza e da essência da universidade,
- 4) deve-se traduzir em ações concretas que rompam com o elitismo das universidades e atendam as necessidades da população que a financia. Sem dúvida alguma, o que a população mais deseja são cursos flexíveis que insiram no mercado de trabalho, bem como a ampliação de vagas em horários nos quais o trabalhador pode estudar e não naqueles que, sob argumento da autonomia universitária, são os mais interessantes para os docentes. (CALDERÓN, 2005, p. 14-15)

Considerando a questão da responsabilidade social não ser um “assunto tão novo quanto aparenta”, o autor apresenta como sua comprovação o “[...] XXV Congresso Mundial da Pax Romana, realizado na cidade de Montevidéu, [...] em 1962 [...]”, dizendo que:

Embora considerada por muitos como uma nova categoria analítico-conceitual, convém mencionar que foi precisamente “a responsabilidade social da universidade”, o tema do XXV Congresso Mundial da *Pax Romana*, realizado na cidade de Montevidéu, há mais de 40 anos, em 1962. (CALDERÓN, 2005, p. 14)

Podemos observar então que, esta discussão aconteceu há aproximadamente 54 (cinquenta e quatro) anos; e ainda, o artigo “Responsabilidade Social: Desafios a Gestão Universitária” é do ano de 2005, portanto foi publicado há 15 (quinze) anos atrás. Portanto, interrogamos: porque até a atualidade esta questão é encarada nas universidades como apenas um compromisso social?

Como diz Calderón (2005, p. 14, o contexto à época era o da

[...] guerra fria e, obviamente, considerando os principais atores sociais daquele momento, os ideólogos da Pax Romana – movimento de intelectuais e acadêmicos católicos que atuam no ambiente universitário – apontavam a Responsabilidade social como o dever que a universidade tem para com os estudantes, os grupos sociais (comércio, imprensa, sindicatos, indústria, etc.), o Estado e a Igreja.

Logicamente que, se para alcançar o desenvolvimento regional necessitamos: (1) de técnicos preparados para desvendar seus mistérios e desafios; (2) que o compromisso social das universidades se transforme em responsabilidade social, através de ações de extensão (segunda questão chave que Calderón recomenda aprofundar); (3) que os gestores descubram potenciais caminhos para fazer com que esta se realize. Então, a missão das universidades precisa ser ampliada com foco nestes âmbitos de trabalho. Isto porque, acreditamos que a educação, como processo vivo, pode traduzir conhecimentos construídos em suas pesquisas, que hoje, em sua maioria ficam armazenados em repositórios institucionais.

Refletindo sobre a terceira questão chave indicada por Calderón (2005), “tornar parte constitutiva da natureza e da essência da universidade”, o dever social, ou seja, o compromisso social transformado em dever. Assim sendo, as ações de ensino, pesquisa e extensão seriam focadas em atender as necessidades sociais.

Assim sendo, atenderia a quarta questão chave apontada por Calderón, traduzindo os desejos da população “em ações concretas que rompam com o elitismo

das universidades e atendam às necessidades da população que a financia”. Para isto, as universidades precisam promover novas pesquisas que abarquem as características regionais, trabalhando a responsabilidade social junto aos seus alunos desde a graduação até a pós-graduação, focada nestas características. Isto significa, sair da lógica de quantidade para a qualidade destas pesquisas, incentivando os pesquisadores a voltarem seus olhares para a realidade social de cada região, e, seus alunos a se tornarem pesquisadores. E ainda, pensar no/para o discente: “cursos flexíveis” que facilitem sua inserção no “mercado de trabalho”; equacionamento do horário do docente com o do discente, compatível com o tempo do estudante, que também é trabalhador etc.

Sobre a responsabilidade social das universidades, Alma Herrera (2009, p. 41), diz que:

A noção de responsabilidade social das universidades adquiriu um significado diferente no século XXI e passou a significar a relação entre as instituições de ensino superior no ensino de cursos multidisciplinares

- gerando conhecimento no contexto de sua aplicação e desenvolvendo vínculos orgânicos com o ambiente
- e as demandas da sociedade para benefício da maioria.

Por tudo isto, acreditamos que a missão da universidade vai além da formação do cidadão, sai dos seus muros para efetivamente cumprir seu dever, sua responsabilidade social, qual seja o de pensar, refletir sobre as questões do seu entorno e como contribuir com sua região, diante dos seus problemas e necessidades reais.

Complementando a fundamentação sobre responsabilidade social, dialogamos com Herrera (2009, p. 42), buscando desvelar como as universidades precisam atuar para a concretização deste desafio:

A responsabilidade social das universidades inclui uma gama de ações e processos cujo objetivo é responder às necessidades de seu ambiente de maneira adequada e efetiva e com um forte senso de ética. Essa abordagem é de grande importância porque a globalização e a aplicação de modelos neoliberais do desenvolvimento econômico levaram a crises sociais as quais as universidades devem reagir, oferecendo soluções inovadoras para a complexidade dos problemas atuais regionais e nacionais. Tais soluções inovadoras vão requerer que as universidades estabeleçam vínculos organizacionais entre suas funções substantivas e reconsiderem seu papel na resolução de problemas complexos da sociedade no século XXI.

Certamente é um desafio, mas é uma missão possível, desde que a gestão acadêmica promova esta discussão entre a comunidade acadêmica, envolvendo

representantes da comunidade ampliada e os gestores públicos da região. Além de fazer uma reflexão crítico-analítica de seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Assim sendo, retomando as entrevistas e seus resultados, especificamente a perspectiva de conhecimento da região em que cada IES está localizada em comparação ao planejamento de cada uma delas, questionamos aos gestores acadêmicos sobre a relação do PDI com o território. As respostas obtidas foram:

[...] segundo a Lei de Criação dos Institutos Federais (n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008), a finalidade do IF Baiano é ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com o objetivo de formar e qualificar cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Dentro desse contexto o IF Baiano consolida-se como Instituição multicampi no estado e garante a interiorização da educação profissional, sobretudo pela sua inserção em diversos territórios de identidade. Em se tratando especificamente do IF Baiano Campus Guanambi, que está situado no Território de Identidade Sertão Produtivo, o PDI prevê a oferta dos cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação de tecnologia, licenciatura e bacharelado e cursos de pós-graduação. Atualmente o Campus oferece cursos em todas essas modalidades citadas, além de fomentar as atividades de Pesquisa e Extensão no território. (TEIXEIRINHA, 2020)

[...] afirma que é uma relação de presença, haja vista que temos três campi da UNEB que integra o território e desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão nas diferentes áreas do conhecimento. (ANÍSIO TEIXEIRA, 2020)

[...] o PDI apesar de ser pensado em uma relação orgânica com o território, na prática há ainda um distanciamento com as questões emergentes do território. (JOAQUIM DIAS GUIMARÃES, 2020)

[...] o PDI tem forte interface com o território em cinco eixos que constituem o projeto político pedagógico da instituição. Através das (1) políticas de ensino, que buscam não apenas inserir conteúdo de caráter específico do território, nos diversos campos do conhecimento, mas provocar interação através das demais políticas institucionais; por meio das (2) políticas de extensão que buscam referenciar práticas, técnicas, métodos e processos de ensino em temáticas centrais na vida do território, sempre em interação com as questões da contemporaneidade do semiárido nordestino; por meio da (3) pesquisa, comportando, aliás, além das políticas comuns de fomento existente nas instâncias da instituição, uma plataforma especialmente voltada para o semiárido nordestino, o Observatório UniFG do Semiárido Nordeste, cuja função perpassa a pesquisa georeferenciada nas áreas da saúde, saneamento, ecologia, cidades e agropecuária sempre buscando subsidiar o poder público na compreensão, formulação e operacionalização de políticas públicas. Há também os eixos de (4) promoção e fomento à cultura regional e

(5) ecologia do semiárido. O eixo quatro, guarda ações que buscam resgatar, registrar, valorizar e socializar as manifestações culturais regionais, como forma de fortalecer a cidadania e identidade regional. O eixo cinco trata de estimular pesquisas e projetos voltados para o conhecimento da ecologia do semiárido, seus ecossistemas, sua biodiversidade, tendo em vista sua ressignificação no contexto do desenvolvimento regional. (DONA DEDÉ, 2020)

Interessante observar que duas das IES em estudo, embora relatem a existência da intenção da relação do planejamento com o território, não indicam que esta relação se efetive. Entretanto as duas outras uma pública e outra privada falam das ações concretas que estabelecem esta relação. A primeira delas, o IF Baiano inclusive, enfatiza e amplia a questão falando do foco no “desenvolvimento socioeconômico” não só local, mas regional e também nacional. Mas, demonstra através da sua fala que embora atue de maneira indissociável ao princípio de ensino, pesquisa e extensão, destaca a formação. O que nos faz pensar que a ênfase real está na formação de profissionais, técnicos, para diversas áreas da economia.

Já a universidade privada, a UNIFG, faz uma longa reflexão do seu PDI, demonstrando como este tem uma “forte *interface*” com o território. Apresenta os cinco eixos que estruturam suas políticas institucionais, com base no princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento do semiárido nordestino, ou seja, o desenvolvimento regional. Além disto, amplia o eixo pesquisa apresentando o “Observatório UNIFG do Semiárido Nordeste”, que com suas pesquisas “georeferenciadas nas áreas da saúde, saneamento, ecologia, cidades e agropecuária”, busca subsidiar o poder público na elaboração e operacionalização de políticas públicas. Portanto, podemos dizer que embora não tenha levantado a questão da responsabilidade social, a UNIFG atua conforme esta, transformando compromisso em dever social na região que está sediada.

Embora nem todas as IES tivessem ampliando as informações sobre as políticas institucionais dos seus PDI quanto as relações com os territórios, como fez a UNIFG, o mesmo não aconteceu quando apresentaram suas impressões sobre a análise do PDI em suas IES, quais considerações regionais estão presentes no planejamento/ações, nas políticas de ensino/pesquisa/extensão da sua IES:

[...] o PDI do IF Baiano foi criado com base nos elementos internos e externos do cenário institucional que impactam a política de abertura de Dados do Instituto. Como trata-se de um documento que tem por finalidade nortear as ações de uma Instituição de Ensino multicampi as considerações regionais levadas em consideração são as mais

variadas possíveis em uma visão macro do Estado em que se encontra inserido. Entre as considerações regionais que estão presentes no planejamento/ações do IF Baiano, Campus Guanambi temos: o levantamento de dados e informações (a localização do município de Guanambi “Território de Sertão Produtivo”; dados populacionais presentes no IBGE “município de Guanambi população estimada do município foi de 86.808 habitantes em 2017, correspondendo a 17,32% do Território de Identidade”; Estimativa da porcentagem apontada pelo IBGE “Censo de 2010, 79,36% da população do município reside na área urbana, e 50,79% é do sexo feminino. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município foi 0,673 no Censo de 2010. Acima da média do Território de Identidade e do Estado que foi 0,620 e 0,660 respectivamente para o mesmo período”. (TEIXEIRINHA, 2020)

[...] as atividades desenvolvidas possuem. Para além do ensino e da pesquisa, destaca-se alguns projetos de extensão que são desenvolvidos em parceria com outras instituições, a saber: 1. Arquivo Público Municipal (UNEB, Prefeitura Municipal de Caetité- PMC e Tribunal de Justiça da Bahia); 2. Museu Aberto do Alto Sertão (UNEB. PMC, Associação do Amigos do MASB); 3. Casarão de Ibiassucê (UNEB e Associação); 4. Horto Medicinal (UNEB, Pastoral da Criança); 5. Observatório dos Planos Municipais de Educação (UNEB e UNDIME), Observatório de Caetité (UNEB, UFBA, PMC e Associação da Memória e Patrimônio Cultural de Caetité). (ANÍSIO TEIXEIRA, 2020)

*[...] no âmbito do ensino tem quatro cursos – pedagogia, educação física, Administração e enfermagem, os quais ainda têm uma grande demanda, conseqüentemente uma inserção na comunidade. Na pós-graduação *latu sensu*, educação do campo, uma demanda dos movimentos sociais. No que tange pesquisa e extensão, são muitos projetos na área da educação básica, saúde e gestão de empresas. (JOAQUIM DIAS GUIMARÃES, 2020)*

[...] existe a problemática do desenvolvimento regional, como aspecto limitante da consolidação da democracia brasileira. Nesse sentido, a UNIFG se entende como um elemento que, no contexto do seu espaço e da sua escala de atuação, deve contribuir para o desenvolvimento e a democratização das condições de produção de ciência, como elemento chave para superação das relações tão assimétricas que marcam a relação entre as regiões brasileiras. A partir da problemática do desenvolvimento regional, outros elementos se articulam, como a cultura regional; a ecologia local; os dramas sociais; a saúde; as cidades; a produção agropecuária do semiárido; o fortalecimento das instituições e suas políticas; o acompanhamento das inovações institucionais de caráter público, das políticas públicas; os movimentos de transformação econômica que reforçam tendências impactantes na região (mineração, energia eólica, transporte ferroviário, entre outros); as cadeias produtivas em consolidação e as inovações empreendedoras. (DONA DEDÉ, 2020)

Percebe-se nestas respostas que a concepção de cada gestor sobre “considerações regionais” têm diversas vertentes, os quais comprovam seu

desenvolvimento regional, algumas vezes, demonstrando coerência e apresentando as considerações regionais alinhadas/articuladas com as políticas institucionais quanto as relações com o território e o desenvolvimento regional.

A partir deste ponto, adentramos ao desenvolvimento regional, depois de anteriormente ter levantado a sua busca por “subsidiar o poder público” na “compreensão”, elaboração e “operacionalização de políticas públicas”, vimos por bem fazermos um entrelace entre gestão acadêmica e gestão pública, apresentando alguns recortes das entrevistas feitas a representantes desta última, conforme elencamos no Quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Gestores Públicos entrevistados: Instituições, Representantes e *Lócus*

INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTE	CIDADE
Prefeitura	Armindo Azevedo	Brumado
Prefeitura	Deocleciano Pires	Caetité
Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Alto Sertão	Prisco Viana	Caetité
Prefeitura	José Neves Teixeira	Guanambi
SEBRAE	Joaquim Fernandes	Guanambi
SEPLAN	Dr. José Humberto	Guanambi

Fonte: Construído pelo autor conforme questionário respondido.

Pensar gestão pública na perspectiva dos anseios da população demanda alguns questionamentos/reflexões. Isto porque, os desejos e necessidades destes sujeitos buscam soluções de problemas, na visão deles, práticas. Entretanto, as questões que envolvem o meio político nem sempre, ou quase nunca, são simples ou práticas. A burocracia permeia os processos de decisão nesta instância, engessando e retardando soluções objetivas que poderiam ser práticas. Além disto, consideramos que as políticas públicas precisam ser revistas à luz da base primária da administração, a gestão. Acreditamos também que, isto acontece em questões pontuais, mas não atende as necessidades sociais completamente e no tempo das urgências que estas demandam.

Segundo reflexões de Motta (2013, p. 82),

Na perspectiva prática, há pressões para mais e melhores serviços e uma expectativa de solução imediata de problemas urgentes: o público espera da Administração Pública o melhor atendimento de suas demandas sociais, pelo uso eficiente de recursos e transparência dos atos.

Esta sem dúvida seria a resposta ideal do setor público, mas certamente uma situação utópica, diante da complexidade dos procedimentos e processos legais exigidos por este setor. Isto se agrava mais à medida que, neste ponto da investigação estamos considerando o enlace entre gestão político-pública e gestão acadêmico-universitária. Sobre esta questão, o autor nos diz em seus estudos que: “[...] o meio acadêmico, no anseio por oferecer diferentes e melhores alternativas, desenvolve propostas teóricas distintas, que, por vezes, rompem completamente com o passado ou representam práticas antigas com diferentes roupagens”. (MOTTA, 2013, p. 82)

Isto nos remete ao desafio de pensar estas práticas de maneira conjunta, coletiva. Ouvir todas as partes envolvidas, numa discussão onde todos coloquem suas visões sobre o problema, ou seja, a da população, da academia e do poder público. O processo de decisão então seguirá não só a lógica da colaboração, como também o que decreta a lei sobre o compromisso social (traduzido aqui como responsabilidade social) da universidade em suas ações de extensão, e as ações do poder decisório, representada pelo gestor público.

Diante disto, visando articular teoria e prática, buscamos inicialmente investigar junto aos gestores públicos quanto ao seu papel como gestor municipal. As respostas¹⁰ a este questionamento feito nas entrevistas foram:

[...] o tripé educação, saúde e infraestrutura, são os principais eixos estratégicos de minha gestão. (ARMINDO AZEVEDO, 2020)

[...] o gestor municipal, além de administrar os recursos, planejar ações e políticas públicas, não pode se esquecer da responsabilidade social. (DEOCLECIANO PIRES, 2020)

[...] o consórcio possui como principal missão, articular projetos que visem o desenvolvimento e a integração dos municípios que formam o Consórcio. (PRISCO VIANA, 2020)

¹⁰ A apresentação das respostas dos gestores públicos, segue a mesma estrutura dos recortes das falas dos gestores acadêmicos, apresentadas na nota de rodapé nº 9 (p. 94), mas nas chamadas destes sujeitos as falas foram identificados de maneira diferente: pelo sobrenome, seguido do cargo, cidade onde atua e o ano da entrevista. As falas são apresentadas na ordem em que foram apresentados os sujeitos no Quadro 2 (p. 106).

[...] o meu papel como gestor público é realizar o planejamento das ações para o município que possam ampliar e potencializar os benefícios das políticas públicas voltadas para saúde, educação, dentre outros, gerenciando os recursos e administrando em prol do desenvolvimento do nosso município. (JOSÉ NEVES TEIXEIRA, 2020)

[...] promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e estimular o empreendedorismo. (JOAQUIM FERNANDES, 2020)

[...] a articulação junto ao Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Sertão Produtivo – CODESP que através das representações do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada acompanha e desenvolve ações nos vinte municípios que compõe o território, considerando sempre as demandas e o contexto territorial. (DR. JOSÉ HUMBERTO, 2020)

De maneira geral os gestores públicos entrevistados apresentaram o papel do gestor municipal voltado para a administração. É necessário entender que o seu papel vai além do que consta nos “princípios da administração pública”, sendo necessário analisar este papel como gestor público para o alcance dos resultados estratégicos a nível local/regional, capacitar sua equipe e estar capacitado para avaliar as dimensões de sucesso e insucesso em programas e abordagens sobre a temática do desenvolvimento local e, também, analisar os processos de desenvolvimento de acordo com os princípios dos Arranjos Produtivos Locais (APL) na sociedade.

Entretanto, como se pode ver, alguns se detiveram nas atividades meio e fim do cargo. Isto nos remete a questão da luta dos gestores públicos, no início do século XX, por uma administração pública como ciência, pela “neutralidade política e profissionalização da gestão pública.” (MOTTA, 2013, p. 83)

Segundo o autor,

[...] no início do século XX, houve uma busca de princípios universais de Administração. No entanto, o avanço dos princípios administrativos foi concomitante às frustrações e decepções com a ineficiência da Administração pública. Tentativas de implantar neutralidade política e profissionalização da gestão pública enfrentavam imensos obstáculos políticos. Ademais, as práticas administrativas em vários países revelavam os limites da universalidade dos ainda incipientes princípios administrativos. (MOTTA, 2013, p. 83)

Esta é uma luta ainda em voga nos tempos atuais. Separar a ciência política da ciência da administração, não significa dizer que uma não pode conviver com a outra, mas que elas precisam ser exercidas com vistas a não comprometer seus aspectos ontológicos, seus próprios princípios.

A administração pública precisa ser vista como uma espécie de prestadora de serviços aos cidadãos, a sociedade civil, a população, sem, no entanto, deixar de considerar seus aspectos político-sociais. Esta articulação só será possível, à medida que os gestores públicos aprofundem seus estudos como duas ciências que, embora complementares, possuem suas próprias epistemologias, ou seja, ambas são ciências, mas possuem diferentes características.

Aproveitando a discussão sobre o estudo aprofundado destas duas ciências, como condição *sine qua non* para o exercício do gestor público, apresentamos as respostas dos gestores entrevistados, quando questionados a respeito da compreensão sobre a Instituição de Ensino Superior no território:

[...] a entidade educacional atende aos fins a que se propõe (cursos), embora na cidade ela não esteja alinhada com as reais necessidades vocacionais do município. (ARMINDO AZEVEDO, 2020)

[...] a presença de uma IES no nosso território está diretamente ligada ao desenvolvimento cultural e social, à qualificação de todos os profissionais, tendo maiores possibilidades de crescer e ter uma sociedade mais consciente. (DEOCLECIANO PIRES, 2020)

[...] não existe desenvolvimento sustentável sem um processo consolidado de educação e neste sentido as IES cumprem um papel fundamental como agente de transformação. (PRISCO VIANA, 2020)

[...] é importante para a sociedade, visto que prepara profissionais para atuarem em diferentes segmentos da sociedade, além de contribuir para a formação das pessoas mais instruídas com variados graus de abrangências, bem como, pesquisas e projetos de extensão, a serviço e atendimento em várias áreas do conhecimento, para diversidade dos profissionais que atendem às necessidades sociais. (JOSÉ NEVES TEIXEIRA, 2020)

[...] as IES são de relevante papel econômico, social, cultural e de caráter de importância imensurável do desenvolvimento dos territórios. (JOAQUIM FERNANDES, 2020)

[...] as IES são sinônimo de desenvolvimento e como agente transformador, cumpre seu papel social de diminuir as desigualdades que se dá através da formação e ampliação da visão de mundo o que permite identificar as oportunidades e/ou criar as próprias oportunidades. (DR. JOSÉ HUMBERTO, 2020)

As respostas destes gestores sobre a Instituição de Ensino Superior no território, tiveram como ponto comum o desenvolvimento regional, conseqüentemente o social. Embora tenha se falado também em ensino, pesquisa e extensão, formação profissional e sua importância para o desenvolvimento do território, se falou ainda de

desenvolvimento da consciência dos seus habitantes. Mas, uma das falas chamou a atenção para o alinhamento do currículo às necessidades educacionais do município e o estreitamento de um diálogo mais constante entre o poder público municipal e as IES. Então, a partir disto, se concretiza uma das lacunas que podem existir diante de um currículo universitário que não considere as características regionais do território, denotada anteriormente nas análises dos gestores acadêmicos, diante da identidade regional dos seus habitantes com o território.

Diante de todo o exposto, assumimos aqui a concepção de que a gestão pública é “[...] é um ato complexo que nos aproxima do mundo da política”. (BRUGUÉ, Q. & SUBIRATS, 1996, apud CARNEIRO & MENICUCCI, 2013, p. 143). Assim sendo,

Diferentemente da gestão privada, a gestão pública deve permitir a expressão de valores que não são apenas instrumentais, mas políticos. Nesse sentido, não se limita aos meios, mas incorpora também os objetivos, sua definição e sua articulação operativa, orientando-se a partir de valores sociais. Remete à necessidade de articular a concorrência entre objetivos alternativos e a necessidade de gerir a interdependência e a cooperação organizativa para o alcance dos objetivos políticos. (CARNEIRO & MENICUCCI, 2013, p. 143)

Isto não significa dizer que a questão política também não permeie as ações da universidade privada, principalmente quando sediada em regiões como alto sertão. Pelo contrário, participa ativamente através das suas atividades de extensão, junto ao poder público promovendo projetos sociais e nas reflexões, sugestões, de compreensão e elaboração de políticas públicas. Inclusive isto foi mencionado acima, numa das falas do Reitor da UNIFG nas entrevistas.

Com a análise sobre essa relação da cidade/território, apresentamos as respostas dos gestores entrevistados, quando questionados a respeito da relação da sua cidade/território com as Instituições de Ensino Superior e o que sugerem como complemento entre a cidade/território e as Instituições de Ensino Superior:

[...] relação meramente institucional, convém que se façam interações através de reuniões periódicas obrigatórias em espaços ao menos trimestrais. (ARMINDO AZEVEDO, 2020)

[...] existe uma parceria entre todas as instituições, poder público e sociedade no intuito da busca de melhorias para o bem da nossa cidade. Essa cooperação entre todos os setores tem em vista a elevação da qualidade da educação porque há um consenso que somente através da educação podemos avançar. Como sugestão à complementação, acredito que quanto mais diálogo e proximidade entre cidade/território e IES, maior probabilidade de encontrar soluções para os problemas que são de todos nós. (DEOCLECIANO

PIRES, 2020)

[...] as instituições de ensino têm um significativo papel no processo de desenvolvimento territorial que necessariamente deve envolver a sociedade civil organizada, poder público e setor empresarial. Os estudos acadêmicos devem contribuir para uma reflexão mais crítica e propositiva do processo de organização social. Um ambiente acadêmico e institucional que propicie o pensar sobre a dinâmica territorial significa um grande avanço neste sentido. A região tem um potencial muito grande para a articulação de um ambiente institucional que dinamize o processo de desenvolvimento, no entanto, ainda existe uma grande dificuldade de envolvimento e cooperação entre os diversos atores. É urgente que este quadro seja revertido e as instituições de ensino podem colaborar significativamente para esta articulação. (PRISCO VIANA, 2020)

[...] por meio de cursos oferecidos e formação de profissionais em áreas diversas do conhecimento e cursos profissionalizantes. E por meio de normativas que regulamentam a implantação das IES, relativo aos direitos e deveres acadêmicos e empresarial. Sugiro que continue a expansão de estudos diversos, pois a educação deve ser fortemente conectada ao desenvolvimento da sociedade, como peça imprescindível na produção científica-tecnológica e formação cidadã, visto como estratégia para a democratização do ensino, se harmoniza com outros níveis e demais modalidades da educação com visão de território. (JOSÉ NEVES TEIXEIRA, 2020)

[...] na minha opinião, ainda é uma relação muito tímida. A minha sugestão é a criação de um grupo de trabalho que possa envolver o poder público, IES, organizações sociais, empresas públicas e privadas, que se interessem em temáticas específicas, a exemplo do empreendedorismo para traçar um planejamento municipal, territorial que tenha como objetivo principal, o desenvolvimento econômico-social. (JOAQUIM FERNANDES, 2020)

[...] a relação das Instituições de Ensino Superior é de parceira e colaboração, pois ao desenvolver os projetos e pesquisas estão cooperando com a sociedade, além deste aspecto, não podemos deixar de considerar a formação profissional fundamental para o desenvolvimento social. (DR. JOSÉ HUMBERTO, 2020)

As respostas destes gestores sobre essa questão, apresentam um ponto bastante preocupante a respeito de uma melhor interação entre as IES e o poder público local. O estímulo as redes de cooperação acadêmica, as quais apresentam como objetivo contribuir, estimular e promover parcerias com órgãos e entidades, públicas e privadas, visando fortalecer a área do desenvolvimento regional.

As ações estratégicas das IES precisam estabelecer vínculos sólidos com o desenvolvimento local. Diz Galvão (2003, p. 44) que, as políticas de “[...] desenvolvimento regional, nos países centrais, passaram a lidar prioritariamente com

estratégias de inovação, ou seja, processos que buscam modificar as bases culturais, econômicas e sociais de geração de valor e de qualidade de vida das populações.”

O mesmo autor complementa a questão ao dizer que:

Desde há muito que a UE [União Europeia] estabeleceu uma Política Regional para reduzir as desigualdades regionais de níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida de seus cidadãos. Entretanto, em vez de delinear uma estratégia simples de realização de transferências diretas das regiões ricas para as pobres, cedo reconheceu que, numa perspectiva dinâmica, essas diferenças precisam ser superadas pela criação, nessas regiões, das condições necessárias para a reprodução e o aprimoramento da vida socioeconômica. [...] [reconheceu ser necessária] não apenas [...] uma melhor distribuição regional e pessoal dos frutos do desenvolvimento, mas principalmente, [...] a melhoria da capacidade das regiões – e de todo o tecido socioeconômico subjacente – de participar do moderno jogo competitivo. O maior desafio é descobrir formas de estimular o uso dos potenciais de desenvolvimento presentes nas regiões. ((GALVÃO, 2003, p. 79-80)

Portanto, as IES devem ser um espaço de pesquisa e estratégias de representação das demandas nos setores sociais e de interesses econômicos heterogêneos, mantendo a sua perspectiva universal de pensar o conjunto da sociedade, na qual ela encontra-se inserida. E ainda, refletir sobre alternativas atuais, potencialidades e desafios da coletividade local/regional, indicando para caminhos futuros possíveis na produção acadêmica, entendidos em suas diversas formas como as econômicas, sociais, culturais e regionais. As políticas públicas educacionais, precisam estar em consonância com os objetivos do desenvolvimento regional, identificando, qualificando e promovendo o valor social da produção acadêmica, promovendo novas práticas e relações entre as IES, o poder público local/regional e a comunidade ampliada.

5.4.1. Responsabilidade Social: Universidade e Parceiros

As parcerias estratégicas ocorrem não somente entre empresas, mas entre organizações diversas, como as IES e o poder público local. Como afirma Márquez (2003, p.15):

As alianças que ocorrem entre universidades, empresas e governo envolvem compromissos mútuos de cooperação e de aprendizado em comum e visam gerar riquezas também para todos os parceiros, com ganhos revertidos em benefícios sociais e econômicos, redução de custos e investimento.

Como diz o autor, as alianças entre universidade e parceiros, públicos e privados, objetivam “gerar riquezas também para todos os parceiros”, para reverter os

resultados em “benefícios sociais e econômicos, redução de custos e investimento.” Entretanto, consideramos que estas alianças ainda são um tanto quanto utópicas, inclusive isto foi corroborado nas declarações dos gestores públicos nas entrevistas, conforme apresentamos anteriormente. Ficou claro, numa das falas de um(a) dos(as) gestores(as) que, a relação de parceria entre universidade e parceiros “ainda é [...] muito tímida”.

A falta de interação entre as IES e o poder público local, apontada por estes entrevistados é preocupante e deve ser observada pelas IES como estímulo para a criação de redes de cooperação acadêmica, a partir de ações extensionistas. Como declarou um destes gestores, as “ações estratégicas das IES precisam estabelecer vínculos sólidos com o desenvolvimento local.” Para isto, foi sugerido que fosse criado “um grupo de trabalho que [pudesse] envolver o poder público, IES, organizações sociais, empresas públicas e privadas.” Deram como exemplo para esta discussão o tema “empreendedorismo”, e ainda recomendaram, “traçar um planejamento municipal, territorial que tenha como objetivo principal, o desenvolvimento econômico-social.”

É certo que, estas discussões ainda embrionárias, envolvem outras de caráter específico não só de meios (recursos), mas também de fins (o que se quer alcançar), conseqüentemente carece de planejamento, visão estratégica etc. Embora, seja primordial ter em mente que “[...] risco, tempo e investimento são os principais fatores que levam as empresas a cooperarem.” (MÁRQUEZ, 2003, p. 37)

Visando legitimar esta questão, foi solicitado aos gestores entrevistados que indicassem a relevância dada por suas IES em seus PDI, as ações de ensino-pesquisa-extensão diante de temas e parceiros regionais. Para melhor compreensão desta questão, as respostas foram ilustradas, no Quadro 5 que segue.

Para relação com os parceiros regionais, empreendedores da região, observou-se que 50% responderam leve e 50% médio, onde esses resultados alcançados, quanto ao ensino-pesquisa-extensão das IES investigadas, ao considerarem temas regionais, demonstraram que têm dado alguma importância aos parceiros regionais, como os “Empreendedores Regionais” de forma leve e média. Isto demonstra que as IES precisam repensar esta questão, afinal a região do Sertão Produtivo possui a sua maior geração de emprego e renda, pautada na área de serviços.

Quando abordados sobre a importância dada ao governo municipal, a percepção foi de média (75%) a alta demonstrando que acreditam nessa parceria para um melhor desenvolvimento regional.

Ao serem questionados sobre a importância dada às outras IES da região, todos afirmaram que consideram essa questão de forma média, o que indica a união das IES no Sertão Produtivo

Com relação a importância dada aos órgãos de fomento, as IES responderam que apresentam uma relação média (75%), isso se deve ao fato das instituições, considerarem de extrema importância essa parceria para um melhor desenvolvimento regional. E quando considerada a importância concedida a sociedade civil, apontaram possuir uma relação alta (75%), o que demonstra atenção frente a comunidade.

As IES destacam em seus PDI's sobre ações extensionistas, mais especificamente o IF Baiano pauta no “[...] cumprimento do Estatuto e das competências institucionais definidas na Lei de Criação dos Institutos Federais [...]”, (IF BAIANO, 2014, p. 19), especificamente nos itens:

IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e ambientais;

V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional [...]. (IF BAIANO, 2014, p. 19)

Além disto, complementa o IF Baiano em seu PDI, que seus cursos de graduação e pós-graduação, nas “diferentes regiões e cidades da Bahia”, estão “[...] sempre pautado[s] na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e focado[s] no desenvolvimento regional.” Seguindo esta lógica, a relevância da parceria com a sociedade civil nunca poderia ser considerada como “não acontece”.

Ainda refletindo sobre esta lógica consideramos que, se as parcerias que deveriam ser assumidas como responsabilidade social das universidades em suas ações de ensino, pesquisa e extensão, ainda não acontecem na perspectiva dos territórios de identidade, para o desenvolvimento regional, podemos dizer que poderiam ser contempladas como potencial a ser explorado pelas universidades. Portanto, seria como encarar:

[...] o novo com o novo. A resistência deveria envolver a promoção de alternativas para atividades de pesquisa, educação e extensão que visem a

democratizar as universidades como bem público, isto é, promover aquelas contribuições específicas da universidade na definição e solução coletiva dos problemas sociais, nacionais e globais. (SANTOS, 2009, p. 45-46)

Esta perspectiva, levantada por Boaventura de Souza Santos, em sua discussão sobre o “[...] papel das universidades na construção de uma globalização alternativa [...]”, amplia a questão e nos faz pensar em novos caminhos para concretizar o que não é tão novo assim, mas certamente deveria fazer parte de debates entre universidades e parceiros, públicos, privados, incluindo a sociedade civil, para o benefício coletivo, conseqüentemente o desenvolvimento regional. Seria como maximizar a prática do ganha-ganha, tão necessária à coletividade.

Sabemos que na prática institucional isto não é simples, envolve várias dimensões e elementos de gestão. Diante disto, nas entrevistas aos gestores acadêmicos, questionamos: Sobre o seu ponto de vista como gestor, quais são as ações que facilitam e as que dificultam a cooperação entre a sua IES e o território, segundo o ensino, pesquisadores, extensionistas e território? Eles responderam que:

[...] o campus Guanambi, localizado no Território Sertão Produtivo, Bahia, possui como Missão “Promover a formação cidadã por meio de ensino, pesquisa e extensão, priorizando a inclusão social, a profissionalização tecnológica e sustentável, mantendo uma política de valorização humana, na busca de soluções viáveis para os processos produtivos.” (EFAJIT, 2007,p.3)”. Entretanto, para que a IES atenda ao que preceitua estas finalidades necessário se faz a elaboração de um plano de ações conciso e eficaz. Entre as ações desenvolvidas por este Campus, destaca-se a formação de corpo técnico de alunos e ex-alunos capazes de apreender, empreender e depreender técnicas condizentes aos cursos que são ou que eram matriculados, alcançando condições para alcançar o mercado de trabalho; desenvolvimento de pesquisas capazes de criar novas tecnologias sociais, além de eventos extensionistas que aproximam a Comunidade do IF Baiano. Estas vêm de encontro a cooperação entre o IF Baiano, Campus Guanambi e o Território Sertão Produtivo. Porém, existem outras ações que contrariam ao estabelecimento e avanço desta interação que são: contingenciamento de gastos públicos e a burocratização no estabelecimento de parcerias e na captação de recursos para o desenvolvimento dessas atividades de ensino, pesquisa e extensão. (TEIXEIRINHA, 2020)

[...] as seguintes ações facilitadoras: técnicos qualificados para dar o suporte necessário na construção dos projetos, compromisso dos docentes e dos parceiros, logística para realização dos eventos, disponibilidade financeira. E apontou as ações que dificultam: o oposto das listadas acima e principalmente a carga horária alta dos docentes no ensino e a falta de professores efetivos nos cursos, a exemplo do curso de Engenharia de Minas que não possui nenhum docente efetivo. Essa situação impede a realização da pesquisa e extensão,

pois os substitutos são impedidos de concorrer a edital na própria universidade. (ANÍSIO TEIXEIRA, 2020)

[...] as ações que facilitam a cooperação entre as IES e o território são os projetos de extensão, desenvolvidos pela universidade no ensino, os estágios que são bastante atrativos e na dimensão da pesquisa, nem sempre os resultados das pesquisas são socializados dentro do território. O fato de, às vezes, os pesquisadores não darem o retorno dos resultados das pesquisas para a comunidade, coloca a universidade em uma posição de desvalorização. Nesse sentido, ele entende que a universidade precisa rever sua relação com as pessoas do território, sair dos seus muros. (JOAQUIM DIAS GUIMARÃES, 2020)

[...] de maneira geral, em que pese o histórico de agendas que sempre foram capazes de articular atores diversos na conformação de ações decisivas para o desenvolvimento do território, é preciso considerar que a academia ainda precisa percorrer um longo caminho para ampliar a consequência do potencial que carrega, em termos de produção de conhecimento, na relação com o território onde se encontra estabelecida. E essa consequência não está resumida apenas em transferir tecnologia ou conhecimento, mas em criar canais de diálogos que permitam à academia também acomodar o aprendizado dos diversos atores do território. No caso da UNIFG há um esforço em aprimorar as articulações com o poder público local, através dos órgãos de gestão do território e através das ações e pesquisas do Observatório UNIFG do Semiárido Nordeste, que buscam subsidiar de informações o poder público. Esse movimento, entretanto, depende de maturação de ambos os lados e de todos os atores envolvidos. Ainda é baixa a percepção do potencial dessa relação para o fortalecimento do território. Vários órgãos do Poder Público, das mais diversas áreas, apresentam demandas que podem ser processadas na relação com a academia. Um aspecto relevante, especialmente no que diz respeito à experiência da UNIFG, tem sido sua contribuição na articulação de várias agendas regionais, movimento que contribui para acumular aprendizado, compreensão conceitual, organizar, pautar e animar articulações no campo da sociedade civil. (DONA DEDÉ, 2020)

Embora nem sempre as respostas em alguns aspectos sejam divergentes, os entrevistados de maneira geral acreditam na necessidade de explorar o potencial de parceria entre universidade e a comunidade do entorno, seja pública, privada ou civil.

Ficou claro que, para eles existem questões nas IES públicas que facilitam as ações dos eixos estruturantes ensino-pesquisa-extensão e outras que dificultam a cooperação entre suas IES e o território. Apontaram como dificuldade, a falta de recursos tanto materiais como humanos, refletidos em gastos públicos; a burocracia destes órgãos; a falta de técnicos capacitados para a pesquisa etc. Embora existam as ações de extensão, os pesquisadores após o término de suas pesquisas não retornam às comunidades com o resultado, o que gera descrédito à imagem

institucional. Somado a isto, a carga horária excessiva dos professores no eixo ensino, dificulta as ações de pesquisa e extensão.

A realidade da instituição privada é bem distinta à pública. O entrevistado declarou que, as potenciais parcerias entre os diversos setores (público, privado e civil) carecem de “maturação de ambos os lados e de todos os atores envolvidos”. Embora as ações do “Observatório UNIFG do Semiárido Nordestino”, procurem “subsidiar de informações o poder público”, o retorno não é condizente, devido a “baixa [...] percepção do potencial dessa relação para o fortalecimento do território.” Segundo o entrevistado, isto poderia ser bem diferente pois, “vários órgãos do Poder Público, das mais diversas áreas, apresentam demandas que podem ser processadas na relação com a academia.”

Assim sendo, consideramos que o potencial existe, mas precisa de muito esforço conjunto para que seja estudado, explorado, desvelado e planejado, em prol do crescimento do território do Sertão Produtivo. Diante disto, visando contribuir para que esta demanda se concretize, este estudo propõe algumas estratégias que se revelaram no decorrer desta pesquisa.

5.5. CONTRIBUIÇÕES ESTRATÉGICAS DA PESQUISA

É fundamental entender as características, mapear e apresentar estratégias para estabelecer as potencialidades do território de identidade, no sentido de adequar as instituições e modos de agir ao contexto de uma região mais questionadora, crítica, complexa e interdependente. Os desafios e transformações da região, requer inovadores modelos públicos de gestão, como eficientes instrumentos e procedimentos de ação coletiva.

Estas propostas estratégicas de gestão que ora apresentamos, são ferramentas auxiliares de planejamento estratégico e de desenvolvimento sustentável local/regional, interagindo institucionalmente e identificando demandas sociais, como na cadeia produtiva, educação e gestão profissionalizada:

- 1 - Propor a criação da Rede de Desenvolvimento Regional (RDR-Alto Sertão),** a ser constituída nas IES como ferramenta auxiliar de planejamento estratégico e de desenvolvimento sustentável local/regional. Com uma equipe

interdisciplinar e interdepartamental e uma estrutura mínima física, para ser um centro de apoio a processos integradores locais. Esta rede, deve contar com profissionais dedicados a cuidar dos aspectos burocráticos e científicos, tendo um profissional docente para fazer o papel de secretário-executivo, deixando os pesquisadores liberados para buscarem editais e outras estratégias similares para se dedicarem aos objetos de investigação científica, extensão e ensino em seus vínculos com o desenvolvimento regional.

Além disto, este executivo poderá ter o relevante papel de estabelecer contatos institucionais e articulações com os poderes públicos locais, com o setor produtivo e com as comunidades do entorno; e pesquisar as potencialidades estabelecidas nos territórios, não apenas no que se refere à oferta de instituições educacionais e de capital humano altamente qualificado, mas também o levantamento da base territorial, visando a promoção do desenvolvimento regional. Questões estas que são de fundamental relevância.

Nesta rede, seriam analisados os seguintes vetores de desenvolvimento regional, à saber:

A) Vetor Estrutura Produtiva (Cadeia Produtiva e Arranjos Produtivos Locais)

– fortalecer os pequenos e médios empreendimentos, estruturados/estimulados em redes de Arranjos Produtivos Locais (APLs), para o empreendedorismo, o fortalecimento e o adensamento de cadeias produtivas selecionadas e emergentes, visando à exploração de potencialidades regionais na produção de bens e serviços, com o apoio do Sebrae. Isto fortaleceria a economia regional: 1) estimulando a economia dos pequenos empreendimentos da agricultura/piscicultura, microindústrias e de serviços; 2) articulando a economia regional com as economias de base local, fomentando e priorizando as compras locais; 3) estabelecendo mecanismos para fortalecer as pequenas e microempresas, microempreendedores individuais, cooperativas, associações e pequenos produtores rurais, por meio do fomento, da inclusão produtiva e do acesso à informação e ao conhecimento;

B) Vetor Educação – pesquisar a necessidade de ampliação e distribuição das redes de ensino público nos setores técnico, tecnológico, profissional e superior, tendo como base as potencialidades e vocações regionais, para

qualificar e inovar a educação e capacitação técnica profissional, a fim de desenvolver o potencial produtivo e empresarial. Priorizando os interesses e necessidades locais e regionais, promovendo uma educação contextualizada, empreendedora e crítica, voltada ao empreendedorismo e inovações tecnológicas;

C) Vetor Estratégico de Ciência, Tecnologia e Educação – construir agendas estratégicas regionais nas áreas da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da articulação com as IES, empresas e governos, visando: a) Fomentar os projetos de pesquisa e inovação tecnológica, considerando as necessidades de cada região; b) Fomentar o empreendedorismo e a inovação tecnológica, incentivando os potenciais e vocações locais; c) Priorizar programas de inovação, articulados a projetos estruturantes regionais com mão de obra qualificada, capacitação de docentes e qualificação demandada pelo mercado.

2 - Propor ao poder público local, a criação do “Comitê Estratégico da Cidade”, essa interação institucional e identificação das demandas sociais, criaria um grupo de pensadores dos diversos setores para propor ações, estratégias e acompanhar suas propostas e aplicações sobre desenvolvimento regional (conselho empresarial, segurança pública, agricultura, saúde, representantes da sociedade organizada, cooperação IES/Poder público/empreendedores, como função consultiva).

Essa estratégia visa superar as dificuldades do caminho relacionado a vocação regional, enfrentando os desafios, conflitos e burocracia, de como promover o desenvolvimento e estreitar as relações para que possa tomar decisões mais técnicas, com base em dados e informações.

O comitê propõe buscar a concentração das estratégias e estruturas produtivas locais que garantam a coesão territorial, estruturando localmente comitês representativos das IES, empreendedores, representantes dos diversos setores estratégicos de produção e desenvolvimento da cidade e governo local, para promover ações de integração.

Essa característica da gestão pública local de não inclusão da sociedade civil na construção e formulação das políticas públicas, demonstram a fragmentação e

desarticulação institucional, que ocorre entre o nível de governo e as diferentes esferas da sociedade. Esse desenho institucional implica um cenário de mudanças, característico da requalificação temática proposta, para a construção de um novo paradigma às ações coletivas, baseado na cidadania, com estabelecimento de novos espaços de debates, formulação e decisão.

- 3 - Aprimoramento dos projetos de pesquisa e extensão**, considerando como função acadêmica privilegiada, para aproximar estudantes da realidade socioeconômico com suas diversas complexidades e desafios. Esses projetos possuem um importante papel estratégico na relação entre as IES e a comunidade local/regional de atendimento as diferentes demandas da sociedade. Ao oferecer as devidas condições para colocar os discentes frente a oportunidade de troca de experiências e vivências profícuas, como as de entender e interferir, quando possível, na realidade e mudança daquele objetivo foco na comunidade, possibilitando assim, avanço no entendimento do conceito de cidadania ampla e pensamento crítico.

As ações nesses projetos de pesquisa e extensão, possui o potencial para conscientizar os discentes, docentes e técnico-administrativos sobre a complexidade dos problemas socioeconômicos locais e a dificuldade de planejamento e execução das políticas públicas.

A proposta de monitoramento e avaliação deverá seguir alguns passos, como: o estudo de viabilidade do projeto em torno do objetivo “desenvolvimento econômico local/regional”; concepção da pesquisa de avaliação, o seu escopo e foco investigativo; condução do trabalho de pesquisa documental e/ou de campo; produção dos relatório de pesquisa e disseminação dos resultados que atendam e subsidiem o poder público local na tomada das decisões, permitindo um diálogo com outras instituições de ensino, a partir dos quais seja possível produzir insumos para o aprimoramento dos projetos de pesquisa e extensão no campo das políticas públicas. Terá como foco:

- A)** Projetos com foco no desenvolvimento local/regional;
- B)** Grau de formalização dos projetos na estrutura das IES;
- C)** Definição clara das políticas institucionais, com metas e prioridades bem detalhadas;

- D) A conceituação e tipologia das atividades de projeto/extensão;
- E) A existência dos sistemas de informação integrados, sobre as atividades desenvolvidas;
- F) A criação de programas institucionais, a partir do seu PDI, com foco no fomento para essas atividades;
- G) A interação dos projetos de extensão com o ensino e a pesquisa e sua inserção nas atividades e programas departamentais;
- H) Interação com órgãos públicos, privados e segmentos organizados;
- I) Apropriação, utilização e reprodução, pelos parceiros, do conhecimento envolvido na atividade de extensão.

4 - Realização de curso com foco em gestão para os diretores acadêmicos, garantindo uma postura gerencial mais empreendedora, a saber:

- A) Elaboração do curso de formação, com foco no processo gestão/mudança/transformação, para aplicar junto aos diretores acadêmicos, incluindo os processos de aprendizagem empreendedorial. Além disto, levá-los a refletir sobre o planejamento educacional na perspectiva do desenvolvimento e inovação, considerando os elementos micro-regionais;
- B) Analisar as características do comportamento empreendedor dos gestores acadêmicos e estudar o perfil empreendedor necessário aos gestores das IES na região;
- C) Verificar qual a concepção de empreendedorismo dos gestores acadêmicos e aplicar um Programa de desenvolvimento da cultura empreendedora;
- D) Identificar as características empreendedoras segundo a abordagem comportamentalista;
- E) Correlacionar a presença das características empreendedoras com o ambiente empreendedor na instituição;
- F) Estabelecer o entendimento sobre a criação do Banco de dados, para acompanhamento das ações institucionais;
- G) Analisar o perfil regional onde as IES encontram-se inseridas, buscando

compreender porque estão desconectadas com o mercado.

Os principais resultados auferidos estão relacionados com as etapas do processo de gestão, onde essas características da gestão pública local -, de não inclusão da sociedade civil na construção e formulação das políticas públicas -, demonstram uma fragmentação institucional e desarticulada, que ocorre entre o nível de governo e as diferentes esferas da sociedade. Este desenho institucional implica num cenário de mudanças, características da requalificação temática proposta, à construção de um novo paradigma às ações coletivas, complexas e desafiadoras, possuindo um importante papel estratégico na relação entre as IES e a comunidade local/regional de atendimento as diferentes demandas da sociedade.

Com a apresentação destas considerações/propostas estratégicas, encaminhamos o estudo para sua conclusão, embora acreditemos que, uma pesquisa não se conclui nela mesma, muito pelo contrário, abre espaço para novas descobertas, transformando-se em um ponto de partida para a produção/construção de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

Azevêdo, Antônio José Batista de. **Desenvolvimento regional e turismo de base local em Canudos**: estudo de caso do Parque Estadual de Canudos. 2009. 277 fs Dissertação (Mestrado) – Universidade Salvador – UNIFACS. Curso de Mestrado Análise Regional. Orientador: Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. 577 p. Atualizada até a EC n. 105/2019. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 17 abr.2020.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Publicada no D.O.U. de 23.12.1996.

_____. **Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. DOU - Seção 1 - 15/4/2004, Página 3 (Publicação Original). Legislação Informatizada - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 - Publicação Original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10861-14-abril-2004-531708-publicacaooriginal-13666-pl.html>>. Acesso em: 17 abr.2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico. Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 24 mar.2020.

BUARQUE, Sergio C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável.** Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal, 1999.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. O papel social da universidade. **ESTUDOS:** Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior, vol 23, n. 34, abr. 2005. p. 13-27.

CARNEIRO, R.; MENICUCCI, TMG. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. In: Fundação Oswaldo Cruz. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro:** desenvolvimento, Estado e políticas de saúde [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 1. pp. 135-194. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 25 abr.2020.

CARVALHO, Eduardo Búrigo. **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades catarinenses.** Salamanca: KADMOS, 1996.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GALVÃO, Antônio Carlos F. **Política de desenvolvimento regional e inovação:** lições para o Brasil da experiência europeia. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Unicamp, Campinas, SP, 2003.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015.

HERRERA, Alma. Responsabilidade social das universidades. In: **Educação superior em tempos de transformação:** Novas dinâmicas para a responsabilidade social. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2009. p. 41-42.

IF BAIANO - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**: Identidade e Gestão para a Construção da Excelência. Salvador – Bahia, 2014. Disponível em: <<https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2015/12/pdi-2015-2019-versao-2018.pdf>>. Acesso em: 18 mar.2020.

MAILLAT, Denis. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. In: **Interações**-Revista Internacional de Desenvolvimento Local, vol. 3, n. 4, p. 9-16, mar. 2002.

MAILLAT, Denis. Territorial Dynamic, innovative milieus and regional policy. **Entrepreneurship & Regional Development**, 7, p. 157-165, 1995.

MÁRQUEZ, Rui César. **Alianças Estratégicas**. Campinas, SP: Alínea, 2003.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. O estado da arte da gestão pública. **Revista de Administração de Empresas**. vol.53, nº1, São Paulo, jan./feb. 2013. P. 82-90.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <<file:///C:/Users/MARIZE/Downloads/477-1236-1-SM.pdf>>. Acesso em: 25 mar.2020.

PAIVA, Carlos A. Capital social, comunidade, democracia e o planejamento do desenvolvimento no RS: uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua história. In: WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P. **Desenvolvimento regional**: capital social, redes e planejamento. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2004, cap. 2, pp. 37- 78

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Cadernos de Educação Especial**, n. 21, 2003, p. 71-85.

SANTOS, Boaventura de S. **A Universidade no Século XXI**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O papel das universidades na construção de uma globalização alternativa. In: **Educação superior em um tempo de transformação**: novas dinâmicas para a responsabilidade social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 45-46.

TAUCHEN, Gionara. **O princípio da indissociabilidade universitária**: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. 2009. 146f.: il. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009. Orientação: Prof.^a Dr.^a Leda Lísia Franciosi Portal.

UNEB – Universidade do Estado da Bahia. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2022**. Salvador – Bahia, 2017. <https://portal.uneb.br/proplan/wp-content/uploads/sites/64/2018/03/PDI_2017_2022-.pdf>. Acesso em: 18 mar.2020.

UNIFG – Centro Universitário FG. **PDI Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Guanambi – Bahia, 2014. Disponível em:

<<http://faculdadeguanambi.edu.br/wp-content/uploads/2018/05/PDI.pdf>>. Acesso em: 01 out.2018.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade decorrente das desigualdades sociais, culturais e econômicas da região, demonstra a necessidade das IES se relacionarem de forma mais planejada e integrada com o território de identidade Sertão Produtivo, considerando toda a sua diversidade, e o apoio aos atores que atuam com foco no desenvolvimento territorial.

As IES utilizam o PDI como instrumento balizador para a sua gestão acadêmica, orientado pelo tripé de atuação (ensino, pesquisa e extensão), na busca de: estimular o desenvolvimento local sustentável; e entender as demandas socioeconômicas no território, com base na diversidade cultural regional.

Entretanto, sabemos que o desenvolvimento de um território passa por uma série de políticas públicas empreendedorais. Assim sendo, se estas se envolvem e discutem os problemas com determinados setores econômicos (saúde, educação, economia, social) e, encaminham cada ação debatida com a sociedade como estratégia de solução, poderá ser criada uma rede de fortalecimento socioeconômico territorial, que atuará de forma coletiva com o pensamento voltado para o bem ou desenvolvimento comum.

A educação é um ativo estratégico importante para melhoria dos índices de qualidade de vida territorial, portanto seus benefícios são relevantes para a evolução dos contextos: pessoal (rendimento, produtividade, conhecimento); e social (discussões sobre a melhoria nos índices sociais, participação na comunidade e ações modificadoras em seu ciclo social). Podemos dizer então que, a presença das IES no território, principalmente em pequenas e médias cidades, estabelece um impacto positivo nos diversos setores, como o econômico, educacional, social, político e cultural. Mesmo com os PDI's das IES abordando o território da pesquisa, percebemos nas respostas dos entrevistados, a existência de um hiato entre a teoria e sua aplicação no território, desde a relação da matriz curricular dos cursos até as ações relacionadas a pesquisa e extensão.

Diante deste resultado, consideramos nesta pesquisa que, nem sempre o currículo reflete as necessidades e características específicas regionais, tornando-se necessário: identificar e compreender: o real papel que as IES desempenham na promoção do desenvolvimento regional; e como seus currículos podem atender as

necessidades deste contexto. Isto poderá ser possível com a reestruturação das relações entre atores envolvidos com o ensino/pesquisa/extensão, os elementos constitutivos de uma política pública de desenvolvimento, seus representantes regionais e a comunidade ampliada. Além disto, as universidades precisam promover uma ampliação nas pesquisas, que contemplem as características territoriais, atuando com responsabilidade social junto aos seus discentes desde a graduação até a pós-graduação. Isto significa, reverter a lógica de quantidade para a qualidade das pesquisas, incentivando os pesquisadores a voltarem seus olhares para a realidade de cada região, tendo a concepção de cada gestor sobre “considerações regionais” de forma consolidada.

Cabe destacar, o processo de interiorização das IES no território é um ponto bastante positivo e uma estratégia governamental que vem possibilitando o acesso a este nível de ensino por estudantes oriundos das classes populares, provocando mudanças estruturais significativas e procurando desenvolver a educação de qualidade à população em sua formação. Os estudantes universitários do território, oriundos de um segmento social que até recentemente não tinha acesso à educação superior e que, normalmente, dispõe de condições de estudo limitadas e pouca convivência com o meio acadêmico, demonstra o impacto positivo da interiorização das IES como agente de desenvolvimento social e regional, com as realidades territoriais.

Pensar gestão pública na perspectiva dos anseios da população, demanda alguns questionamentos/reflexões, que perpassam desejos e necessidades dos sujeitos, a busca por soluções que envolvam o meio político, numa discussão coletiva com diversificadas visões do problema, seja ele da população, da academia ou do poder público. O alinhamento do currículo às necessidades educacionais do município e o estreitamento de um diálogo mais constante entre o poder público municipal e as IES, são pontos fundamentais neste processo, para que a produção de conhecimento seja aperfeiçoada e direcionada ao público universitário e externo ao ambiente acadêmico.

A contribuição das IES para o desenvolvimento do conhecimento, do fortalecimento da economia e da melhoria dos serviços e produtos locais, por meio: da educação continuada, apoio à pesquisa e projetos integrados aos territórios, torna as IES parte estratégica importante para as políticas públicas no desenvolvimento regional. Diante disto, esta investigação apresentou propostas estratégicas às

instituições, como por exemplo: a criação da Rede de Desenvolvimento Regional (RDR-Sertão Produtivo), a ser constituída como ferramenta auxiliar de planejamento estratégico e de desenvolvimento sustentável local/regional, a partir de uma equipe interdisciplinar e interdepartamental, e, estrutura física mínima, para ser um centro de apoio a processos integradores locais.

Além disto, esta rede exerceria o papel relevante de estabelecer contatos institucionais e articulações com os poderes públicos locais, com o setor produtivo e com as comunidades do entorno, mapeando as potencialidades estabelecidas nos territórios, não apenas no que se refere à oferta de instituições educacionais e de capital humano altamente qualificado, mas também para o levantamento essencial da base territorial, visando a promoção do desenvolvimento regional.

Nesta rede, poderão ser analisados os seguintes vetores de desenvolvimento regional, a saber: (1) Vetor Estrutura Produtiva (Cadeia Produtiva e Arranjos Produtivos Locais) – visando fortalecer os pequenos e médios empreendimentos, a partir da estruturação em redes de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e do estímulo para o desenvolvimento do empreendedorismo, do fortalecimento e o adensamento de cadeias produtivas selecionadas e emergentes, tendo em vista a exploração de potencialidades regionais na produção de bens e serviços; (2) Vetor Educação, pesquisando a necessidade de ampliação e distribuição das redes de ensino público nos setores técnico, tecnológico, profissional e superior, tendo como base as potencialidades e vocações regionais, qualificando e inovando a educação e capacitação técnica profissional, a fim de desenvolver o potencial produtivo e empresarial; e (3) Vetor Estratégico de Ciência, Tecnologia e Educação, construindo agendas estratégicas regionais às áreas da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da articulação com as IES, empresas e governos.

Outra proposta apresentada foi a criação do “Comitê Estratégico da Cidade”, pelo poder público local, para a interação institucional e identificação das demandas sociais, a partir de um grupo de pensadores dos diversos setores, para propor ações, estratégias e acompanhar suas propostas e aplicações sobre desenvolvimento regional (conselho empresarial, segurança pública, agricultura, saúde, representantes da sociedade organizada, cooperação IES/Poder público/empreendedores, como função consultiva). Esta estratégia visa superar as dificuldades do caminho relacionado a vocação regional, enfrentando os desafios, conflitos e burocracia,

descobrir como promover o desenvolvimento e estreitar as relações para que possa tomar decisões mais técnicas e com base em dados e informações.

O aprimoramento dos projetos de pesquisa e extensão, é uma outra proposta. Considerada aqui como função acadêmica privilegiada para aproximar estudantes da realidade socioeconômica com suas diversas complexidades e desafios. Estes projetos possuem um importante papel estratégico na relação entre as IES e a comunidade local/regional de atendimento as diferentes demandas da sociedade. Ao oferecer as devidas condições para colocar os discentes frente a oportunidade de troca de experiências e vivências profícuas, como a de entender e interferir, quando possível, na realidade e mudança do objetivo foco de uma comunidade, a instituição possibilitará o avanço no entendimento do conceito de cidadania ampla e pensamento crítico.

Além disto, estes projetos devem estar voltados para o desenvolvimento local/regional: com o grau de formalização na estrutura das IES, definição clara das políticas institucionais, com metas e prioridades bem detalhadas; criação de programas institucionais, a partir do seu plano de desenvolvimento institucional, com foco no fomento destas atividades, interação com órgãos públicos, privados e segmentos organizados, entre outras estratégias elencadas na pesquisa.

E, por fim, realização de curso com foco em gestão, para os diretores acadêmicos, garantindo uma postura gerencial mais empreendedora. A elaboração deste curso de formação, deverá estar voltada para o processo de gestão/mudança/transformação e os processos de aprendizagem empreendedorial, além de promoção para a reflexão sobre o planejamento educacional, na perspectiva do desenvolvimento e inovação. O projeto deste curso, deverá considerar: os elementos micro-regionais; a análise das características do comportamento empreendedor dos gestores acadêmicos; o estudo do perfil empreendedor necessário aos gestores das IES no território; verificação da concepção de empreendedorismo destes gestores; análise do perfil regional onde as IES encontram-se inseridas, para o entendimento de estarem desconectadas do mercado; a finalizando com uma aplicação prática de um Programa de Desenvolvimento da Cultura Empreendedora., Esta é uma entre outras ações indicadas nesta pesquisa.

Acreditamos que, as contribuições das IES podem influenciar na construção de políticas públicas estruturantes educacionais, com análise e debates das variáveis a nível local, estabelecimento dos elementos e estratégias que -, junto com o poder

público regional -, possam colaborar (no sentido amplo de laborar junto), na geração de mais capital intelectual, qualificação, projetos e pesquisas que melhorem as condições estruturais das cidades e sua população, influenciando, de forma positiva, o fortalecimento territorial. Esta conexão através do nível de relação que essas IES firmam com o território, podem propiciar uma integração e cooperação diferenciada, efetiva e propulsora dos resultados sociais e econômicos significativos.

Portanto, as IES devem ser um espaço de pesquisa e estratégias de representação das demandas nos setores sociais e de interesses econômicos heterogêneos, mantendo a sua perspectiva universal de pensar o conjunto da sociedade, na qual ela encontra-se inserida.

APÊNDICE A – Marcos Legais da República Federativa do Brasil**Quadro 5 - Marcos Legais do Estado Brasileiro**

Emenda Constitucional nº 19/98, ao estabelecer, no art. 241 da Constituição Federal, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos.	Lei Federal nº 11.107/05 e do Decreto nº 6.017/07
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados em sites governamentais.

APÊNDICE B – Marcos Legais do Estado da Bahia

Quadro 6 - Marcos Legais do Estado da Bahia

Atualização dos limites dos municípios que integram o território de identidade do Sertão Produtivo	Lei nº 12.608 de 27 de dezembro de 2012
Lei do reconhecimento da existência dos Territórios de Identidade, sofreu novos ajustes e está consolidada conforme, contanto com 27 Regiões.	Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015
Lei do reconhecimento da existência dos Territórios de Identidade, constituídos através de lei e a partir da especificidade de cada região. Adotada a regionalização territórios de identidade pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), 2007, contava à época com 26 Territórios de Identidade	Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007
Lei de criação do município de Guanambi.	Lei Estadual nº 1.364 de 14 de agosto de 1919
O município de Brumado foi criado pela Resolução Provincial.	Resolução Provincial nº 1.756 de 11/06/1877.
Lei de criação de Caetité.	Lei Estadual nº 995 de 26/02/1810

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados em sites governamentais.

APÊNDICE C – Marcos Legais das IES

Quadro 7 - Marcos Legais e Documentos Oficiais das IES

Criação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Bahia (IF Baiano)	Lei nº 11.892 em 29 de dezembro de 2008
Criação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Bahia (IF Baiano) campus da cidade de Guanambi	Lei 11.892/08
Aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional IF Baiano	Resolução nº 02 de 05 de fevereiro de 2015.
Criação da Universidade do Estado da Bahia	Lei Delegada nº 66 de 01 de junho de 1983
Revisão e Atualização do Plano de Desenvolvimento 2013	Portaria nº 2.228/2015
Criação do Campus XX da UNEB	Resolução nº 09/2001
Reestruturação das Universidades do Estado da Bahia e denominação do Campus VI da UNEB	Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997
Criação do Campus XII da UNEB	Decreto nº 2.636 de 04 de agosto de 1989
Credenciamento do Centro Universitário FG – UNIFG	Portaria nº 3.081 no ano de 2002
Revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFG	Portaria nº 03 de 20 de novembro de 2014

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados nos portais e sites das Instituições

APÊNDICE D – Questionário para Entrevistas aos Gestores Acadêmicos



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO – MESTRADO PROFISSIONAL**



TÍTULO DA PESQUISA: ENTENDENDO O PAPEL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SERTÃO PRODUTIVO E SUAS ESTRATÉGIAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

DOCENTE ORIENTADOR: PROF. DR. MARCIUS DE ALMEIDA GOMES

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: FABRÍCIO LOPES RODRIGUES

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

GESTORES (AS) ACADÊMICOS:

1 – O Sr. (a) conhece e sabe o que significa o PDI?

2 - Qual a relação do PDI com o território?

3 - Como as características e necessidades local/territorial estão refletidas nas políticas gerais de ensino, pesquisa e extensão da sua IES?

4 – Analisando o PDI de sua IES, quais considerações regionais estão presentes no planejamento/ações nas políticas de ensino/pesquisa/extensão da sua IES? (anexe, se possível, dados relevantes sobre a questão).

5 - Quando o ensino/pesquisa/extensão da sua IES consideram temas regionais, qual a importância dada aos parceiros regionais (marque no quadro relevante).

Parceiros Regionais	Não Sei Informar	Não Acontece	Leve	Média	Alta
Empreendedores da Região					
Governos Municipais					
Outras IES da região					
Órgãos de Fomento					
Sociedade Civil					

6 – A partir do seu ponto de vista como gestor (a), quais são as ações (exemplos) que facilitam e as que dificultam a cooperação entre a sua IES e o território, segundo o ensino, extensionistas, pesquisadores e território, respectivamente?

7 - Os pesquisadores das IES que abordam temas de interesse regional têm algum tipo de incentivo?

- () PROMOÇÃO
- () MÉRITO CURRICULAR
- () PESSOAL
- () COOPERAÇÃO LOCAL/TERRITORIAL
- () OUTROS. QUAIS?

8 – A sua IES possui um currículo que reflete as necessidades e características específicas regionais? Em caso seja afirmativo, poderia apresentar os exemplos?

- NÃO
- SIM. Quais?

9 - A sua IES entra em acordo com outros parceiros estratégicos para partilhar a competência e o conhecimento sobre as prioridades estratégicas da região?

- NÃO
- SIM. Quais?

10 - Quais as ações estratégicas existentes para abrir caminhos entre a sua IES e as empresas regionais, principalmente as pequenas e médias empresas que possuem a maior densidade em nossa região e o setor público?

11 - Existe algum instrumento formal ou informal, na sua IES, capaz de identificar as necessidades regionais? Foram estabelecidos contratos ou convênios que oficializem esse comprometimento com a região? Como esse comprometimento é implementado e monitorado. Descrever a situação.

12 – A sua IES realiza ou realizou, de forma coletiva ou individual, algum modelo de avaliação dos impactos das suas atividades na região? (por exemplo: impacto econômico direto da instituição, contribuição para o desenvolvimento econômico local; impacto social e cultural).

- NÃO
- SIM. Quais?

13 - Em que nível o interesse no desenvolvimento regional, vem sendo integrado nas atividades de ensino/pesquisa/extensão na sua IES?

- Não Sei Informar
- Não Acontece
- Leve
- Média
- Alta

14 - Qual a relação da IES com as empresas públicas e privadas?

- Não Sei Informar
- Não Acontece
- Leve
- Média
- Alta

15 - O que o (a) Sr. (a), entende que poderia motivar uma melhor relação com as IES e o desenvolvimento regional?

- Ensino da Graduação
- Pós Graduação
- Pesquisa
- Extensão
- Estágio, contratações, entre outros.

16 - Na sua visão, quais são as barreiras com relação a cooperação entre as IES e o poder público?

Não Sei Informar	Burocracia	Financiamento	Diferenças de valores, atitudes e formas de trabalho, dificultando a comunicação, além de diferentes concepções do tempo	Pesquisadores isolados da realidade, sem compreender as necessidades do setor produtivo

17 - Em relação ao desenvolvimento regional, quais os convênios que a sua IES estabeleceu com outros parceiros estratégicos a nível regional (associações de classes, empresas, poder público, entre outros), para participar em estratégias e ações coletivas, a exemplo dos hospitais reconhecidos, projetos de desenvolvimento comuns, estágios nas empresas, entre outros? Informe os convênios mais significativos.

IES	Parceiro Estratégico	Nível de Atuação (Municipal, Regional, Estadual ou Federal)	Ação ou Projeto Conjunto	Ano de Início da Ação	SITUAÇÃO
UNEB XX					
UNEB VI					
UNEB XII					
IF BAIANO					
UNIFG					

18 – Como se dá a relação da sua IES com o território? O que o Sr. (a) sugere como complemento entre a IES e o território?

APÊNDICE E – Questionário para Entrevistas aos Gestores Públicos



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO – MESTRADO PROFISSIONAL**

TÍTULO DA PESQUISA: ENTENDENDO O PAPEL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SERTÃO PRODUTIVO E SUAS ESTRATÉGIAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

DOCENTE ORIENTADOR: PROF. DR. MARCIUS DE ALMEIDA GOMES

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: FABRÍCIO LOPES RODRIGUES

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

GESTORES (AS) PÚBLICOS:

- 1 - Qual o seu papel como gestor municipal?

- 2 – Qual sua compreensão sobre a Instituição de Ensino Superior no território?

- 3 – O Sr. conhece as contribuições das Instituições de Ensino Superior com a cidade/território?

- 4 - Na sua opinião, qual o principal papel da Instituição de Ensino Superior na sociedade na qual ela encontra-se inserida?

- 5 - Em que medida as Instituições de Ensino Superior participam nas dinâmicas territoriais/ações de mudança e melhoria de sua área de abrangência?

6 - O planejamento estratégico do município inclui o papel da educação superior como um elemento-chave?

- () NÃO
() SIM. Quais?

7 – Ainda existem diversas barreiras entre a área pública e as Instituições de Ensino Superior.

- () NÃO
() SIM

8 – Existe cooperação entre o município/território e a Instituição de Ensino Superior?

9 – A partir do seu ponto de vista como gestor (a) público, quais são as ações que facilitam e as que dificultam a cooperação entre o seu município/território e as IES, segundo a sua análise, referente ao ensino acadêmico e os projetos de extensão e pesquisa, respectivamente?

AÇÕES ESTRATÉGICAS	FACILIDADES	DIFICULDADES
IES		
ENSINO		
EXTENSÃO		
PESQUISA		
PODER PÚBLICO LOCAL		

10 - O Sr. (a) poderia avaliar o grau de parceria estratégica realizada, de acordo ao papel do ensino/pesquisa/extensão no desenvolvimento regional, nos itens abaixo?

Parceiros Estratégicos	Não Sei Informar	Não Acontece	Leve	Média	Alta
Cooperação entre os empreendedores da região					
Cooperação entre os governos municipais/estadual da região e as IES					
Cooperação entre as IES do território					
Cooperação entre a IES e os órgãos de fomento					
Cooperação entre a IES e a sociedade civil					

11 - Como se dá a relação da sua cidade/território com as Instituições de Ensino Superior? O que o Sr. (a) sugere como complemento entre a cidade/território e as Instituições de Ensino Superior?

APÊNDICE F – Levantamento das Respostas dos Gestores Acadêmicos



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO – MESTRADO PROFISSIONAL**



TÍTULO DA PESQUISA: ENTENDENDO O PAPEL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SERTÃO PRODUTIVO E SUAS ESTRATÉGIAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

DOCENTE ORIENTADOR: PROF. DR. MARCIUS DE ALMEIDA GOMES

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: FABRÍCIO LOPES RODRIGUES

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

GESTORES(AS) ACADÊMICOS(AS):

1 – O Sr. (a) conhece e sabe o que significa o PDI?

BRUMADO

UNEB Campus XX

CAETITÉ

UNEB Campus VI - Sim. Plano de Desenvolvimento Institucional, documento principal que orienta a instituição.

GUANAMBI

UNEB Campus XII – Sim. O PDI é o plano de desenvolvimento institucional, um dos instrumentos de gestão da universidade. Ele não é apenas um documento que traz as orientações para a gestão universitária, mas uma ferramenta que deixa explícito a missão da universidade, seu perfil enquanto universidade pública, seus princípios didáticos-pedagógico e filosofia; bem como a política no âmbito da pesquisa, extensão, ensino, ações afirmativas e a pós-graduação. Além disso, serve de referência nos aspectos da avaliação e do financiamento.

IF BAIANO - Sim. É uma ferramenta de gestão que tem por objetivo traçar metas a serem realizadas dentro de um período específico por uma Instituição. Além disso, é uma estratégia de fortalecimento da identidade institucional junto à comunidade interna e externa.

UNIFG - Sim. O Plano de Desenvolvimento Institucional é um instrumento conhecido

por ampla parcela da comunidade acadêmica, até em razão do seu processo de elaboração no âmbito da UNIFG. Há comissão instituída pela reitoria, envolvendo todos os segmentos da instituição, responsável pela elaboração e atualizações dentro do intervalo quinquenal do plano.

2 - Qual a relação do PDI com o território?

BRUMADO

UNEB Campus XX

CAETITÉ

UNEB Campus VI – É uma relação de presença, haja vista que temos três campi da UNEB que integra o território e desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão nas diferentes áreas do conhecimento.

GUANAMBI

UNEB Campus XII – O PDI apesar de ser pensado em uma relação orgânica com o território, na prática há ainda um distanciamento com as questões emergentes do território.

IF BAIANO - Segundo a Lei de Criação dos Institutos Federais (n.º11.892, de 29 de dezembro de 2008), a finalidade do IF Baiano é ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com o objetivo de formar e qualificar cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento sócioeconômico local, regional e nacional. Dentro desse contexto o IF Baiano consolida-se como Instituição multicampi no estado e garante a interiorização da educação profissional, sobretudo pela sua inserção em diversos territórios de identidade. Em se tratando especificamente do IF Baiano Campus Guanambi, que está situado no Território de Identidade Sertão Produtivo, o PDI prevê a oferta dos cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação de tecnologia, licenciatura e bacharelado e cursos de pós-graduação. Atualmente o Campus oferece cursos em todas essas modalidades citadas, além de fomentar as atividades de Pesquisa e Extensão no território.

UNIFG - O Plano de Desenvolvimento Institucional tem forte interface com o território em cinco eixos que constituem o projeto político pedagógico da instituição. Através das (1) políticas de ensino, que buscam não apenas inserir conteúdo de caráter específico do território, nos diversos campos do conhecimento, mas provocar interação através das demais políticas institucionais; por meio das (2) políticas de extensão que buscam referenciar práticas, técnicas, métodos e processos de ensino em temáticas centrais na vida do território, sempre em interação com as questões da contemporaneidade do semiárido nordestino; por meio da (3) pesquisa, comportando, aliás, além das políticas comuns de fomento existente nas instâncias da instituição, uma plataforma especialmente voltada para o semiárido nordestino, o Observatório UniFG do Semiárido Nordeste, cuja função perpassa a pesquisa georeferenciada nas áreas da saúde, saneamento, ecologia, cidades e agropecuária sempre buscando subsidiar o poder público na compreensão, formulação e operacionalização de políticas públicas. Há também os eixos de (4) promoção e fomento à cultura regional e (5) ecologia do semiárido. O eixo quatro guarda ações que buscam resgatar,

registrar, valorizar e socializar as manifestações culturais regionais, como forma de fortalecer a cidadania e identidade regional. O eixo cinco trata de estimular pesquisas e projetos voltados para o conhecimento da ecologia do semiárido, seus ecossistemas, sua biodiversidade, tendo em vista sua ressignificação no contexto do desenvolvimento regional

3 - Como as características e necessidades local/territorial estão refletidas nas políticas gerais de ensino, pesquisa e extensão da sua IES?

BRUMADO

UNEB Campus XX

CAETITÉ

UNEB Campus VI – O DCH/VI UNEB, desde a sua implantação trabalha com formação docente, são sete cursos de licenciatura, seis presenciais e um a distância. Em 2018 implantou o curso de Engenharia de Minas, sempre considerando as demandas sociais e econômicas do território de identidade, onde atuamos. Acompanhando o proposto no PDI, avançar na pós-graduação, em 2019 aprovamos junto a CAPES o primeiro curso de Mestrado em Ensino, Linguagem e Sociedade que encontra-se na segunda turma. Atuamos, também na pesquisa e extensão, sempre considerando a diversidade cultural da população atendida.

GUANAMBI

UNEB Campus XII – Apesar de entender que a universidade deve estar a serviço da comunidade, de modo geral, as ações da universidade nem sempre nascem das demandas/necessidades local/territorial. Todavia, algumas pesquisas e/ou ações extensionistas atendem aos anseios da população local/territorial.

IF BAIANO - É sabido que o ensino baseado exclusivamente nos conteúdos, torna-se descontextualizado e dificilmente proporcionará resultados que sejam concretos para o aprendiz, daí a necessidade de se adequar o currículo escolar às demandas atuais. No IF Baiano há uma preocupação constante em alinhar as necessidades da região onde o Campus está inserido e as políticas que envolvem o ensino, pesquisa e extensão. A saber: os editais de fomento à pesquisa e extensão priorizam, em sua maioria, projetos que contemplem comunidades inseridas no Território de Identidade Sertão Produtivo. Além disso, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (educação profissional e superior) abordam em seus currículos culturas e especificidades da região.

UNIFG - Os eixos que compõem o projeto político-pedagógico da instituição, já mencionados na questão anterior (Ensino, Pesquisa, Extensão, Cultura e Ecologia do Semiárido) são desenhados tendo como elemento estruturante o contexto do semiárido nordestino, maneira geral, e do território local, em particular. As diversas ações dos projetos desenvolvidos pelos órgãos institucionais e suas plataformas estabelecem um canal de diálogo perene, através das avaliações e do aprendizado com os parceiros locais e a comunidade em geral, capaz de imprimir constantes revisões nas relações da instituição com as comunidades. Cada projeto guarda instrumentos de avaliação e reserva espaços colegiados, envolvendo estudantes, docentes e membros das comunidades, como forma de captar as necessidades,

entender as complexidades de cada ação e público alvo, no sentido de desenvolver um aprendizado a partir de cada ação viabilizada. Importa ainda esclarecer que a UniFG é gerida – toda ela – através de colegiados com participação de segmentos de toda a comunidade acadêmica. Todas as políticas, dos cinco eixos da Instituição, são definidas e estruturadas a partir de colegiados diversos, multidisciplinares

4 – Analisando o PDI de sua IES, quais considerações regionais estão presentes no planejamento/ações nas políticas de ensino/pesquisa/extensão da sua IES? (anexe, se possível, dados relevantes sobre a questão).

BRUMADO

UNEB Campus XX

CAETITÉ

UNEB Campus VI - Como mencionado as atividades desenvolvidas possuem estreita relação com as demandas sociais da comunidade local e regional. Para além do ensino e da pesquisa destacamos alguns projetos de extensão que são desenvolvidos em parceria com outras instituições, a saber: 1. Arquivo Público Municipal (UNEB, Prefeitura Municipal de Caetité- PMC e Tribunal de Justiça da Bahia); 2. Museu Aberto do Alto Sertão (UNEB, PMC, Associação do Amigos do MASH); 3. Casarão de Ibiassucê (UNEB e Associação); 4. Horto Medicinal (UNEB, Pastoral da Criança); 5. Observatório dos Planos Municipais de Educação (UNEB e UNDIME), Observatório de Caetité (UNEB, UFBA, PMC e Associação da Memória e Patrimônio Cultural de Caetité).

GUANAMBI

UNEB Campus XII – No âmbito do ensino temos quatro cursos – pedagogia, educação física, Administração e enfermagem, os quais ainda têm uma grande demanda, conseqüentemente uma inserção na comunidade. Na pós-graduação *latu sensu*, educação do campo, uma demanda dos movimentos sociais. No que tange pesquisa e extensão, são muitos projetos na área da educação básica, saúde e gestão de empresas.

IF BAIANO - O Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano foi criado com base nos elementos internos e externos do cenário institucional que impactam a política de abertura de Dados do Instituto. Como trata-se de um documento que tem por finalidade nortear as ações de uma Instituição de Ensino multicampi as considerações regionais levadas em consideração são as mais variadas possíveis em uma visão macro do Estado em que se encontra inserido. Entre as considerações regionais que estão presentes no planejamento/ ações do IF Baiano, Campus Guanambi temos: o levantamento de dados e informações (a localização do município de Guanambi “ *Território de Sertão Produtivo*”; dados populacionais presentes no IBGE “*município de Guanambi população estimada do município foi de 86.808 habitantes em 2017, correspondendo a 17,32% do Território de Identidade*”; Estimativa da porcentagem apontada pelo IBGE “*Censo de 2010, 79,36% da população do município reside na área urbana, e 50,79% é do sexo feminino; O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município foi 0,673 no Censo de 2010. Acima da média do Território de Identidade e do Estado que foi 0,620 e 0,660 respectivamente para o mesmo período*”.

UNIFG - A problemática do desenvolvimento regional, como aspecto limitante da consolidação da democracia brasileira. Nesse sentido, a UniFG se entende como um elemento que, no contexto do seu espaço e da sua escala de atuação, deve contribuir para o desenvolvimento e a democratização das condições de produção de ciência, como elemento chave para superação das relações tão assimétricas que marcam a relação entre as regiões brasileiras. A partir da problemática do desenvolvimento regional, outros elementos se articulam, como a cultura regional; a ecologia local; os dramas sociais; a saúde; as cidades; a produção agropecuária do semiárido; o fortalecimento das instituições e suas políticas; o acompanhamento das inovações institucionais de caráter público, das políticas públicas; os movimentos de transformação econômica que reforçam tendências impactantes na região (mineração, energia eólica, transporte ferroviário etc.); as cadeias produtivas em consolidação e as inovações empreendedoras.

5 - Quando o ensino/pesquisa/extensão da sua IES consideram temas regionais, qual a importância dada aos parceiros regionais (marque no quadro relevante).

Parceiros Regionais	Não Sei Informar	Não Acontece	Leve	Média	Alta
Empreendedores da Região			UNEB VI		
			UNEB XII		
				IFBAIANO	
				UNIFG	
Governos Municipais				UNEB VI	
					UNEB XII
			IFBAIANO		
					UNIFG
Outras IES da região				UNEB VI	
				UNEB XII	
				IFBAIANO	
				UNIFG	
Órgãos de Fomento			UNEB VI		
			UNEB XII		
			IFBAIANO		
					UNIFG
Sociedade Civil					UNEB VI
		IFBAIANO			UNEB XII
					UNIFG

6 – A partir do seu ponto de vista como gestor (a), quais são as ações (exemplos) que facilitam e as que dificultam a cooperação entre a sua IES e o território, segundo o ensino, extensionistas, pesquisadores e território, respectivamente?

BRUMADO

UNEB Campus XX

CAETITÉ

UNEB Campus VI - Ações facilitadoras: técnicos qualificados para dar o suporte necessário na construção dos projetos, compromisso dos docentes e dos parceiros, logística para realização dos eventos, disponibilidade financeira. Ações que dificultam: o oposto das listadas acima e principalmente a carga horária alta dos docentes no ensino e a falta de professores efetivos nos cursos. A exemplo do Curso de Engenharia de Minas que não possui nenhum docente efetivo. Essa situação impede a realização da pesquisa e extensão. Os substitutos são impedidos de concorrer edital na própria universidade.

GUANAMBI

UNEB Campus XII – As ações que facilitam a cooperação entre as IES e o território são os projetos de extensão, desenvolvidos pela universidade no ensino, os estágios são bastante atrativos e na dimensão da pesquisa, nem sempre os resultados das pesquisas são socializados dentro do território. O fato de, às vezes, os pesquisadores não darem o retorno dos resultados das pesquisas para a comunidade, coloca a universidade em uma posição de desvalorização. Nesse sentido, entendo que a universidade precisa rever sua relação com as pessoas do território, sair dos seus muros.

IF BAIANO - O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus Guanambi*, localizado no Território Sertão Produtivo, Bahia, possui como Missão “Promover a formação cidadã por meio de ensino, pesquisa e extensão, priorizando a inclusão social, a profissionalização tecnológica e sustentável, mantendo uma política de valorização humana, na busca de soluções viáveis para os processos produtivos” (EFAJ, 2007, p. 3).” Entretanto, para que possamos atender ao que preceitua estas finalidades necessário se faz a elaboração de um plano de ações conciso e eficaz. Entre as ações desenvolvidas por este Campus temos: formação de corpo técnico de alunos e ex alunos capazes apreender, empreender e depreender técnicas condizentes aos cursos que são ou que eram matriculados, alcançando condições para alcançar o mercado de trabalho; desenvolvimento de pesquisas capazes de criar novas tecnologias sociais, além de eventos extensionistas que aproximam a Comunidade do IF Baiano. Estas vêm de encontro a cooperação entre o IF Baiano, *Campus Guanambi* e o Território Sertão Produtivo. Porém, existem outras ações que contrariam ao estabelecimento e avanço desta interação que são: contingenciamento de gastos públicos e a burocratização no estabelecimento de parcerias e na captação de recursos para o desenvolvimento dessas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

UNIFG - De maneira geral, em que pese o histórico de agendas que sempre foram capazes de articular atores diversos na conformação de ações decisivas para o desenvolvimento do território, é preciso considerar que a academia ainda precisa percorrer um longo caminho para ampliar a consequência do potencial que carrega,

em termos de produção de conhecimento, na relação com o território onde se encontra estabelecida. E essa consequência não está resumida apenas em transferir tecnologia ou conhecimento, mas em criar canais de diálogos que permitam à academia também acomodar o aprendizado dos diversos atores do território. No caso da UniFG há um esforço em aprimorar as articulações com o poder público local, através dos órgãos de gestão do território e através das ações e pesquisas do Observatório UniFG do Semiárido Nordeste, que buscam subsidiar de informações o poder público. Esse movimento, entretanto, depende de maturação de ambos os lados e de todos os atores envolvidos. Ainda é baixa a percepção do potencial dessa relação para o fortalecimento do território. Vários órgãos do Poder Público, das mais diversas áreas, apresentam demandas que podem ser processadas na relação com a academia. Um aspecto relevante, especialmente no que diz respeito à experiência da UniFG, tem sido sua contribuição na articulação de várias agendas regionais, movimento que contribui para acumular aprendizado, compreensão conceitual, organizar pautar e animar articulações no campo da sociedade civil.

7 - Os pesquisadores das IES que abordam temas de interesse regional têm algum tipo de incentivo?

- () PROMOÇÃO
- () MÉRITO CURRICULAR
- () PESSOAL
- () COOPERAÇÃO LOCAL/TERRITORIAL
- () OUTROS. QUAIS?

BRUMADO
UNEB Campus XX

CAETITÉ
UNEB Campus VI – resposta – MÉRITO CURRICULAR E PESSOAL.

GUANAMBI
UNEB Campus XII – resposta – PESSOAL.

IF BAIANO – resposta - MÉRITO CURRICULAR e outros, como o fomento.

UNIFG – resposta – OUTROS. A instituição possui políticas específicas de fomento à pesquisa local. Lança editais e disponibiliza recursos materiais e financeiros para a produção de pesquisa. Além disso, oferta bolsa-auxílio para mestrado e doutorado. A UniFG possui, em caráter inovador, programa que oferta bolsas de estímulo à pesquisa de temas relacionados ao semiárido para jovens estudantes da rede pública estadual do ensino médio. Esses estudantes são selecionados e atuam em projetos do Observatório UniFG do Semiárido Nordeste.

8 – A sua IES possui um currículo que reflete as necessidades e características específicas regionais? Em caso seja afirmativo, poderia apresentar os exemplos?

- () NÃO

() SIM. Quais?

BRUMADO
UNEB Campus XX

CAETITÉ

UNEB Campus VI – resposta – SIM. Os cursos do DCH/VI possuem estreita relação com as características regionais, a exemplo do Curso de Engenharia de Minas – Mineração, Curso de Ciências Biológicas – para além do ensino desenvolve pesquisa voltada para a flora e fauna do semiárido, Letras, Língua Portuguesa tem trabalhado com literatas do município e região possui o CEL- Centro de estudos de Literatura Latina, dentre outros.

Os professores de áreas específicas são formados pelo DCH/VI.

GUANAMBI

UNEB Campus XII – resposta – SIM, em parte o currículo atente às necessidades e características regionais. No curso da pedagogia apenas uma disciplina discute as questões do campo e nos outros cursos (administração, enfermagem e educação física), não dispõem de disciplinas específicas para discutir as questões da população camponesa. O currículo é bem genérico.

IF BAIANO – resposta – SIM, mestrado voltado para produção vegetal no semiárido, disciplinas dos cursos técnicos que abordam aspectos de culturas ligadas aos arranjos produtivos locais e regionais (cultura do algodão, do feijão, da banana, piscicultura, apicultura) e empreendedorismo voltado às potencialidades regionais (agroindústria, comércio da produção local, desenvolvimento de tecnologias voltadas a irrigação), perfil de egresso voltado às demandas regionais.

UNIFG – resposta – SIM, disciplinas que tratam especificamente do desenvolvimento regional; atividades curriculares, de pesquisa e extensão, que tratam objetivamente das temáticas do semiárido.

9 - A sua IES entra em acordo com outros parceiros estratégicos para partilhar a competência e o conhecimento sobre as prioridades estratégicas da região?

() NÃO

() SIM. Quais?

BRUMADO
UNEB Campus XX

CAETITÉ

UNEB Campus VI – Resposta – SIM. Já relacionados na questão 4. Dialogamos com a Renova Energia e estamos iniciando um diálogo com os outros parceiros por meio do Espaço Colaborar, recém-criado no município de Caetité pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo da Bahia (SECTI).

GUANAMBI

UNEB Campus XII – SIM, temos mantido um diálogo com as secretarias municipais,

algumas empresas, movimentos sociais e sindicais da região. Além disso, o diálogo com o Hospital Regional, IF Baiano e a UNIFG tem sido bastante fluída.

IF BAIANO – resposta – SIM, Codevasf, Embrapa, Epamig e Polícia Militar.

UNIFG – resposta – SIM, O exemplo mais acabado disso, é a relação da UniFG com a Prefeitura Municipal de Guanambi e outras prefeituras da região. Especialmente através do município de Guanambi, a UniFG tem uma forte discussão nos espaços formais na formulação e implementação de políticas voltadas para a cidade: gestão de resíduos sólidos, plano diretor municipal, regularização fundiária, etc.

10 - Quais as ações estratégicas existentes para abrir caminhos entre a sua IES e as empresas regionais, principalmente as pequenas e médias empresas que possuem a maior densidade em nossa região e o setor público?

BRUMADO

UNEB Campus XX

CAETITÉ

UNEB Campus VI - Por meio do Espaço Colaborar, integramos o espaço.

GUANAMBI

UNEB Campus XII – As estratégias nas perspectivas de abrir caminhos com as empresas regionais, principalmente, às de pequeno e médio porte ainda são incipientes. Tem acontecido por meio dos estágios e algumas visitas técnicas.

IF BAIANO – As principais ações consistem na formalização de convênios e parcerias para a realização de estágios, cooperação técnica, produção de insumos e fornecimento de mão de obra especializada.

UNIFG - A pesquisa voltada a compreender e disseminar informações que contribuam para a movimentação dos atores no âmbito do território; através de serviços de apoio e dos espaços e fóruns de discussão de temas-chave para a região. Como já foi assinalado, a UniFG possui no Observatório UniFG do Semiárido Nordeste uma plataforma de diálogo com o poder público na construção e implementação de um conjunto de políticas públicas, especialmente na área do direito às cidades. Em relação às micro e pequenas empresas, a instituição oferta um serviço de assistência gratuito contábil-fiscal em sua sede e dispõe de serviço de extensão no seu entorno para microempresários. Noutra escala, a instituição vem procurando desenvolver um centro de referência de inovação tecnológica para o contexto do semiárido, buscando fortalecer e inovar cadeias produtivas que dependem de condições específicas para a realidade local.

11 - Existe algum instrumento formal ou informal, na sua IES, capaz de identificar as necessidades regionais? Foram estabelecidos contratos ou convênios que oficializem esse comprometimento com a região? Como esse comprometimento é implementado e monitorado. Descrever a situação.

BRUMADO

UNEB Campus XX

CAETITÉ

UNEB Campus VI - As parcerias descritas na questão 4, incluindo a Casa Anísio Teixeira, todas possuem Convênios firmados com cláusulas bem explícitas que podem ser monitoradas entre as partes.

GUANAMBI

UNEB Campus XII – Não existe nenhum instrumento formal capaz de identificar às necessidades regionais. Informalmente sim. Nos momentos/atividades/debates que a universidade promove sempre, evidenciam as demandas, as necessidades, nos eventos, etc.

IF BAIANO - O Campus possui o NUPPI que é o Núcleo de Planejamento e Parcerias Institucionais, de assessoramento da Direção-Geral do campus, responsáveis por articular, em conjunto com as direções administrativa, acadêmica e geral, o planejamento e a execução de políticas e ações voltadas ao desenvolvimento institucional. Ressaltamos, porém, que este setor realizará um levantamento junto ao IBGE, análise de dados de pesquisas realizadas por aquele órgão (Censo Agropecuário, Censo Populacional) Secretarias de Agricultura, Educação, Indústria e Comércio do Município de Guanambi e região tendo em vista a ampliação e ratificação da oferta de cursos do IF Baiano, *Campus Guanambi*. Mas até então o levantamento era feito de forma informal, pela solicitação da comunidade, bem como pelo levantamento dos docentes da Casa. Vários convênios foram estabelecidos de comprometimento com a Região no município de Guanambi, tais como EMBRAPA, UFRB em que seus pesquisadores auxiliam no Mestrado Profissional *Stricto Sensu* em Produção Vegetal no Semiárido (MPPVS) através de orientação e acompanhamento de desenvolvimento de atividades de projetos pesquisa. Esse comprometimento foi implementado através da formalização de Acordo da Cooperação Técnica entre o IF Baiano e estas duas Instituições de Ensino e Pesquisa. Ela é monitorada através de artigos publicados dos resultados de seus projetos, bem como de relatórios conclusivos de seus Projetos de Pesquisa.

UNIFG - Não existe um instrumento especificamente desenvolvimento para essa finalidade. As instâncias institucionais, na relação com os parceiros da UniFG, em avaliações externa e interna, nas ações que desenvolvem captam essas necessidades e as traduzem nas ações e políticas institucionais.

12 – A sua IES realiza ou realizou, de forma coletiva ou individual, algum modelo de avaliação dos impactos das suas atividades na região? (por exemplo: impacto econômico direto da instituição, contribuição para o desenvolvimento econômico local; impacto social e cultural).

() NÃO

() SIM. Quais?

BRUMADO

UNEB Campus XX

CAETITÉ**UNEB Campus VI – resposta – NÃO.****GUANAMBI****UNEB Campus XII – resposta – NÃO.**

IF BAIANO – resposta – SIM, a Pesquisa de Qualidade do IF Baiano, no ano de 2019. O questionário foi aberto a toda a comunidade, interna e externa para avaliar as ações do IF Baiano, sobretudo do Campus Guanambi

UNIFG – resposta – NÃO.

13 - Em que nível o interesse no desenvolvimento regional, vem sendo integrado nas atividades de ensino/pesquisa/extensão na sua IES?

- () Não Sei Informar
- () Não Acontece
- (X) Leve - **RESPOSTA DAS: UNEB VI, UNEB XII**
- (X) Média – **RESPOSTA DO: IF Baiano**
- (X) Alta - **RESPOSTA DA: UNIFG**

14 - Qual a relação da IES com as empresas públicas e privadas?

- () Não Sei Informar
- () Não Acontece
- (X) Leve – **RESPOSTA DO: IF Baiano, UNEB XII**
- (X) Média - **RESPOSTA DA: UNEB VI**
- (X) Alta - **RESPOSTA DA: UNIFG**

15 - O que o (a) Sr. (a), entende que poderia motivar uma melhor relação com as IES e o desenvolvimento regional?

- () Ensino da Graduação
- () Pós-Graduação
- () Pesquisa
- () Extensão
- () Estágio, contratações, entre outros.

OBS.1: A **UNEB VI**, relatou que a pós-graduação, pesquisa, ensino, extensão e os Estágio, contratações, entre outros, são os mais importantes nesse processo;

OBS.2: A **UNEB XII**, relatou que todas as respostas são essenciais nesse processo;

OBS.3: O **IF Baiano**, relatou que a extensão como respostas essencial nesse processo;

OBS.4: A **UNIFG**, relatou que as respostas pesquisa e a de extensão são essenciais nesse processo;

16 - Na sua visão, quais são as barreiras com relação a cooperação entre as IES e o poder público?

Não Sei Informar	Burocracia	Financiamento	Diferenças de valores, atitudes e formas de trabalho, dificultando a comunicação, além de diferentes concepções do tempo	Pesquisadores isolados da realidade, sem compreender as necessidades do setor produtivo
			UNEB VI	
				UNEB XII
		IF BAIANO		IF BAIANO
			UNIFG	UNIFG

17 - Em relação ao desenvolvimento regional, quais os convênios que a sua IES estabeleceu com outros parceiros estratégicos a nível regional (associações de classes, empresas, poder público, entre outros), para participar em estratégias e ações coletivas, a exemplo dos hospitais reconhecidos, projetos de desenvolvimento comuns, estágios nas empresas, entre outros? Informe os convênios mais significativos.

IES	Parceiro Estratégico	Nível de Atuação (Municipal, Regional, Estadual ou Federal)	Ação ou Projeto Conjunto	Ano de Início da Ação	SITUAÇÃO
UNEB XX					
UNEB VI	1-Prefeitura Municipal de Caetitê; 2 – Casa Anísio Teixeira; 3 – UNDIME; 4-Associação dos Amigos do MASB;	1-Municipal; 2-Municipal; 3-Regional; 4-Regional; 5-Municipal; 6-Municipal;	1-MASB, Arquivo Público, observatório; 2-Curso de música e UATI; 3-Observatório dos planos municipais de educação;	1-(2015, 2000, 2019); 2-(2018,2012); 3- (2015); 4-(2015); 5-(2020); 6-(2020);	1-Ativo; 2- Ativo; 3- Ativo; 4- Ativo; 5- Ativo; 6- Ativo;

	5 – Associação da Memória e Patrimônio Cultural; 6 – UFBA; 7-Pastoral da Criança; 8-CETEP; 9-Associação dos amigos de Ibiassucê; 10-Sindicato dos Trabalhadores Rurais; 11- NTE e SME; 12- IF Baiano.	7-Municipal 8-Municipal; 9-Municipal; 10-Municipal; 11-Municipal; 12-Municipal.	4-MASB; 5-Observatório; 6-Observatório; 7-Horto Medicinal; 8-Uso do espaço físico e laboratórios; 9-Projetos culturais no casarão de Ibiassucê; 10-Estágio em espaço não formal; 11-Estágios da licenciatura; 12-Montagem dos laboratórios.	7-(2018); 8-(2018); 9-(2010); 10-(2016); 11-(1990); 12-(2019);	7- Ativo; 8- Ativo; 9- Ativo; 10- Ativo; 11- Ativo; 12- Encerrado.
UNEB XII	Secretaria Municipal de Cultura Esporte	Municipal	Parceria do colegiado de Educação Física e a Secretaria de Cultura e esporte	-	Encerrado
IF BAIANO	Codevasf, Embrapa, Epamig e Polícia Militar	Federal e Estadual	Projetos	-	Ativo
UNIFG	1-Pref. Mun. GBI 2- Cáritas Diocesanas; 3-Consórcio Des. Alto Sertão 4- Min.Púb.Estadual; 5-Justiça Federal; 6-Codevasf.	1-Municipal; 2-Regional; 3-Regional; 4-Regional; 5-Regional; 6-Regional.	1-Regularização Fundiária; 2-Ação Social; 3-Cooperação Técnica na área de saúde; 4-Direitos da mulher; 5-Direitos; 6-Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Biodiversidade.	1-(2020); 2-(2019); 3-(2019); 4-(2019); 5-(2019); 6-(2019).	1-Ativo; 2- Ativo; 3- Ativo; 4- Ativo; 5- Ativo; 6- Ativo.

18 – Como se dá a relação da sua IES com o território? O que o Sr. (a) sugere como complemento entre a IES e o território?

BRUMADO
UNEB Campus XX

CAETITÉ
UNEB Campus VI - O DCH/VI tem se colocado de forma parceira sempre aberta ao

diálogo. Sugerimos avançar e qualificar essa relação.

GUANAMBI

UNEB Campus XII – A relação da universidade (departamentos) com o território, acontece por meio das atividades vinculadas aos estágios, projeto de extensão e pesquisa. Por meio também de participação dos docentes, técnicos e discentes em conselhos municipais e outros mecanismos de participação democrática. Sugiro mais diálogo do poder público com a universidade, muitas vezes este poder não reconhece a universidade pública como promotora de desenvolvimento.

IF BAIANO - O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus Guanambi* já existe no Território do Sertão Produtivo há cerca de 25 anos. Ao longo deste tempo foram formadas inúmeras turmas de alunos, milhares atividades extensionistas e desenvolvidos inúmeros projetos de pesquisa. Com isso, evidenciamos que o IF Baiano, Campus Guanambi já é uma Instituição consolidada no Território do Sertão Produtivo e que mantém inúmeras relações de apoio com empresas locais, bem como acordos de cooperação técnica com outras instituições públicas e privadas de ensino pesquisa e extensão. Na qualidade de gestora, sugiro a ampliação e o fortalecimento desses acordos de cooperação técnica, bom como a desburocratização previstas em lei para a ampliação das possibilidades de Instituições como a nossa possa captar recursos nacionais e internacionais.

UNIFG - A instituição deve continuar a perseguir o papel de mediação e articulação, junto à comunidade, no exercício do debate público das questões contemporâneas, dos temas que desafiam o território, sempre abordando as condições de semiárido. Noutra ponta, precisa criar e estimular espaços de interação com o poder público e as organizações da sociedade civil organizada e persistir na socialização da produção científica sempre em consonância com as necessidades regionais. Esforço semelhante deve ser realizado a partir das ações de extensão e serviços realizados junto à comunidade. Essas experiências precisam ser sistematizadas e discutidas como subsídios na orientação de outras ações institucionais e junto ao poder público, na promoção das políticas públicas.

APÊNDICE G – Levantamento das Respostas dos Gestores Públicos



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO – MESTRADO PROFISSIONAL**

TÍTULO DA PESQUISA: ENTENDENDO O PAPEL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SERTÃO PRODUTIVO E SUAS ESTRATÉGIAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

DOCENTE ORIENTADOR: PROF. DR. MARCIUS DE ALMEIDA GOMES

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: FABRÍCIO LOPES RODRIGUES

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

GESTORES (AS) PÚBLICOS:

1 - Qual o seu papel como gestor municipal?

BRUMADO

Prefeito de Brumado – Promover o desenvolvimento humano através do tripé:

- 1 – Educação fundamental, único vetor capaz de promover a mudança da cultura como força melhor;
- 2 – A educação enquanto saúde pública de qualidade, porque sem saúde ninguém aprende;
- 3 – Educação enquanto infraestrutura porque sem acesso (estradas), não se chega ao hospital e nem a escola.

CAETITÉ

Prefeito de Caetité –

Secretário do CDS Alto Sertão - Atualmente, exerço a função de Secretário Executivo de um Consórcio Público intermunicipal com 16 (dezesseis) municípios consorciados. A minha principal missão é articular projetos que visem o desenvolvimento e a integração dos municípios que formam o nosso Consórcio.

GUANAMBI

Prefeito de Guanambi – O meu papel como gestor público é realizar o planejamento das ações para o município que possam ampliar e potencializar os benefícios das políticas públicas voltadas para saúde, educação, dentre outros, gerenciando os recursos e administrando em prol do desenvolvimento do nosso município. É papel do gestor estar atento às necessidades e transformações cabíveis no âmbito das políticas públicas e das novas ações a serem implantadas no município para todos os cidadãos.

Representante da SEPLAN/BA – Atualmente estou Agente de Desenvolvimento Territorial do Sertão Produtivo e o meu cargo não é de gestão, mas de articulação junto ao Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Sertão Produtivo – CODESP que através das representações do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada acompanha e desenvolve ações nos vinte municípios que compõe o território, considerando sempre as demandas e o contexto territorial.

Gestor do Sebrae – Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e estimular o empreendedorismo.

2 – Qual sua compreensão sobre a Instituição de Ensino Superior no território?

BRUMADO

Prefeito de Brumado – Entidade educacional que atente aos fins a que se propõe (cursos), embora que não esteja alinhada com as reais necessidades vocacionais do município.

CAETITÉ

Prefeito de Caetité –

Secretário do CDS Alto Sertão - Não existe desenvolvimento sustentável sem um processo consolidado de educação. Neste sentido a Universidade cumpre um papel fundamental como agente de transformação. A combinação de pesquisa e extensão é vital neste processo.

GUANAMBI

Prefeito de Guanambi – Compreendo como importante para a sociedade, visto que prepara profissionais para atuarem em diferentes segmentos da sociedade, além de contribuir para a formação das pessoas mais instruídas com variados graus de abrangências, bem como, pesquisas e projetos de extensão, a serviço e atendimento em várias áreas do conhecimento, para diversidade dos profissionais que atendem às necessidades sociais.

Representante da SEPLAN/BA – Vejo as instituições de ensino superior como sinônimo de desenvolvimento, um agente transformador que cumpre seu papel social de diminuir as desigualdades que se dar através da formação e ampliação da visão de mundo o que permite identificar as oportunidades e/ou criar as próprias oportunidades.

Gestor do Sebrae – São instituições de relevante papel econômico, social e cultural,

de caráter de importância imensurável do desenvolvimento dos territórios.

3 – O Sr. conhece as contribuições das Instituições de Ensino Superior com a cidade/território?

BRUMADO

Prefeito de Brumado – Algumas: formatação dos profissionais em cursos superiores, ainda que esses se formam em especialidades que não estão alinhadas com as reais necessidades do município, da região e do Estado.

CAETITÉ

Prefeito de Caetité –

Secretário do CDS Alto Sertão - No território existem diversas instituições de ensino Superior. São três Campus da UNEB (Caetité, Guanambi e Brumado), O Instituto Federal de Guanambi, IFBA – Brumado, A UNIFG, FIP – Guanambi, além de diversas instituições que ofertam ensino a distância.

GUANAMBI

Prefeito de Guanambi – Sim, uma das principais contribuições que conheço se refere aos conhecimentos que elas dispõem no sentido de serem capazes de impulsionarem a inovação e a inclusão social, a criação de oportunidades e estratégias que permitem o aprimoramento e os avanços nas políticas institucionais no município capazes de transformar a economia e as condições de vida dos municípios.

Representante da SEPLAN/BA – A Instituição de Ensino Superior representa para o Território Sertão Produtivo o desenvolvimento, pois ao considerar as duas vertentes pesquisa e ensino sabemos que há um retorno para a sociedade no sentido de ter profissionais qualificados, de conhecer melhor a realidade que ultrapassa os limites do local e a partir deste contexto projetar o desenvolvimento. No que se refere a política territorial é uma parceria permanente, presente sobretudo através dos(as) professores(as) que são membros do CODESP e Câmaras Temáticas e estão presentes nas mais diversas atividades e ações realizadas no território. As contribuições são inúmeras, entretanto para ser mais específica é possível citar a construção dos dois Planos Territorial de Desenvolvimento Sustentável- PTDS principal instrumento de articulação política para o planejamento territorial que teve como principais colaboradores as Instituições de Ensino Superior.

Gestor do Sebrae – Sou conhecedor de uma pequena parte dessas contribuições, sei que existem mais, porém, ainda não tive acesso.

4 - Na sua opinião, qual o principal papel da Instituição de Ensino Superior na sociedade na qual ela encontra-se inserida?

BRUMADO

Prefeito de Brumado – Papel de elemento transformador pelo acúmulo de conhecimento técnico-científico. Papel de “ferramenta da massa”, na elevação da qualidade cultural do povo.

CAETITÉ

Prefeito de Caetité –

Secretário do CDS Alto Sertão – Transformação, as universidades devem ser agentes propulsoras do desenvolvimento. A capacitação dos agentes territoriais fica mais contextualizada quando alicerçada em base concreta, que se dá justamente através da articulação de ensino, pesquisa e extensão. O território é também um campo de estudo para o desenvolvimento de novas técnicas, que auxiliem as entidades ligadas a sociedade civil, poder público e empresarial a qualificarem sua intervenção com propostas ajustadas e que realmente venham a transformar sua realidade. A Universidade pode auxiliar bastante, trazendo novas ideias para o fortalecimento da gestão social no processo de desenvolvimento territorial.

GUANAMBI

Prefeito de Guanambi – Tem como papel discutir e aprimorar o desenvolvimento local por meio da integração dos cursos e educação superior que envolvam as áreas da saúde, infraestrutura, dentre outros, para que o estudante e futuro profissional possa desenvolver as ações correspondentes às suas áreas de conhecimento, mais próximo do povo, ou seja, da comunidade em que está inserida.

Representante da SEPLAN/BA – Entendo que o principal papel da Instituição de Ensino Superior é a formação profissional que deve estar atrelada a produção e disseminação do conhecimento, possibilitando reflexões que visam o desenvolvimento nos mais diversos setores, somada ao compromisso social de diminuir a desigualdade.

Gestor do Sebrae – Produzir e difundir o conhecimento científico, contribuindo de fato com o desenvolvimento da sociedade.

5 - Em que medida as Instituições de Ensino Superior participam nas dinâmicas territoriais/ações de mudança e melhoria de sua área de abrangência?

BRUMADO

Prefeito de Brumado – Entendo que participam muito pouco ou só contribuindo de indivíduo a indivíduo, com baixa compreensão da importância que deve. Ser atribuída ao bem comum. Deveria valorizar a supremacia do bem comum, porque o “público é de todos”.

CAETITÉ

Prefeito de Caetité –

Secretário do CDS Alto Sertão - Infelizmente de forma muito tímida. É preciso que as pesquisas acadêmicas e o ensino superior, busquem dialogar com o contexto social ao qual estão inseridos seus discentes. Compreender a realidade é um ponto fundamental para transformá-la. Além disso, precisa acontecer uma maior integração entre as instituições de ensino, seja ala pública ou privada. O Território Sertão Produtivo, passa por um intenso processo de transformação social, econômica e política. Deixar esta oportunidade passar sem um processo qualificado de intervenção é comprometer as gerações futuras.

GUANAMBI

Prefeito de Guanambi – Na medida em que as instituições oferecem aprendizagem, investigação, pesquisa e oportunidades de ter uma profissão e um trabalho de modo equitativo e equilibrado, visando assegurar os conhecimentos avançados que oportunizam o desenvolvimento da economia, por meio do protagonismo profissional e da diversidade das instituições de ensino superior como riqueza do sistema educacional.

Representante da SEPLAN/BA – As Instituições de Ensino Superior participam nas dinâmicas de mudança e melhoria através da formação profissional, ações direcionadas de formação, que não se restringe a comunidade acadêmica, mas possibilita a participação de um público diverso, através dos projetos de pesquisas e extensão que permite o desenvolvimento e disseminação de conhecimento e as novas tecnologias.

Gestor do Sebrae – Creio que de uma forma ainda tímida, é preciso ampliar essa participação das IES em outras temáticas e discursões a exemplo da promoção do empreendedorismo.

6 - O planejamento estratégico do município inclui o papel da educação superior como um elemento-chave?

() NÃO

() SIM. Quais?

BRUMADO

Prefeito de Brumado – (NÃO) – Infelizmente a sociedade local percebe a educação superior como coisa da elite e os que laboram nas IES, sentem-se como uma cidadela a ser conquistada pelo povo e não se abaixam até ele.

CAETITÉ

Prefeito de Caetité –

Secretário do CDS Alto Sertão - (NÃO) - O processo de planejamento estratégico deveria ser uma prática constante nos municípios. Esse processo deveria levar em

consideração a escuta social, buscando congregar os diversos atores que atuam no território. Ainda precisamos avançar neste sentido.

GUANAMBI

Prefeito de Guanambi – (SIM) – 1- Qualidade da educação e seus profissionais; 2 – Políticas de avaliação e promoção no município e influências na produção do conhecimento; 3 – Implantação de políticas sociais como estratégias de mudanças na área de responsabilidade fiscal; 4 – Impactos pedagógicos dentro do planejamento estratégico municipal na educação e PME.

Representante da SEPLAN/BA – Por não participar do planejamento estratégico dos municípios do território, também não posso afirmar que seja ou não um elemento-chave a inclusão da Educação Superior nos planos municipais. No que se refere à Política Territorial, temos o Plano de Desenvolvimento Territorial do Sertão Produtivo-PTDS e Plano PluriAnual – PPA, que são instrumentos que estabelecem, de forma regionalizada; as diretrizes, objetivos e metas da administração pública e estes têm as Instituições de Ensino Superior com elementos importantes para a articulação de políticas públicas e ações que visam o desenvolvimento territorial e local.

Gestor do Sebrae – (NÃO).

7 – Ainda existem diversas barreiras entre a área pública e as Instituições de Ensino Superior.

() NÃO -

() SIM – **RESPOSTAS DO PREFEITO DE BRUMADO; DO PREFEITO DE GUANAMBI; DO SECRETÁRIO DO CDS Alto Sertão, da Representante da SEPLAN/BA, do Gestor do Sebrae**

Caso seja positivo, como o Sr. (a) classifica como mais difícil nessa relação?

(X) Objetivo distinto entre o poder público e as IES; **Resposta do Gestor do Sebrae**

(X) Conflito das expectativas financeiras entre o poder público e as IES; - **Resposta do Prefeito de Guanambi**

() Diferença de linguagem de comunicação;

(X) Falta de uma cultura na gestão pública para utilizar as IES como fontes tecnológicas; - **Respostas do Prefeito de Brumado, do Secretário do CDS Alto Sertão; da Representante da SEPLAN/BA.**

() Conhecimento por parte dos docentes a respeito das necessidades e interesses do município e território.

8 – Existe cooperação entre o município/território e a Instituição de Ensino Superior?

BRUMADO

Prefeito de Brumado – Sim, mas quase que em “mão única”, no sentido do município

servindo, quando solicitado do estabelecimento de ensino superior.

CAETITÉ

Prefeito de Caetité –

Secretário do CDS Alto Sertão - Existe algumas iniciativas que podem ser ampliadas. É preciso vontade de ambas as partes.

GUANAMBI

Prefeito de Guanambi – Considerando que as IES são compostas por grupos de pessoas, esse contexto não deve ser pensado de forma isolada, mas como uma organização em rede de conhecimentos e de cooperação. A partir dessa percepção é que poderíamos falar que sim, existe uma rede de cooperação.

Representante da SEPLAN/BA – No que se refere à Política Territorial essa cooperação sempre existiu, pois, ao surgir as demandas, as Instituições de Ensino Superior, dentro das condições possíveis, sempre atenderam as solicitações do Colegiado Territorial, organizações e outras instituições.

Gestor do Sebrae – Existe, porém em ações pontuais e isoladas.

9 – A partir do seu ponto de vista como gestor (a) público, quais são as ações que facilitam e as que dificultam a cooperação entre o seu município/território e as IES, segundo a sua análise, referente ao ensino acadêmico e os projetos de extensão e pesquisa, respectivamente?

AÇÕES ESTRATÉGICAS	FACILIDADES	DIFICULDADES
IES	BRU PREF – Proximidade da IES na cidade;	Distanciamento dos dirigentes locais;
	1 - CTE PREF – 2 - CTE CDS - Existência de diversas instituições de ensino no território;	1 – 2 - Ações isoladas;
	1 – PREF. GBI – Gerar novos conhecimentos; 2 - GBI SEBRAE – Acesso; 3 - GBI SEPLAN – NÃO RESPONDEU;	1 - Possibilitar as organizações, interações; 2 – Atuação externa; 3 - NÃO RESPONDEU;
ENSINO	BRU PREF - Crescente absorção dos profissionais locais;	Incompatibilidade dos cursos;
	1 - CTE PREF –	1 –
	2 - CTE CDS - Docentes qualificados	2 - Articulação e contextualização com

	e infraestrutura adequada;	a dinâmica territorial;
	1 – PREF. GBI – Proporcionar educação acessível;	1 - Relações com outras organizações;
	2 - GBI SEBRAE – Acesso;	2 – Ampliação;
	3 - GBI SEPLAN - NÃO RESPONDEU;	3 - NÃO RESPONDEU;
EXTENSÃO	BRU - Crescente absorção dos profissionais locais;	Incompatibilidade dos cursos;
	1 - CTE PREF –	1 –
	2 - CTE CDS - Conjunto de instituições da sociedade civil organizada com muito potencial de parceria;	2 - Socialização dos trabalhos com a comunidade e ações de parceria com entidades da sociedade civil, poder público e setor empresarial;
	1 – PREF. GBI – Estabelecer parcerias;	1 - Percepção dos seus servidores em relação a organização;
	2 - GBI SEBRAE – Acesso;	2 – Temáticas;
	3 - GBI SEPLAN - NÃO RESPONDEU;	3 - NÃO RESPONDEU;
PESQUISA	BRU - Crescente absorção dos profissionais locais;	Incompatibilidade dos cursos;
	1 - CTE PREF –	1 –
	2 - CTE CDS - Campo vasto de possibilidades para trabalhos contextualizados;	2 – Socialização dos trabalhos com a comunidade e ações de parceria com entidades da sociedade civil, poder público e setor empresarial;
	1 – PREF. GBI – Campo de pesquisa fértil no território;	1 - Contexto atual e as políticas de financiamento;
	2 - GBI SEBRAE – Acesso;	2 – Disponibilização de conteúdo;
	3 - GBI SEPLAN - NÃO RESPONDEU;	3 - NÃO RESPONDEU;
PODER PÚBLICO LOCAL	BRU – Entendimentos há quando se mantém diálogo;	Incompatibilidade dos cursos;
	1 - CTE PREF –	1 –
	2 - CTE CDS - Ampla rede com possibilidades de parceria;	2 – Articulação institucional. Iniciativa;
	1 – PREF. GBI – Interesse e acesso aos recursos para estabelecer parcerias;	1 - Estabelecer as estratégias financeiras para a pesquisa e extensão;
	2 - GBI SEBRAE – Acesso;	2 – Conteúdo;
	3 - GBI SEPLAN - NÃO RESPONDEU;	3 - NÃO RESPONDEU;

10 - O Sr. (a) poderia avaliar o grau de parceria estratégica realizada, de acordo ao papel do ensino/pesquisa/extensão no desenvolvimento regional, nos itens abaixo?

Parceiros Estratégicos	Não Sei Informar	Não Acontece	Leve	Média	Alta
Cooperação entre os empreendedores da região	1 - Seplan	1- CDS; 2 – Sebrae;	1 -Pref. de Brumado;	1 - Pref. De Guanambi	
Cooperação entre os governos municipais/estadual da região e as IES	1 - Seplan	1-Pref. de Brumado	1-CDS; 2- Sebrae;	1-Pref. De Guanambi	
Cooperação entre as IES do território	1-Pref. de Brumado; 2– Seplan;	1- CDS	1- Sebrae;	1-Pref. De Guanambi	
Cooperação entre a IES e os órgãos de fomento	1-Pref. de Brumado; 2- Seplan;		1- CDS; 2- Sebrae;	1-Pref. De Guanambi	
Cooperação entre a IES e a sociedade civil	1-Pref. de Brumado; 2- Seplan;		1- CDS; 2- Sebrae;	1-Pref. De Guanambi	

11 - Como se dá a relação da sua cidade/território com as Instituições de Ensino Superior? O que o Sr. (a) sugere como complemento entre a cidade/território e as Instituições de Ensino Superior?

BRUMADO

Prefeito de Brumado – Relação meramente institucional, convém que se façam interações através de reuniões periódicas obrigatórias em espaços ao menos trimestrais.

CAETITÉ

Prefeito de Caetité –

Secretário do CDS Alto Sertão - As instituições de ensino têm um significativo papel no processo de desenvolvimento territorial que necessariamente deve envolver a sociedade civil organizada, poder público e setor empresarial. Os estudos acadêmicos devem contribuir para uma reflexão mais crítica e propositiva do processo de organização social. Um ambiente acadêmico e institucional que propicie o pensar sobre a dinâmica territorial significa um grande avanço neste sentido.

Nossa região tem um potencial muito grande para a articulação de um ambiente institucional que dinamize o processo de desenvolvimento, no entanto, ainda existe uma grande dificuldade de envolvimento e cooperação entre os diversos atores. É urgente que este quadro seja revertido e as instituições de ensino podem colaborar significativamente para esta articulação.

GUANAMBI

Prefeito de Guanambi – Por meio de cursos oferecidos e formação de profissionais em áreas diversas do conhecimento e cursos profissionalizantes. E por meio de normativas que regulamentam a implantação das IES, relativo aos direitos e deveres acadêmicos e empresarial. Sugiro que continue a expansão de estudos diversos, pois a educação deve ser fortemente conectada ao desenvolvimento da sociedade, como peça imprescindível na produção científica-tecnológica e formação cidadã, visto como estratégia para a democratização do ensino, se harmoniza com outros níveis e demais modalidades da educação com visão de território.

Representante da SEPLAN/BA – A relação das Instituições de Ensino Superior é de parceira e colaboração, pois ao desenvolver os projetos e pesquisas estão cooperando com a sociedade, além deste aspecto, não podemos deixar de considerar a formação profissional fundamental para o desenvolvimento da social.

Gestor do Sebrae – Na minha opinião, ainda é uma relação muito tímida. A minha sugestão é a criação de um grupo de trabalho que possa envolver o poder público, IES, organizações sociais, empresas públicas e privadas, que se interessem em temáticas específicas, a exemplo do empreendedorismo para traçar um planejamento municipal, territorial que tenha como objetivo principal, o desenvolvimento econômico-social.

ANEXO A



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DEPARTAMENTO
DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO – MESTRADO PROFISSIONAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____

_____ Documento de Identidade nº: _____

_____ Sexo: F () M ()

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Endereço: _____

Complemento: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____ (____) _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: ENTENDENDO O PAPEL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SERTÃO PRODUTIVO E SUAS ESTRATÉGIAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

2. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: FABRÍCIO LOPES RODRIGUES
Cargo/Função: **DOCENTE**

III – EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA

➤ O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa: observatório do Sertão Produtivo: entendendo o papel da educação superior no contexto do desenvolvimento regional, de responsabilidade do pesquisador Fabrício Lopes Rodrigues, Professor auxiliar da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, que tem como objetivo Identificar a Relação da Educação Superior com o desenvolvimento regional no Sertão Produtivo da Bahia, analisando ações e estratégias que consolidem a temática.

1. A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios para a universidade bem como para os seus servidores. Caso aceite o(a) Senhor(a) responderá a um questionário contendo questões da pesquisa, onde esses dados obtidos pelo questionário serão analisados pelo Mestrando Fabrício Lopes Rodrigues do curso de pós-graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. Devido a coleta de dados, o(a) senhor(a) poderá incorrer aos riscos da pesquisa, como de

desconforto psicológico e cansaço. Sua participação é voluntário e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o Sr. (a) não será identificado. Caso queira (a) senhor (a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o(a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador e o(a) Sr.(a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr.(a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O(a) senhor(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Fabrício Lopes Rodrigues
Endereço: Rua Floriano Peixoto, nº 382, Bairro V. Mel – Guanambi -
Bahia. Telefone: (77) 99989-8288, E-mail: flrodrigues@uneb.br

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Cabula.
Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2399 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO
A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-
521 - Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da
pesquisa

Assinatura do pesquisador discente
responsável (orientando)

Assinatura do
professor (orientador)